

GISÉLE NEVES MACIEL

**AS INTERPRETAÇÕES SOBRE A
INDUSTRIALIZAÇÃO NA REGIÃO SUL DO
BRASIL NOS LIVROS DIDÁTICOS
DE GEOGRAFIA PNLD 2005/ 2007.**

Florianópolis
2008

**Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Geografia**

Giséle Neves Maciel

**AS INTERPRETAÇÕES SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO NA
REGIÃO SUL DO BRASIL PRESENTES NOS LIVROS
DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA PNLD 2005/ 2007.**

Marcos Aurélio da Silva

**Dissertação de Mestrado
submetida à banca de avaliação**

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis/SC, Setembro de 2008

**AS INTERPRETAÇÕES SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO NA
REGIÃO SUL DO BRASIL PRESENTES NOS LIVROS
DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA PNLD 2005/ 2007.**

Giséle Neves Maciel

Coordenador: José Carlos Espíndola

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Presidente: Dr. Marcos Aurélio da Silva

Membro: Dr. Armen Mamigonian

Membro: Dr. José Messias Bastos Dra. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira

Membro: Dra. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira

Florianópolis-SC, Setembro de 2008

Dedico a realização desse trabalho à minha mãe Lourdes e às minhas irmãs Gislaine e Janaina.

Daquela menina que há sete anos deixou um velho lugar em busca de um mundo novo...

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família pelo apoio e incentivo incondicionais e porque, apesar da distância, estiveram sempre presentes. À minha mãe, Lourdes, pelo exemplo de força e amor. À minha irmã, Gislaine pela confiança e afeto. À minha irmã Janaína, que acompanhou de perto a finalização desse trabalho com carinho e paciência. Aos queridos amigos Rosane, Adriana, Marcelino, Angelita, Samuel e Sílvia. À minha primeira orientadora e mestra, Professora Graciana, que esteve perto e atuante em meus diferentes momentos na graduação e que continua carinhosamente presente. Por várias vezes quando a necessidade de tempo para o trabalho era maior que o tempo para estudar, ouvi orientações ao telefone. Ultimamente, muitos conselhos foram passados por meio virtual. A todos os professores que acompanharam minha vida escolar e desde muito cedo me incentivaram a seguir meus estudos. Aos meus professores da UDESC: Prof. Antônio Soares, Prof. Ricardo Wagner, Prof.^a Isa Rocha, Prof. Marcio Teixeira, Prof. Fábio Napoleão, Prof.^a Ana Prevê, pelos ensinamentos, pela convivência. Ao professor Carlos Espíndola pelas sugestões ao projeto de pesquisa. Ao professor José Messias pelas observações acerca da pesquisa na realização de sua disciplina. À professora Raquel M^a. F. do Amaral Pereira que forneceu grande parte do material necessário à compreensão do processo de avaliação dos livros didáticos e fez importantes considerações na defesa de qualificação desse trabalho. À turma 2006, que foi exemplo de união em prol do coletivo e que deixou boas lembranças e amizades. À Pró Reitoria de Pós Graduação pelo apoio financeiro através da bolsa APG e da bolsa emergencial. À agência de fomento á pesquisa – Capes. Aos queridos colegas e alunos da Eja, pela convivência, pelo carinho. E finalmente, agradeço ao meu orientador, Prof. Marcos Aurélio da Silva, que orientou a produção desse trabalho. Sua dedicação no estudo da Geografia impulsiona-me a trilhar com esforço e seriedade o caminho da pesquisa. Registro um agradecimento especial Àquele que tornou possível o encontro com todas essas pessoas.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central demonstrar o tipo de abordagem dos conteúdos sobre o desenvolvimento industrial na Região Sul do Brasil, presentes nos livros didáticos de Geografia da 6ª série do ensino fundamental, aprovados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2005, que esteve em vigência até o ano de 2007. A pesquisa aponta a presença de grandes distorções quanto às informações, abordagem conceitual e atualização nos conteúdos de Geografia sobre o desenvolvimento industrial na Região Sul. Os livros são distribuídos de forma gratuita aos alunos e professores da rede pública de ensino do país. Na análise dos conteúdos, mesmo considerando os chamados critérios classificatórios e critérios eliminatórios que orientam o processo de avaliação, constata-se que muitos conteúdos não poderiam estar presentes em obras consideradas aprovadas. Encontra-se desde erros crassos de localização e atualização das atividades econômicas, até a falta de adequação da abordagem conceitual com o processo histórico que caracterizou a formação da região. Um aspecto de grande relevância diz respeito a grande concentração das editoras e à semelhança nos conteúdos das diferentes obras, que parece proteger-lhes de uma avaliação mais criteriosa. As onze coleções de Geografia que fazem parte do PNLD 2005/2007, estão concentradas em apenas quatro editoras: Três coleções pertencentes à editora Moderna; três coleções da editora Saraiva /Atual; quatro coleções da editora Ática /Scipione e uma coleção pertencente à editora Quinteto. A análise desenvolvida neste trabalho dedica-se a investigar os conteúdos e não as metodologias apresentadas nos livros didáticos de Geografia. Cobra-se a responsabilidade que os autores e as editoras deveriam ter com esse material que além de servir como principal fonte bibliográfica a milhares de estudantes, serve também como meio de atualização a muitos professores. Os conteúdos didáticos são analisados com base em estudos realizados sobre o processo de industrialização na região, embasados na categoria de Formação Sócio-Espacial, destacando a Pequena Produção Mercantil como face dinâmica da formação social brasileira. Apresentam-se as influências presentes nos conteúdos didáticos das linhas tradicionais sobre a industrialização brasileira – Cepal e Dependência, observando as fragilidades das interpretações embasadas nessas linhas teóricas e destacando a contribuição da Teoria dos Ciclos de Acumulação da Economia, que não é encontrada nos livros didáticos de Geografia. Procura-se evidenciar no presente trabalho, o processo de diferenciação social ocorrido em várias áreas do Brasil Meridional, que criou condições para o desenvolvimento do processo de industrialização iniciado ainda no último quartel do século XIX. Difere-se assim, das interpretações encontradas em livros didáticos de geografia, que explicam o processo de industrialização ocorrido na Região Sul através da expansão econômica da Região Sudeste a partir da década de 1970. A análise dos conteúdos referentes à industrialização na Região Sul, visa demonstrar a falta de fidedignidade dos conteúdos dos livros didáticos de Geografia, em especial de Geografia Regional, que são destinados ao ensino escolar.

Palavras-chaves: Livro-didático - Geografia – Industrialização – Região Sul.

ABSTRACT

This paper aims to demonstrate the kind of central approach of content on the industrial development in Southern Brazil, in geography textbooks for the 6th grade of elementary school, passed the National Program of the Textbook (PNLD) 2005, which was in force until the year 2007. The survey indicates the presence of large distortions on information, conceptual approach and update the content of Geography on the industrial development in the South Region. The books are distributed free of charge to students and teachers of public education in the country. In analyzing the content, even considering the so-called predatory criteria and classification criteria that guide the evaluation process, it appears that many content could not be present in works deemed approved. It is provided errors of location and update of economic activity, by the lack of adequacy of the conceptual approach with the historical process that characterized the formation of the region. One aspect of great importance with respect to large concentration of publishers and the similarity in the contents of various works, it seems that protect them from a more careful evaluation. The eleven collections of geography that are part of PNLD 2005/2007, are concentrated in just four publishers: Three collections owned by publisher Moderna, three collections of publisher Saraiva/ Atual, four collections of Atica/ Scipione and a collection belonging to the publisher Quinteto. The analysis developed in this work is dedicated to investigate the contents and not the methods described in textbooks of Geography. Charge is a responsibility that authors and publishers should have with this material as well as serve as the primary source literature to thousands of students, also serves as a means of upgrading to many teachers. The content textbooks are analyzed based on studies on the industrialization process in the region, based on the category of Training Partner-Space, highlighting the Small Production Mercantile momentum as the face of Brazilian social formation. They are the influences in didactic content of traditional lines on the Brazilian industrialization - CEPAL and Addiction, noting the weaknesses of the interpretations based on these theoretical lines and highlighting the contribution of the Theory of Economic Cycles Accumulation, which is not found in textbooks of Geography. It seeks to highlight in this work, the process of social differentiation occurred in several areas of southern Brazil, which created conditions for the development of the process of industrialization started yet in the last quarter of the nineteenth century. It is thus differs from interpretations found in textbooks of geography, explaining the process of industrialization occurred in the South through the economic expansion of the Southeast since the 1970. The analysis of content related to industrialization in the South Region, aims to demonstrate the lack of reliability of the content of textbooks of Geography, in particular of Regional Geography, which are intended for schools.

Key words: Textbook - Geography - Industrialization - Southern Region.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 Gráfico das médias obtidas pelas coleções de Geografia PNLD/ 2005.	50
FIGURA 02 Figura das atividades econômicas da Região Sul	58
FIGURA 03 Figura dos eixos de desconcentração industrial.	63
FIGURA 04 Figura da concentração das áreas industriais no país.	64

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Participação das editoras nas aquisições de livros didáticos pelo PNLD de 1985-1991 (em %)	40
TABELA 02 - Número de exemplares adquiridos pelo PNLD de 2002 a 2006	41
TABELA 03 - Relação de alunos, exemplares didáticos e investimento do PNLD edição de 2007	41
TABELA 04 - Número de coleções por editora no PNLD de Geografia em 2005	44

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - As ações governamentais referentes aos livros didáticos	32
QUADRO 02 - Critérios eliminatórios	35
QUADRO 03 - Origem e aquisição nacional e internacional das editoras com maior participação no PNLD/ 2005	43
QUADRO 04 – Coleções presentes no PNLD/ 2005 E 2008	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FSE - Formação Sócio-Espacial

GNLD - Guia Nacional do Livro Didático

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB - Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

LD's - Livros Didáticos

MEC - Ministério da Educação

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNLD - Plano Nacional do Livro Didático

PPM - Pequena Produção Mercantil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	16
HIPÓTESES E REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
OBJETIVOS E METODOLOGIA.....	19
1 - OS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA NO BRASIL E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO	23
1.1 OS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA NO BRASIL E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (2005/2007).....	23
1.2 AÇÕES GOVERNAMENTAIS REFERENTES AO LIVRO DIDÁTICO E SUA AVALIAÇÃO PELO MEC:.....	30
1.3 O MERCADO EDITORIAL DE LIVROS DIDÁTICOS.....	37
2 - APRESENTAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA PNLD 2005/2007 E A ANÁLISE SOBRE OS CONTEÚDOS REFERENTES AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NA REGIÃO SUL	49
2.1 OS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA ANALISADOS NA PESQUISA.....	49
2.2 ANÁLISE DOS CONTEÚDOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NA REGIÃO SUL: INFORMAÇÕES, CONCEITOS E REPRESENTAÇÕES.....	55
2.3 A CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS NA REGIÃO SUL, SEGUNDO O PROCESSO DE EXPANSÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DA REGIÃO SUDESTE.....	62
3 ANÁLISE DAS INTERPRETAÇÕES TRADICIONAIS SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL	74
3.1 AS PRINCIPAIS LINHAS TEÓRICAS SOBRE O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL.....	74
3.2 INTERPRETAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA REFERENTES AO SUL DO BRASIL.....	77
3.3 INFLUÊNCIAS DAS LINHAS TEÓRICAS TRADICIONAIS SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO NAS ANÁLISES DOS AUTORES DE LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA.....	81
4 - INTERPRETAÇÃO DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL ATRAVÉS DA CATEGORIA DE FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E NOS CICLOS DE ACUMULAÇÃO DA ECONOMIA	90
4.1 OS CICLOS DE ACUMULAÇÃO DA ECONOMIA NA ORIGEM DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA.....	90
4.2 A ORIGEM DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL MERIDIONAL.....	93
4.3 A FORMAÇÃO SOCIAL E O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA REGIÃO SUL.....	103
4.3.1 As principais ações estatais de investimento no setor industrial pós década de 1950 nos estados da Região Sul.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
BIBLIOGRAFIA	134
ANEXO	143

INTRODUÇÃO

Através da pesquisa sobre os aspectos sócio-econômicos da Região Sul do Brasil, abordados nos livros didáticos de geografia para a 6ª série do ensino fundamental, foi possível perceber que as interpretações sobre as atividades industriais não correspondem à realidade existente nos estados que integram essa região ¹. Apesar das obras didáticas sublinharem o comprometimento de analisar o Brasil considerando suas transformações espaciais, dirigindo grande parte de seu conteúdo ao estudo das regiões do Brasil, as abordagens acerca do desenvolvimento da região Sul não condizem com o processo histórico de sua formação econômica e social.

O que se observou nos livros didáticos consultados foi a explicação do desenvolvimento da região Sul em apenas duas fases: a primeira, caracterizada pelo processo de colonização realizado pelos imigrantes europeus que aqui chegaram na metade do século XIX, desenvolvendo a agricultura; e a segunda, manifestada pelas transformações que ocorreram nas áreas industrializadas após a década de 1970, devido à desconcentração industrial do Estado de São Paulo.

A necessidade de reconhecer o processo histórico de formação sócio-econômica da Região Sul se justifica diante do fato de que o desenvolvimento industrial de várias áreas situadas nesta região tem início no final do século XIX. Muitas delas consolidaram no decorrer do século XX de forma bastante autônoma e antes da chamada desconcentração industrial do Sudeste do Brasil.

Diferentemente das interpretações presentes em vários livros didáticos, o desenvolvimento industrial da Região Sul coincide com as áreas de colonização marcadas pelo predomínio das pequenas propriedades. Nessas áreas a colonização com imigrantes conhecedores de diferentes processos agrícolas, artesanais e

¹ As primeiras análises sobre os conteúdos presentes nos livros didáticos de Geografia ocorreram em 2004 / 02, no período em que atuei como monitora da disciplina de Geografia do Brasil II, sob orientação da Professora Maria Graciana E. de Deus Vieira, que sugeriu a realização de uma monografia sobre as abordagens acerca da industrialização brasileira nos livros didáticos de Geografia. Essa indicação, com ênfase no estudo sobre a industrialização na Região Sul foi transformada em anteprojeto de pesquisa para o mestrado. Outras observações quanto às avaliações do MEC foram realizadas por sugestão da Professora Ana Maria Preve, durante a realização da monitoria em Prática de Ensino em Geografia I e II, no ano 2005.

industriais, teve origem uma formação social diferenciada da formação das áreas de latifúndio e pastoreio, caracterizadas pela fraca diversidade na divisão do trabalho, quando não pelo trabalho coercivo.

Além dos equívocos de caráter analítico e de interpretação dos processos e transformações sócio-espaciais da região, presentes nos livros didáticos consultados, foram constatados erros crassos de localização, bem como problemas de atualização, além de confusões quanto às atividades econômicas desenvolvidas nos maiores municípios da região Sul. Também foi possível reconhecer o caráter generalizante das ilustrações sobre a população, além da superficialidade dos conteúdos a ela referentes.

A análise dos conteúdos encontrados nos LD's (livros didáticos) de geografia concentrou-se principalmente nos estudos sobre a Região Sul, tendo por base a categoria de Formação Sócio-Espacial, através da qual é possível identificar a grande diferenciação no desenvolvimento das áreas marcadas pelo latifúndio, das áreas onde dominou a pequena produção mercantil.

A primeira avaliação pedagógica dos LD's realizada pelo Ministério da Educação - MEC, através do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, ocorreu em 1996, para os livros de 1ª a 4ª séries. Em 1999, ocorreu a avaliação para os livros didáticos de 5ª a 8ª séries, sendo que para essa fase do ensino fundamental, já ocorreram mais três processos de avaliação: em 2002, 2005 e 2008. Lembrando que essas datas correspondem à publicação do Guia do Livro Didático.

A primeira avaliação para os livros de Geografia de 5ª a 8ª série teve como coordenador de área o professor Manoel Correia de Andrade, contando com uma equipe de avaliadores de diferentes universidades do país. As avaliações realizadas em 2002, 2005 e 2008, tiveram como coordenadores de área, respectivamente: Marília Luiza Peluso, Antônio Hespanhol & Valéria Aguiar e Eliseu Sposito. Estas três últimas avaliações tiveram como coordenadora institucional a professora Maria Encarnação Beltrão Sposito, sendo realizadas num processo de avaliação centralizado pela UNESP.

Consultando os livros aprovados no Guia 2005, causou espanto encontrar em obras amplamente conhecidas e utilizadas por alunos e professores, conteúdos desprovidos de análise da região e permeados de erros e generalizações grosseiras, apesar de terem sido produzidos por autores bastante reconhecidos nessa área de atuação.

Tendo em vista a grande utilização dos LD's no Brasil e a distribuição gratuita dessas obras através de recursos governamentais, é inaceitável que mesmo depois de um longo processo de avaliação e do grande número de estudos sobre a Região Sul, estes livros continuem circulando sem que se faça uma revisão profunda e a de seus conteúdos.

Outro aspecto bastante intrigante diz respeito às editoras. Ao longo das décadas de 1990 e 2000, a forte concentração das editoras na venda de exemplares adquiridos pelo PNLD é muito acentuada. Além disso, verifica-se a entrada de grandes empresas estrangeiras no mercado brasileiro, através da compra de editoras nacionais. Cabe destacar que no Brasil, cerca de 56 % do faturamento do setor editorial vem da produção de livros didáticos, sendo o governo o principal comprador desse material.

A organização dos capítulos desse trabalho visa traçar um panorama sobre os conteúdos dos LD's que tratam da Região Sul e apresentar as indagações quanto a correção das informações e teorias presentes nos LD's. No primeiro capítulo, intitulado *Os livros didáticos de geografia no Brasil e o processo de avaliação do Programa Nacional do Livro Didático (2005/ 2007)*, constam os seguintes itens: A origem do livro didático de geografia no Brasil; as ações governamentais e as avaliações do MEC; o crescimento do mercado editorial.

No segundo capítulo, *Apresentação dos livros didáticos de geografia PNLD 2005/ 2007 e a análise dos conteúdos referentes ao desenvolvimento industrial na região sul*, são apontados e discutidos os erros presentes nos livros didáticos de Geografia, quanto localização das atividades econômicas na região Sul, além da abordagem teórica que não condiz com o processo histórico de desenvolvimento dessa área. Os itens que compõe esse capítulo são: Os livros didáticos de geografia

analisados na pesquisa; análise dos conteúdos sobre o desenvolvimento industrial na região sul: informações, conceitos e representações; a caracterização das atividades industriais na região sul, segundo o processo de expansão das atividades econômicas da região sudeste.

No terceiro capítulo, *Análise das interpretações tradicionais sobre a industrialização no Brasil*, discute-se a influência das principais correntes interpretativas da industrialização brasileira presentes nos livros didáticos, demonstrando a prevalência das teorias da Cepal e da Dependência. Três itens compõem esse capítulo: As principais linhas teóricas sobre o processo de industrialização no Brasil; Interpretações sobre o desenvolvimento regional da industrialização brasileira referentes ao sul do Brasil; Influências das linhas teóricas tradicionais sobre a industrialização brasileira nas análises dos autores de livros didáticos.

No quarto e último capítulo, *Interpretação do processo de industrialização no Brasil com base na categoria de formação sócio-espacial e nos ciclos de acumulação* procurou-se explicitar uma abordagem condizente com a realidade do processo de formação social da região. São abordados aspectos referentes à formação do Brasil Meridional, evidenciando os aspectos comuns das áreas fortemente industrializadas que tem na gênese desse processo de desenvolvimento a pequena produção mercantil. Fazem parte desse último capítulo os itens: A origem da industrialização no Brasil meridional; a formação social e o processo de industrialização na Região Sul; os ciclos de acumulação na origem da industrialização brasileira.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Hipóteses e Referencial Teórico

As principais hipóteses sobre a abordagem dos conteúdos didáticos referentes à industrialização na região Sul, que orientaram as investigações a serem realizadas nessa pesquisa, podem ser resumidamente definidas em:

- As análises acerca do processo de industrialização na Região Sul apresentadas pelos autores dos livros didáticos consultados, parecem estar demasiadamente apoiadas nas relações de Centro-Periferia em nível regional.
- A falta de referenciais empíricos e de atualização com base em estudos desenvolvidos em escala regional facilita os equívocos no tratamento da região.
- O descarte das análises possibilitadas pela teoria de Formação Sócio-Espacial, e o desconhecimento do quadro analítico oferecido pela categoria de Pequena Produção Mercantil, dificulta sobremaneira a aproximação com a realidade do desenvolvimento de qualquer região no Brasil.

Como principal referencial teórico conceitual será adotada a categoria de *Formação Sócio-Espacial* (FSE) proposta por Santos (1982 [1977])² que:

reintroduz na produção geográfica uma interpretação totalizadora manifestada nos escritos de Marx (as múltiplas determinações) que amplia as possibilidades das análises, pois considera no estudo da realidade a relação dialética entre elementos naturais e humanos e coloca as relações entre estes elementos em múltiplas escalas (mundial, nacional, regional e local), o que permite compreender que uma determinada realidade tem sua explicação num universo mais amplo. (VIEIRA e PEREIRA, 1996, p. 453).

A análise da FSE, na região Sul, será realizada com base no instrumental analítico da *pequena produção mercantil* (PPM) defendida por Mamigonian³, que

² Trabalho publicado inicialmente em 1977 na revista *Antipode*. Posteriormente publicado em 1982, no livro *Espaço e sociedade*. Ver referência completa na bibliografia.

³ Trabalho publicado em 1965 na *Revista Brasileira de Geografia*. Ver referência completa na bibliografia.

possibilita a investigação e o reconhecimento da diferenciação ocorrida na gênese da formação do capital industrial. Este referencial permite observar o desenvolvimento bastante singular das áreas onde houve a predominância das pequenas propriedades rurais, policultoras, ocupadas por imigrantes vindos no século XIX, instaladas principalmente nas áreas florestais da Região Sul, embora também tenha ocorrido em condições um pouco diferenciadas em São Paulo.

Através da adoção da teoria de FSE, é possível reconhecer o caráter dual da formação social brasileira, representadas basicamente pelas áreas onde se desenvolveu o latifúndio e pelas áreas onde predominaram as pequenas propriedades rurais. Esse instrumental teórico permeia o trabalho de análise dos LD's de Geografia, sendo base para a formulação de abordagens mais condizentes com o processo histórico-geográfico da região, em especial o desenvolvimento industrial na Região Sul.

A utilização da categoria de FSE em um estudo vinculado à análise regional vem em consonância com as considerações de Souza ⁴ que aponta “*a formação regional como a especificidade da Formação Sócio-Espacial brasileira*”, tendo sido definida por Vieira e Pereira da seguinte forma:

Como cada região tem também uma parcela de seu desenvolvimento ligado às suas próprias forças, decorrentes de uma trama complexa de elementos, a análise das especificidades de cada formação social ajuda a compreender melhor as determinações que operam sobre os processos responsáveis pela construção das especificidades regionais (VIEIRA e PEREIRA, 1996, p 453).

Adotar a categoria de FSE revelando a importância da PPM, em determinadas áreas no Sul do Brasil no desenvolvimento industrial, possibilita o reconhecimento dos processos endógenos da região, entendendo-os como fruto de relações sociais de produção possíveis de serem espacializadas, como é o caso da área em estudo nessa pesquisa.

⁴ Maria Adélia de Souza em apresentação da categoria elaborada por Milton Santos na disciplina de Geografia do Brasil, ministrada em Maio de 2006, no curso de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Muitas questões podem ser repensadas a respeito das afirmações trazidas nos LD's de Geografia. A abordagem presente nos LD's consultados sobre a importância das indústrias na região Sul após a década de 1970, devido à expansão econômica de São Paulo, é rapidamente rebatida quando se apresenta o número de empresas já existentes na região, com capital local, consideráveis índices de produção, superando em alguns setores os índices nacionais. Antes do referido período, o desenvolvimento industrial na Região Sul já contava com pelo menos duas fases bastante importantes:

O processo de industrialização da Região Sul e por extensão das áreas surgidas da pequena produção mercantil seguiu de modo geral três fases distintas. A primeira delas, correspondente ao período que vai do último quartel do século XIX a I Guerra Mundial, se caracterizou pela gênese industrial propriamente, a formação de economias externas de aglomeração ligadas às infra-estruturas, e as precoces economias internas de escalas, formadas (ao final do período) por firmas que se habilitavam a concorrer no mercado nacional. A Segunda, dizendo respeito ao período do entre guerras, marca a expansão da indústria leve e os primeiros passos da indústria metal-mecânica. A terceira concernente ao pós II Grande Guerra, é consoante com a abertura das economias regionais, o crescimento industrial do tipo bola de neve, e a efetiva emergência de políticas públicas voltadas para o apoio ao capital industrial (SILVA, 2005, p. 127).

Quanto aos questionamentos referentes aos LD's, sua avaliação, sua compra e distribuição pelo Governo Federal, cabem indagações quanto ao fato dessas obras já contarem com várias edições e terem passado por diferentes avaliações realizadas pelo MEC, através do PNLD, sem realizar grandes modificações nos conteúdos de suas obras. Há uma grande semelhança entre os livros didáticos, apesar da diferença de autores e editoras. Talvez pela semelhança entre os conteúdos de obras diferentes, os livros sejam poupados de uma avaliação mais rigorosa.

As indagações aferidas às editoras foram melhor embasadas após a consulta dos estudos realizados por Cassiano (2005), que destaca o mercado editorial de livro didático no Brasil, analisando a concentração de poucas editoras na publicação

desse material, sua presença constante nas avaliações realizadas pelo PNLD, além da entrada de grupos multinacionais ⁵.

Outra importante fonte de pesquisa bibliográfica utilizada é o Bando de Dados LIVRES ⁶, que funciona via Internet, desenvolvido pelo grupo de pesquisa Educação e Memória, vinculado à Universidade de São Paulo. Através desse banco, foi possível conhecer e registrar aqui, diversas obras didáticas de Geografia do início do século XIX até a atualidade.

Objetivos e Metodologia

Os livros didáticos de geografia, objeto de análise desta pesquisa, são os aprovados pela avaliação realizada pelo MEC, através do PNLD, que constam do Guia Nacional do Livro Didático de 2005. A lista de livros desta avaliação permanece até o ano de 2007, quando um novo processo de avaliação foi realizado, dando origem ao Guia Nacional do Livro Didático 2008.

A análise dos conteúdos relativos à industrialização na Região Sul e sobre o processo de industrialização no Brasil em geral foi realizada nos livros destinados a 6ª série do ensino fundamental, já que é nesta série que os conteúdos relativos ao desenvolvimento econômico do Brasil são apresentados aos alunos. Os livros analisados na pesquisa são:

- Construindo a geografia. 6ª Série. Regina Araújo, Wagner C. Ribeiro e Raul B. Guimarães. São Paulo. Editora Moderna. 1999.

⁵ A atenção de diversos pesquisadores tem se voltado ultimamente para estudos acerca da circulação e qualidade dos livros didáticos, além de outros processos que o envolvem: o mercado editorial, a fidelidade autor - editora, a escolha dos livros didáticos pelos professores, os processos de avaliação entre outros.

⁶ O Banco de Dados LIVRES que disponibiliza pela Internet o acesso à produção das diversas disciplinas escolares brasileiras desde o século XIX até os dias atuais, fornece referenciais e fontes, por intermédio da recuperação de obras e coleta de documentos sobre a produção didática, legislação, programas curriculares, catálogos de editoras, etc. A organização do Banco de Dados LIVRES se insere no projeto temático "Educação e Memória: organização de acervos de livros didáticos", financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), no Centro de Memória da Educação Escolar, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (CME). Disponível em <http://paje.fe.usp.br/estrutura/livres/index.htm>. Acesso em 06 de Fevereiro de 2007.

- Construindo o Espaço. 6ª Série. Igor Moreira. 3ª ed. São Paulo. Editora Ática. 2002.
- Geografia: Espaço Geográfico e fenômenos naturais. 6ª Série. Hélio C. Garcia e Tito M. Gvarelo e 11ª ed. São Paulo. Editora Scipione. 2004.
- Geografia. 6ª Série. Melhem Adas. 4ª ed. São Paulo. Editora Moderna. 2002.
- Geografia. 6ª Série. Sonia Castellar e Valter Maestro. São Paulo. Quinteto Editorial. 2001.
- Geografia: Ciência do Espaço. 6ª Série. Diamantino Pereira, Douglas Santos e Marcos Carvalho. 3ª ed. Revista e Atualizada. São Paulo. Editora Atual/Editora Saraiva. 2004.
- Geografia Crítica. 6ª Série. José William Vesentini e Vânia Vlach. 30ª ed. São Paulo. Editora Ática; 2004.
- Geografia Espaço e Vivência. 6ª Série. Levon Boligian, Rogério Martinez, Andressa Alves e Wanessa Garcia. São Paulo. Atual Editora/ Editora Saraiva. 2004.
- Geografia – Homem e Espaço. Elian Alabi Lucci & Ancelmo Lazaro Branco. 15ª ed. São Paulo. Editora Saraiva. 2002.
- Série Link do Espaço. 6ª Série. Denise Rockenbach, Elza Marqueti, Glória Alves e Vanderli Custódio. São Paulo. Editora Moderna. 2002.
- Trilhas da Geografia. 6ª Série. José Eustáquio de Sene e João C. Moreira. São Paulo. Editora Scipione. 2000.

É importante ressaltar, que a análise dos LD's de geografia selecionados tem por referência a investigação do conteúdo (sobre o desenvolvimento industrial na Região Sul) e não da forma (da metodologia) presente nas obras didáticas. Essa escolha de caráter metodológico vem apoiada na observação de Pereira, que em pesquisa realizada sobre o ensino de geografia ponderou:

(...) tem-se consciência de que forma e conteúdo não podem ser desvinculados ao se encarar o ensino de uma disciplina, mas a definição do tema e a impossibilidade de abarcar as múltiplas relações que o mesmo suscita obrigaram sua restrição a um desses aspectos – o conteúdo que se ensina em detrimento da metodologia (PEREIRA, 1999 p. 19).

A priorização do conteúdo frente à forma também é justificada porque não se tratará nesta pesquisa das reações dos professores diante dos conteúdos didáticos, e sim do comprometimento e da responsabilidade dos autores dos LD's com as informações e os conceitos que registraram em seus livros. Também pelas razões acima registradas, não serão analisados os chamados *manuals do professor*, que acompanham as coleções das obras didáticas, por se tratar essencialmente de material com um caráter mais metodológico.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar os conteúdos sobre o desenvolvimento industrial na região Sul identificando distorções referentes a informações, abordagem conceitual e atualização, nos LD's de Geografia da 6ª série do ensino fundamental. Todos os livros analisados foram aprovados no PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) de 2005. A análise desses conteúdos é realizada com o auxílio de amplos estudos desenvolvidos sobre o processo industrial na região. Serão utilizados os seguintes procedimentos como instrumentais metodológicos:

1. Levantamento bibliográfico acerca das obras didáticas a serem analisadas, das teorias tradicionais sobre o desenvolvimento industrial no Brasil e na região especificamente e dos estudos realizados sobre o desenvolvimento econômico da região.

2. A análise dos livros didáticos se restringirá às obras aprovadas no PNLD de 2005 e enfocando os livros destinados à 6ª série do ensino fundamental. Para a melhor visualização por parte do leitor, as representações cartográficas sobre a localização ou a distribuição das indústrias pela região Sul, foram copiados através de processo digital – scanner.

3. Constará da revisão bibliográfica, dados e informações extraídos de estudos em nível de dissertação e tese sobre o desenvolvimento econômico da região Sul e alguns dados fornecidos por órgãos ligados a indústria.

O desenvolvimento destes instrumentais metodológicos visa alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar e discutir os principais aspectos da avaliação e escolha dos livros didáticos de geografia realizada pelo PNLD, procurando evidenciar a inadequação de certos conteúdos didáticos sobre a geografia industrial da Região Sul com os critérios de análise usados no PNLD 2005/2007 (Programa Nacional do Livro Didático).
- Apontar a influência de diferentes linhas interpretativas sobre o processo de industrialização do Brasil (e da região Sul) nos conteúdos dos livros didáticos consultados.
- Discutir outras abordagens encontradas em estudos mais recentes sobre a região procurando evidenciar o seu longo processo de desenvolvimento industrial por qual passou a região.

A pesquisa dos conteúdos referentes à região Sul nos LD's pressupõe a revisão de conteúdos destinados ao ensino escolar. Além disso, a análise das pesquisas geográficas sobre o Sul pode vir a contribuir para o desenvolvimento dos estudos de geografia regional e também de estudos que trabalham com a perspectiva da formação social regional para um reconhecimento mais profundo da formação social brasileira.

Cabe registrar que são bastante extensas e polêmicas as discussões que envolvem o uso e a necessidade do livro didático em sala de aula no Brasil. Segundo as observações de Bittencourt ⁷, em palestra proferida no Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, o livro didático é *"material essencial na vida escolar. Essa é a realidade do ensino escolar, principalmente o ensino público (...) o professor usa o livro didático para preparar aula (...) muitos nos perguntam: que livro eu devo usar? Então o livro tem esse papel fundamental"* Diante desta realidade concreta, é inquestionável a importância da revisão e correção dos conteúdos enfocados nos livros didáticos.

⁷ Além dessas considerações, a pesquisadora salientou a importância da autoria do livro didático, destacando *"o papel do autor como intelectual"*.

Circe Maria Fernandes Bittencourt é Professora na pós-graduação em História na USP. Foi Coordenadora do LIVRES – banco de dados sobre os livros didáticos. Desde 2003, coordena grupos de pesquisa e orienta trabalhos sobre o tema.

CAPÍTULO I

OS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA NO BRASIL E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

1.1 OS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA NO BRASIL E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO:

As referências aos primeiros livros didáticos com conteúdos sobre Geografia do Brasil, encontrados no levantamento bibliográfico da pesquisa, do século XIX, são: 1817 – *Corografia Brasílica de Aires de Casal*; 1851 – *Compendio elementar de Geographia geral e especial do Brasil* de Thomaz Pompêo de Souza Brasil; 1873 – *Breves Noções de Geografia Universal*.⁸

Segundo a avaliação de Pereira (1994 [1955]), apesar do brilhantismo de Alexandre Ferreira durante o século XVIII (considerado o Humboldt brasileiro) Aires de Casal é que foi considerado o pai da geografia brasileira, valendo-se do grande uso de sua obra *Coreografia Brasílica*. Apesar dessa obra ter sido altamente utilitária e descritiva, sendo lançada já em descompasso com o avanço da ciência geográfica na época, ainda assim “*serviu como modelo metodológico e de fonte de informações para quase todos os autores de livros geográficos destinados ao ensino do país*” (PEREIRA 1994 [1955], p. 395).

Sobre o *Compendio elementar de Geographia geral e especial do Brasil*, o mesmo autor ainda observa que na falta de outra “*a obra fora adotada por quase todos os estabelecimentos de ensino, a começar pelo Colégio Pedro II*”. Como exemplo do tipo de conteúdo dos livros didáticos de geografia, publicados no final do século XIX, menciona-se o livro intitulado *Breves Noções de Geografia Universal*,

⁸ Referências completas: LIMA, Salvadora Cáceres Alcântara de. ABREU, Silvana de. O discurso regional nos livros didáticos de geografia: um olhar sobre a região centro-oeste. Disponível em: <http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo5/e5%20164.htm>. P. 1. Acesso em 20 de Setembro de 2006. BRASIL, Thomaz Pompêo de Souza. *Compendio elementar de Geographia geral e especial do Brasil*. 4ª ed. 1864. *Breves Noções de Geografia Universal*. Mui Accrescentadas Na Parte Respectiva ao Império do Brasil. Editora Laemmert. Rio de Janeiro. 1873. Não há o registro da autoria nesta obra.

onde são encontrados pequenos resumos sobre os continentes, seus países mais destacados e aspectos sobre o Brasil. Os conteúdos eram divididos em Geografia Astronômica, Geografia Física e Geografia Política.

Segundo Bitencourt (2004), é possível distinguir duas fases na autoria de livros didáticos de diferentes disciplinas: uma por volta da segunda década do século XIX, constituída por uma primeira geração de autores nacionais, representantes de importantes setores da elite, que muitas vezes adaptavam e traduziam obras estrangeiras para o ensino no Brasil; e outra já nas últimas duas décadas do século, formando uma segunda geração de autores que produzia de fato os primeiros livros nacionais e, que em meio às transformações liberais, passou a dedicar-se também à escola elementar.

Em relação aos autores de livros didáticos de Geografia que fizeram parte da “primeira e também da segunda geração”, verifica-se que tinham forte ligação com setores de muito prestígio social.

A presença do poder político no IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro) foi constante durante todo o império, tendo D. Pedro II participado assiduamente de suas reuniões. Não é, também, por mero acaso que encontramos na lista do IHGB vários nomes de professores do Colégio Pedro II e muitos deles foram os responsáveis pelas mais conhecidas e divulgadas obras didáticas destinadas ao curso secundário.”

(...) Muitas figuras que se destacaram como secretários do IHGB foram também autores de livros didáticos. O cônego Caetano Fernandes Pinheiro (1859-1876), Dr. Duarte Moreira de Azevedo (1880-1886), Joaquim Manuel de Macedo (1852-1856) e Max Fleiuss (1900-1905) (BITENCOURT, 2004, p. 07).

É possível inferir que os acontecimentos e as transformações sociais acabavam por ter reflexo na produção de obras didáticas. A Escola Militar, que assim como o IHGB tinha influência direta na produção desse tipo de material, realiza algumas modificações nos conteúdos didáticos quando das mudanças provocadas pelos embates políticos iniciados na década de 1840 e a reconfiguração do poder dos militares. Os materiais que antes eram traduções ou adaptações de obras estrangeiras passaram a ser produzidos localmente. A Escola Militar firmou-se como “o lugar institucional responsável pelo aparecimento dos primeiros compêndios

dedicados ao ensino das disciplinas formadoras da nacionalidade, especialmente história e geografia” (BITENCOURT 2004, p. 8).

Apesar da interferência do IHGB, da Escola Militar e da influência de colégios importantes como o Pedro II, a situação do ensino de geografia no país, no fim do século XIX, era alvo de várias críticas. Pereira utiliza o conhecido “*Parecer de 1883*” de Rui Barbosa, para retratar o panorama do ensino de geografia.

O ensino por nomenclatura domina exclusivamente (...) Praticado assim pelo bordão da rotina, o ensino da geografia é inútil, embrutecedor. Nulo como meio de cultura, incapaz mesmo de atuar duradouramente na memória, não faz senão oprimir, cansar e estupidificar a infância em vez de instruí-la. (PEREIRA, [1955], p. 395)

Este quadro só foi alterado com as modificações dos métodos e rumos do ensino da geografia, após a década de 1930, por Delgado de Carvalho, que através

de livros, conferências, artigos, entrevistas orais, cursos, conseguiu (...) valer o acerto de suas opiniões e a vantagem, para o melhor conhecimento do Brasil, do emprego de métodos que aprendera na Europa e observara em diferentes países, e, sobretudo a sua *Metodologia do ensino geográfico (1925)*, marcaram o início de uma nova e promissora época para o ensino da geografia, particularmente em grau secundário (PEREIRA, [1955], p. 395).

Já fazendo parte dos primeiros dois terços do século passado, sendo identificados como pertencentes à chamada Geografia Tradicional, registram-se aqui as seguintes obras: 1906 – *Chorographia do Brasil: resumo didactico de Raul Villa-Lobos*, 1912 - *Curso methodico de Geographia physica, política e astronômica: composto para uso das escolas brasileiras de Joaquim Maria de Lacerda*; 1923 – *Geografia – Atlas do Brasil e das cinco partes do mundo: 2ª parte – os Estados do Brasil* de Homem de Mello; 1925 – *Metodologia do ensino geográfico* de Delgado de Carvalho; 1937 - *Geografia: para a quinta série secundária de Aroldo de Azevedo*; 1941 – *Curso de Geografia: 1ª série ginasial de Fernando e Raja Gabaglia*; 1953 – *Geografia do Brasil: 3ª série colegial de Mário da Veiga Cabral*; 1964 – *Geografia do Brasil de Celso Antunes* e 1974 – *Estudos de Geografia de Melhem Adas*; ⁹

⁹ VILLA-LOBOS, Raul. *Chorographia do Brasil: resumo didactico*. 5ª ed. Editora: Laemmert & C. Editores. RJ. 1906. LACERDA, Joaquim Maria de. *Curso methodico de Geographia physica, política*

Autores como Delgado de Carvalho, Mário da Veiga Cabral, Fernando e Raja Gabaglia, Aroldo de Azevedo, Celso Antunes ¹⁰, realizaram várias publicações para diferentes séries do ensino de geografia no país, seguidas de inúmeras edições. Mas, de fato, pode-se ressaltar o nome de Delgado de Carvalho, pelas importantes contribuições à reformulação do ensino da geografia e Aroldo de Azevedo que foi por décadas o autor mais conhecido entre as publicações didáticas nas décadas de 1934 a 1974 ¹¹, acompanhando várias gerações de professores e estudantes.

Apesar das críticas comuns a sua obra, intensificadas na década de 1980, devido seu caráter descritivo e por seguir o chamado “receituário da geografia tradicional”, encontram-se em muitos livros didáticos de Azevedo claras intenções de estabelecer relações entre aspectos físicos e humanos. Mesmo seguindo o modelo “base física, populacional e econômica”, comum à prática da ciência geográfica naquele período, as críticas mais severas que afirmam haver na obra do autor uma

e astronômica: composto para uso das escolas brasileiras. Editora: Francisco Alves; Aillaud, Alves & Cia. 4ª ed. 1912. **HOMEM** de Mello, Geografia - Atlas do Brasil e das cinco partes do mundo: 2ª parte - os Estados do Brasil. Vol. 2 / 2ª ed. Editora: F. Briguiet & Cia. RJ. 1923. **AZEVEDO**, Aroldo de. Geografia: para a quinta série secundária. Editora: Nacional. SP 3.ed. 1937. **GABAGLIA**, Fernando. **GABAGLIA**, Raja. Curso de Geografia: 1ª série ginasial. Editora: F. Briguiet & Cia. RJ. 8ª ed. 1941. **CABRAL**, Mário da Veiga. Geografia do Brasil: 3ª série colegial. Editora: A Noite. RJ. 1953. **ANTUNES**, Celso. Nonoya Filho, José (Responsável pela cartografia). Geografia do Brasil. Vol.1 / 10ª ed. Editora do Brasil. São Paulo. 1964. **ADAS**, Melhem. Estudos de Geografia. Editora Moderna. São Paulo. 1974.

¹⁰ São publicações desses autores: **Delgado de Carvalho**: Geographia do Brasil. Vol.1 / 3ª ed. Rio de Janeiro. Editora: Francisco Alves. 1927; Geographia Humana: Política e Econômica. Vol.15 / 2ª ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1935; Geografia Regional do Brasil: para a quarta série. Vol.120 / 3ª ed. São Paulo. Editora Nacional. 1943. **Fernando Raja Gabaglia**: Leituras geográficas: para o ensino secundário. Rio de Janeiro. Editora F. Briguiet & Cia. 1933. **Mário da Veiga Cabral**: Compendio de Chorographia do Brasil. 5.ed. Rio de Janeiro. Editora Jacintho Ribeiro dos Santos. 1920; Geografia do Brasil: 3ª série. Rio de Janeiro. Editora Jacintho Ribeiro dos Santos. 1945; Geografia da América. 5ª ed. Rio de Janeiro. Editora Francisco Alves. 1957; Geografia: introdução. Rio de Janeiro. Editora Francisco Alves. 1964. **Celso Antunes**: Curso dinâmico de Geografia Geral: ensino de primeiro grau. 2ª ed. Guarulhos. Editora do Brasil. 1973; Geografia e participação, 1: introdução aos estudos geográficos. Vol.1 / 8ª ed. São Paulo. Editora Scipione. 1989; Geografia e participação, 1: introdução aos estudos geográficos. Vol.1 / 2ª ed. São Paulo. Editora Scipione. 1996.

¹¹ As trinta obras didáticas do autor são aqui relacionadas: 1934-Geografia Humana, 1935-Geografia 2ª série; 1935- Geografia 3ª série; 1935 Geografia 4ª série ginasial; 1936- Geografia 1ª série escolar; 1936- Geografia 5ª série; 1938- Corografia do Brasil; 1939- Geografia – Curso Comercial; 1943-Geografia Geral; 1ª série ginasial; 1943- Geografia Geral: 2ª série ginasial; 1944- Geografia do Brasil, 3º ano; 1944- Geografia do Brasil, 4º ano; 1947- Geografia das crianças; 1947- Geografia Física, 1ª série colegial; 1949- Geografia Regional, 2ª série colegial; 1950- Geografia Humana do Brasil, 3º ano colegial; 1951- Leituras Geográficas, 1ª e 2ª séries; 1951- Leituras Geográficas, 3ª e 4ª séries; 1956- Programa de Admissão; 1958- Leituras Geográficas, curso ginasial; 1962- As Regiões Brasileiras; 1963- Terra Brasileira; 1963- Os Continentes (antigo Geografia Geral, 2ª série); 1964- O Mundo em que vivemos; 1966- As regiões Brasileiras (nova edição); 1968- Os Continentes (nova edição); 1969- Geografia do Brasil; 1970- O Brasil no Mundo; 1971- O Brasil e suas Regiões; 1974- O mundo que nos rodeia. Referências encontradas em: SANTOS, Wilson dos. A Obra de Aroldo de Azevedo – uma avaliação. Dissertação de Mestrado. Rio Claro. 1984. P 87 – 88.

naturalização dos aspectos (leia-se os problemas) sociais, sem contudo observar que apesar de haver alguma predominância na ordem em que esses são tratados, as referências aos de ordem humana são registrados.

Em um estudo sobre o discurso regional no Brasil que se propuseram a revisar alguns aspectos na obra de Azevedo, voltada para o ensino de Geografia, encontra-se uma análise apressada quanto ao tratamento dado pelo autor às questões ligadas à sociedade. Cita-se aqui um exemplo, onde as autoras analisam trechos escritos por Azevedo:

Em conseqüência das condições de vida cada vez mais difíceis e da hostilidade do meio natural, muitos brasileiros têm abandonado as áreas rurais. Uns vão morar nas cidades médias ou grandes. Outros sozinhos ou com suas famílias, deslocam-se para Estados às vezes situados bem longe do torrão natal. O fato vem acontecendo desde os tempos coloniais. Registrou-se quando o ouro e as pedras preciosas foram descobertos em Minas Gerais, no século XVIII; por ocasião da expansão da cultura de café. A partir de 1930, ao tempo em que a borracha fez as riquezas da Amazônia, desde a segunda metade do século XIX, até os primeiros anos do século atual. Mas continua a verificar, ainda hoje, em direção ao Planalto Central e para as zonas de povoamento recente do Oeste de São Paulo, norte do Paraná e Sul de Mato Grosso (AZEVEDO apud LIMA e ABREU, 2005, p. 184).

Segundo as autoras, para Azevedo, as migrações internas são *“justificadas pelas dificuldades vividas pela população (...) em decorrência do meio natural hostil. Assim as secas nordestinas seriam analisadas somente pela causalidade natural, que expulsa populações”*. (LIMA & ABREU, 2005, p. 184). Lendo o trecho destacado acima não se encontra menção exclusiva (ela nem é citada) à seca no Nordeste.

Vale ainda ressaltar que quando Azevedo fala das condições de vida da população, não as coloca diretamente determinada pelo meio, vejamos novamente a citação: *“Em conseqüência das condições de vida cada vez mais difíceis e da hostilidade do meio natural, muitos brasileiros têm abandonado as áreas rurais”*.¹²

Certamente, as discussões sobre os aspectos humanos, as desigualdades sociais são muito mais debatidas na Geografia no fim da década de 1970, quando o autor deixa de publicar novos LD's.

¹² (Azevedo 1965, p. 67 apud Lima e Abreu, 2005, p. 184). Grifo meu.

Em meados da década 1970, aparecem outros autores de LD's que também vão sendo reconhecidos entre aqueles que têm relação com o ensino de geografia: Melhem Adas em 1974, Igor Moreira em 1977, Elian Alab em 1974, Marcos de Amorim Coelho e Hirome Nakata em 1978, entre outros ¹³. Melhem Adas e Igor Moreira ¹⁴ continuam publicando LD's, sendo que suas obras são bastante conhecidas por professores e alunos do ensino fundamental e médio. A maioria desses autores também tem suas coleções na lista daquelas aprovadas pelo PNLD/2005.

A obra de Elian Alab, em 1986, foi objeto de estudo de Resende, que fez uma análise sucinta do livro *Geografia: geografia geral, astronômica, física, humana e econômica, 5ª série (1983)*, evidenciando erros e abordagens conceituais equivocadas. Elian Alab continua publicando obras didáticas sendo que atualmente, atua em parceria com Anselmo Branco e tem sua coleção de 5ª a 8ª séries fazendo parte das 11 coleções aprovadas no PNLD/2005. Marcos de Amorim Coelho, também continua publicando LD's voltados para o ensino médio.

Em 1980, alguns autores influenciados pelos debates sobre Geografia Crítica iniciados no final da década de 1970, passaram a abordar os conteúdos que abarcaram com maior destaque os aspectos sociais e econômicos. As discussões acerca da renovação dos conteúdos didáticos de geografia condenavam o predomínio dos conteúdos ligados a Geografia Física em detrimento da Geografia humana. ¹⁵ Nessa fase questionaram-se os conteúdos que eram entendidos como de origem da geografia tradicional, que circulavam na academia, e também aqueles que se faziam predominantes no conteúdo geral voltado ao ensino escolar de geografia.

¹³ LUCCI, Elian A. Geografia econômica: geografia do desenvolvimento econômico mundial e do Brasil. São Paulo. Editora Saraiva. 1974. COELHO, Marcos A. NAKATA, Hirome Geografia Geral: geografia física, geografia humana e geografia econômica. São Paulo. Editora Moderna. 1978.

¹⁴ As primeiras publicações didáticas encontradas destes autores são, respectivamente de 1974, com o livro destinado ao ensino de segundo grau - Estudos de Geografia. Editora Moderna. SP e 1977 com o livro Espaço geográfico: Geografia geral e do Brasil. 9ª ed. Editora Ática. SP. 1977.

¹⁵ Como trabalho de suma importância na análise da separação clássica da ciência geográfica: sociedade e natureza, presente também nos livros didáticos de geografia, está a obra de Pereira (1999) intitulada: Da Geografia que se Ensina à Gênese da Geografia Moderna.

Ocorre na década de oitenta uma nova fase (que se consolida em 1990) na formação dos conteúdos dos LD's de Geografia. Os aspectos sociais ganharam destaque, as relações sociais passaram a ser consideradas como fonte de transformação do espaço. Os conteúdos passam a se identificar em seus títulos como *estudo do espaço, da sociedade, do espaço geográfico*. As explicações dos fenômenos, sobretudo do cotidiano, passam a prevalecer sobre a descrição. Espera-se possibilitar o desenvolvimento da capacidade crítica do aluno, não mais o mero potencial de memorização da vasta nomenclatura dos conteúdos de geografia.

Começam a figurar entre os novos lançamentos didáticos para o ensino de geografia as obras de Wiliam Vesentini com *Sociedade e espaço* em 1982. Romeu Rui e Beatriz P. Marchesin com *Geografia: as regiões brasileiras* em 1985. José C. Rocha com *Geografia: América desenvolvida e subdesenvolvida* em 1987. Diamantino Pereira, Douglas Santos e Marcos Carvalho com *Geografia Ciência do Espaço - O Espaço Brasileiro* em 1988. Apesar das inovações na abordagem e organização dos conteúdos esses autores não substituem por completo aqueles que já publicavam LD's de Geografia na década de 1970, visto que eles continuam com a publicar seus livros, acrescentando novos lançamentos. Alguns vão incorporando as modificações trazidas na década de 1980 nos conteúdos de Geografia.

Na década de 1990, há a consolidação das modificações trazidas para os manuais didáticos em meados de 1980. Boa parte dos autores acima citados continua publicando LD's, inclusive com novos lançamentos. Autores como Celso Antunes e Zoraide Beltrame vão deixando de estar presentes nas listas de livros ditribuídos pelo MEC. Nessa década causa bastante repercussão a coleção de 5ª a 8ª série de Wiliam Vesentini e Vânia Vlach, intitulada Geografia Crítica.

Mesmo com as modificações na abordagem dos conceitos e dos assuntos a serem estudados em Geografia, os livros dessa e das demais disciplinas do ensino fundamental foram alvos da avaliação realizada pelo PNLD de 1999. Muitos livros de autores renomados foram aprovados com ressalva e alguns chegaram a ser excluídos do Guia do Livro Didático, ficando assim sem a garantia de compra pelo governo federal. Houve muito protesto dos autores e das editoras contestando os critérios da avaliação.

Apesar de terem realizado uma grande modificação na maneira como e o que se ensina geografia na educação básica, vários são os problemas de abordagem conceitual e mesmo de incoerência entre os conteúdos e a postulação de se trabalhar com *formação espacial, transformação do espaço, espaço geográfico*.

As relações sociais e as transformações do território ganharam importância, mas muitas ficaram reduzidas àquelas que circunscrevem ao chamado centro dinâmico do país. A maioria das análises pauta-se na listagem de características, não reconhecendo as especificidades de cada região, apesar de encontrar nessas obras referências ao estudo da formação da sociedade e do espaço.

1.2 AÇÕES GOVERNAMENTAIS REFERENTES AO LIVRO DIDÁTICO E SUA AVALIAÇÃO PELO MEC.

Anteriormente a primeira avaliação realizada pelo Ministério da Educação (MEC), através do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), em 1996, para os livros destinados as séries do primeiro ciclo do ensino fundamental (de 1ª a 4ª séries), existiram em diferentes momentos ações governamentais que regulavam a compra e a distribuição dos LD's no país.

A primeira medida de forte influência na produção e circulação do livro didático no Brasil acontece em 1930, quando é criado Ministério da Educação e da Saúde, que viria a auxiliar o aumento na produção desse material (BEZERRA & LUCA in SPOSITO, 2006, p. 29). Entre as grandes mudanças políticas ocorridas no país vão sendo gestadas diferentes e importantes medidas quanto à regulamentação da educação, e assim dos materiais didáticos. Em 1938, durante o Estado Novo, é criada a Comissão Nacional do Livro Didático *“à qual caberia zelar pelo conteúdo dos materiais utilizados pelos alunos”*. (BEZERRA & LUCA in SPOSITO, 2006, p. 29).

Durante a Ditadura Militar o acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) em 1966,

possibilitou a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (Colted), causando grande repercussão na sociedade.¹⁶ Segundo BEZERRA & LUCA in SPOSITO (2006, p. 30).

A partir da década de 1960 (...) os materiais didáticos rapidamente deixaram de ser obras de referência, como haviam sido até então, e passaram a orientar e conduzir a ação docente. Tudo isso marcado por um regime de exceção e pela falta de liberdades democráticas.

Na década de 1970, surgem novas instituições responsáveis pelos programas de análise e distribuição dos livros didáticos. Os órgãos mais importantes desse período foram: o Instituto Nacional do Livro Didático, criado em 1971, responsável pela administração dos recursos destinados à política educacional; e a Fundação Nacional do Material Escolar, responsável pela execução dos programas voltados para o livro didático (BEZERRA & LUCA in SPOSITO, 2006, p. 30).

Em 1983, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), substituirá a Fundação Nacional do Material Escolar, sendo que em 1985, através do Decreto nº. 91.542, de 19/8/85, surge o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que consolida *a indicação do livro didático pelos professores; reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável; fim da participação financeira dos estados* (SITE MEC, 2006)¹⁷.

A última grande política sobre o livro didático no Brasil, é de fato o processo de avaliação pedagógica dos LD's inscritos em 1995 para o PNLD/1996. Este processo de avaliação vem sendo aplicado atualmente com algumas modificações, mas *“os livros que apresentam erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer tipo ainda são excluídos do Guia do Livro Didático”*. (Site MEC, 2006). No quadro apresentado na página seguinte, estão as principais medidas ligadas à legislação dos LD's no país, em diferentes períodos, seguidas de suas conseqüências mais diretas na produção, avaliação e distribuição dos livros:

¹⁶ Dados obtidos no Site oficial do Ministério da Educação: Histórico do PNLD. Disponível em http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/livro_didatico/livro_didatico.html. Acesso 06 de Dezembro de 2006.

¹⁷ Site oficial do Ministério da Educação: Histórico do PNLD. Disponível em http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/livro_didatico/livro_didatico.html. Acesso 06 de Dezembro de 2006.

QUADRO 01 – As ações governamentais referentes aos livros didáticos.

Ações governamentais	Implicações diversas
1929 – Criação do Instituto Nacional do Livro (INL), responsável por legislar e auxiliar o aumento da produção do livro didático nacional.	
1938 – Por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38, institui-se a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), com poderes de legislar e controlar a produção e a circulação do livro didático no País.	1938 – Estabelecimento de condições para produção, importação e utilização do livro didático. Além do estabelecimento de impedimentos à autorização para edição e exigências quanto à correção de informação e linguagem.
1945 – Pelo Decreto-lei nº 8.460, de 26/12/45, consolida-se a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático, restringindo ao professor a escolha do livro a ser utilizado pelos alunos.	1945 – O Estado passou, então, a assumir o controle sobre o processo de adoção de livros em todos os estabelecimentos de ensino no território nacional. Gradativamente, tais funções foram se descentralizando, com a criação, em alguns Estados, de Comissões Estaduais do Livro Didático.
1966 – Um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) permite a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (Colted), com o objetivo de coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático.	
1968 – Criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.	
1970 – A Portaria nº 35, de 11/3/1970, do Ministério da Educação implementa o sistema de co-edição de livros com as editoras nacionais, com recursos do Instituto Nacional do Livro (INL).	
1971 – O Instituto Nacional do Livro (INL) passa a desenvolver o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef). Com o término do convênio MEC/Usaid, os estados da federação passam a contribuir para o Fundo do Livro Didático.	
1976 – Pelo Decreto nº 77.107, de 4/2/76, o governo assume a compra de boa parcela dos livros. Com a extinção do INL, a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename) torna-se responsável pela execução do programa do livro didático. Os recursos provêm do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e das contribuições estabelecidas para participação dos estados. A grande maioria das escolas municipais é excluída do programa devido à insuficiência de recursos.	1976 – Através da ampliação dos recursos via FNDE, há um aumento da tiragem dos livros e à criação de um mercado seguro para as editoras.
1983 – Em substituição à Fename, é criada a Fundação de Assistência ao	Na ocasião, propõe-se a participação dos professores na escolha dos livros e a

Estudante (FAE), que incorpora o Plidef.	ampliação do programa para atender as demais séries do ensino fundamental.
1985 – Com a edição do Decreto nº 91.542, de 19/8/85, o Plidef dá lugar ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), trazendo inovações, como: Indicação do livro didático pelos professores; Abolição do livro descartável, exigência de aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção e implantação de bancos de livros didáticos; Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE.	1985 – Estabeleceu-se como meta o atendimento de todos os alunos de primeira a oitava série do primeiro grau das escolas públicas federais, estaduais, territoriais, municipais e comunitárias do país, com prioridade para os componentes básicos: Comunicação e Expressão e Matemática.
1993 – A Resolução FNDE nº 6 vincula, em julho de 1993, recursos para a aquisição dos livros didáticos destinados aos alunos das redes públicas de ensino, estabelecendo-se, um fluxo regular de verbas para a aquisição e distribuição.	
1996 – Inicia o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD/1997. Os livros que apresentam erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer tipo são excluídos do Guia do Livro Didático.	1996 – A FAE é extinta, ficando a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), criada em 1968, a execução do PNLD, com recursos oriundos principalmente do Salário-Educação.
1999 – Tem início a avaliação dos livros didáticos voltados ao segundo ciclo do ensino fundamental, nas disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, História e Geografia.	1999 – Há uma grande repercussão na mídia, onde autores e editores de livros didáticos criticaram a avaliação realizada pelo PNLD, que havia excluído diversas obras.
2002 – É realizada a segunda avaliação dos livros didáticos de 5ª a 8ª série, com algumas modificações na categorização das obras. A Avaliação passou a ser realizada por algumas universidades.	2002 – O PNLD é considerado o maior programa governamental de distribuição de livros do mundo.
2003 – O PNLD distribui dicionários de língua portuguesa aos ingressantes na 1ª série e atende aos alunos das 7ª e 8ª séries.	
2005 – É realizado o terceiro PNLD de 5ª a 8ª série. A avaliação foi novamente realizada por universidades.	

Fonte: Elaborado pela autora. Dados e informações com base no Site MEC, 2006; HOLFLIMAM, 2000 e CASSIANO, 2005.

Todo o processo do PNLD passa por fases determinadas quanto a regras e prazos estabelecidos. Existem prazos para que as editoras inscrevam suas

coleções; prazo para realização das avaliações dos livros e finalmente; prazo para a comunicação da escolha dos livros realizada pelos professores em diversas escolas.¹⁸

Na primeira avaliação realizada em 1994/1995 para o chamado PNLD 1996, são avaliados os livros destinados às primeiras séries do ensino fundamental – 1ª a 4ª, das disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Ciências e Estudos Sociais. Nessa avaliação, os livros de História e Geografia foram analisados como pertencentes à área de Estudos Sociais. Essa avaliação teve como coordenadora de área Ernesta Zamboni.

O primeiro PNLD destinado ao segundo ciclo do ensino fundamental – 5ª a 8ª série, foi publicado 1999, destinado às disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, História e Geografia. Nesse processo, os avaliadores eram vários professores de diversas instituições de ensino de todo o país, que atuaram sob a coordenação do Professor Manoel Correa de Andrade.

O segundo processo de avaliação destinado à segunda fase do ensino fundamental (5ª a 8ª série), ocorreu em 2002, tendo como coordenadora de área Marília Luiza Peluso. Nesse PNLD, a avaliação passou a ser realizada por

(...) coleções e não mais livros isolados, com o objetivo de garantir o desenvolvimento curricular e ficou a cargo das seguintes universidades: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Alfabetização e Língua Portuguesa; Universidade de São Paulo (USP) – Ciências; Universidade do Estado de São Paulo (UNESP) – Geografia e História; Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Matemática. (SITE MEC-GNLD de Geografia, 2005, p. 377).¹⁹

No terceiro PNLD, que resultou no Guia Nacional do Livro Didático 2005²⁰, ocorre uma significativa mudança na avaliação quanto à classificação das coleções e assim na identificação das resenhas. As categorias *Recomendado com Distinção*; *Recomendado*; *Recomendado com Ressalva* e *Excluído*, não são mais utilizadas. Os livros (enquanto coleção completa) passam a ser classificados em aprovados ou excluídos. Nessa avaliação, a universidade responsável por sua execução também

¹⁸ Ver em anexo o procedimento completo de funcionamento do PNLD.

¹⁹ Dados e informações obtidas no Site oficial do Ministério da Educação: Guia Nacional do Livro Didático – Geografia.

²⁰ Em anexo está a figura da capa do Guia de Geografia 2005.

foi a UNESP, tendo na coordenação os seguintes membros: Maria Encarnação Beltrão Sposito, na Coordenação Institucional; Antonio Nivaldo Hespanhol, na Coordenação de Área e Eliseu Savério Sposito, na Coordenação Adjunta ²¹.

Apesar da mudança na categorização dos livros, o método de avaliação continuou baseado nos chamados critérios eliminatórios e classificatórios. No quadro abaixo estão os aspectos considerados na análise dos critérios eliminatórios.

QUADRO 02 - Critérios eliminatórios

Aspectos analisados	Elementos
1. Coerência e adequação metodológicas:	“O livro didático deve apresentar conteúdos e atividades que permitam à interação professor-aluno, a compreensão dos significados e a construção do conhecimento escolar vinculado à prática social. É necessário que haja compatibilidade entre a opção teórico metodológica proposta e a adotada, (...) e correta exposição dos conceitos, fenômenos e acontecimentos, devidamente localizados.”
2. Conceitos e informações básicas:	“As coleções foram avaliadas quanto à correção dos conceitos e informações. <u>São considerados erros conceituais:</u> relações espaço-temporais que não permitam compreender a construção histórica do espaço geográfico; idéias inadequadas, lacunares ou errôneas que impossibilitem a compreensão das dinâmicas e dos processos constituintes dos espaços físico e humano, de suas formas e das relações estabelecidas entre os elementos que os compõem; idéias inadequadas, lacunares ou errôneas que impeçam a compreensão das relações entre sociedade e natureza; <u>indução ao erro, confusão conceitual e reducionismos também se constituem em critérios eliminatórios. Finalmente, o livro didático não deve conter informações incorretas ou desatualizadas.</u> ”
3. Construção da cidadania:	“As coleções não podem expressar preconceitos de origem, etnia, gênero, religião, ideologia, idade ou quaisquer outras formas de discriminação. Não só os textos, mas também as representações gráficas, como fotos, mapas, tabelas, quadros ou outros tipos de ilustração

²¹ Os pareceristas foram: Álvaro Luiz Heidrich, Antonio Cezar Leal, Arthur Magon Whitacker, Claudinei Lourenço, Dirce Maria Suertegaray, Edvânia Aguiar Torres Gomes, Ercília Torres Steinke, Genylton Odylon Rego da Rocha, Gláucio José Marafon, Hernani Loebler Campos, João Cleps Junior, João Lima Sant’Anna Neto, Margarete Cristiane de Costa Trindade Amorim, Roberto Verdum, Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol, Vera Lúcia Salazar Pessoa. (Guia Nacional do Livro Didático – Geografia)

	necessários para compreender os conteúdos geográficos, devem ser isentos de preconceitos e de propaganda.”
--	--

Fonte: Elaborado pela autora. Informações extraídas do GNLD de Geografia 2005 ²²

Nos critérios classificatórios visa-se distinguir as diversas coleções, tendo em vista seus diferentes graus de excelência. Eles só são analisados depois que as obras tenham atendido aos critérios eliminatórios, sendo consideradas aprovadas. Nos critérios classificatórios são observados os seguintes aspectos:

A linguagem deve ser adequada ao estágio de desenvolvimento cognitivo do aluno e contribuir para o desenvolvimento do vocabulário específico da Geografia (...). O trabalho com diferentes pontos de vista é importante para a formação de conceitos, por permitir a correta compreensão dos conteúdos e estimular o exercício da cidadania (...). A problematização nos textos e exercícios é importante para desenvolver o senso crítico (...). Os conteúdos e conceitos devem ser aceitos pela comunidade científica e trabalhados para atender a diferentes perfis socioeconômicos e regionais (...). A inclusão de glossário, referências bibliográficas e textos complementares valorizam a coleção (...). As representações cartográficas (mapas, cartas e plantas), as ilustrações (fotos, imagens, desenhos, blocos-diagrama e croquis) gráficos, tabelas ou quadros devem estar acompanhados de título, fonte de informação e data de elaboração, além de autoria, legenda, orientação e escala onde se fizerem necessários. O manual do professor tem grande importância no processo de ensino-aprendizagem e deve fornecer orientações para o docente exercer suas funções em sala de aula (...) As coleções, ao atenderem aos princípios e critérios eliminatórios e classificatórios, estarão em condições de proporcionar um bom trabalho pedagógico (SITE MEC-GNLD de Geografia, 2005, p. 107-108).

O processo de avaliação dos LD's de Geografia do PNLD de 2005, inicia em 2003 com o treinamento dos avaliadores a respeito da sistemática que envolve a avaliação, conhecimento e questionamento dos quesitos nas fichas de avaliação e orientações sobre o preenchimento das mesmas e elaboração das resenhas que fazem parte do Guia do Livro Didático. ²³ Conforme as informações trazidas por HESPANHOL (2006, p. 75),

cada uma das coleções foi analisada de maneira simultânea e independente por dois avaliadores, os livros não tinham qualquer

²² Grifo meu. Dados e informações obtidas no Site oficial do Ministério da Educação Guia Nacional do Livro Didático – Geografia.

²³ Ver o modelo das fichas de avaliação em Anexo.

identificação de autoria, título e editoração (...) A consolidação das duas fichas de avaliação é efetuada somente depois da reunião dos dois avaliadores com o coordenador, o adjunto e membro da equipe técnica do MEC (...) quando não há consenso sobre a exclusão da obra, ela é submetida a um terceiro avaliador.

Como resultado final do processo de avaliação das dezesseis coleções inscritas no PNLD/2005, onze coleções foram aprovadas, tendo as resenhas publicadas no Guia do Livro Didático de Geografia 2005.

1.3 O MERCADO EDITORIAL DE LIVROS DIDÁTICOS.

Na década de 1970, a indústria do livro didático, acompanhando todo setor da indústria gráfica, cresceu de forma acelerada. São registradas nessa época fortes *“mudanças na editoração dos livros didáticos e na organização dos conteúdos que passam para o modelo anglo-saxônico devido às determinações do acordo MEC-USAID”* (VLACH & MEDEIROS, 2004, p. 02). Nos livros destinados ao ensino de Geografia, em nível fundamental, as obras passam a contar com maior incremento nas ilustrações e vai tornando-se regra, a presença do “responsável pela cartografia”. A qualidade da editoração e do material é bastante melhorada.

Ainda nesse período, o setor foi bastante estimulado pela *promulgação da Lei 5692/71, que fixou as Diretrizes e Bases para os ensinos de 1º e 2º graus, ampliando a obrigatoriedade da escolarização de quatro para oito anos* (CASSIANO, 2005, p. 292). Além disso, a lei passou a definir também quais seriam os conteúdos essenciais a fazerem parte do ensino no Brasil.

A utilização do livro didático no Brasil ampliou-se com os investimentos governamentais, via programas do MEC, e devido à variedade de títulos lançados pelo mercado editorial nessa época. Através das ações governamentais implementadas nas décadas de 1970 e 1980, a produção dos LD's continuou crescendo. Mas foi somente em 1997, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que subsidiou o PNLD, que o MEC passou a adquirir, continuamente, *“livros didáticos de alfabetização, língua portuguesa,*

matemática, ciências, estudos sociais, história e geografia para todos os alunos de 1ª a 8ª série do ensino fundamental público” (SITE MEC, 2006).

Dois aspectos importantes a serem analisados na utilização dos LD’s (e na grande demanda proporcionada pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) através do PNLD são encontrados em Cassiano. O primeiro refere-se às categorias inerentes ao livro didático no ensino brasileiro:

(...) os livros são trocados anualmente (gradualidade), isto é, o aluno muda de série e, conseqüentemente, muda de livro. Além disso, próprio da forma escolar, voltada para o ensino de massas, o espaço e o tempo serem organizados de modo a atender simultaneamente todos os alunos, isto é, ensinar a muitos ao mesmo tempo (simultaneidade). A distribuição gratuita dos livros didáticos é assegurada a todos os alunos da escola pública (universalidade). Essas três categorias – gradualidade, simultaneidade e universalidade – intrínsecas ao sistema escolar contemporâneo, explicam o grande volume de livros didáticos que circula anualmente (CASSIANO, 2005, p. 283).²⁴

O segundo aspecto diz respeito às modificações trazidas pelo PNLD, que envolve a política pública de investimentos na educação, a escolha dos livros e a adequação das editoras às exigências do programa. O governo passa a não comprar livros que apresentem exercícios a serem feitos nesse material, para que outros alunos pudessem utilizá-lo nos anos seguintes; a escolha dos LD’s passa a ser realizada pelo professor; os livros passam a ter sua distribuição gratuita garantidas pelos recursos do governo federal (CASSIANO, 2005, p 284).

Apesar da informação de que os recursos para compra dos LD’s vêm do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Sposito sinaliza em artigo publicado em 2003, que parte desses recursos advém de

(...) verba resultante de acordos internacionais que efetivam empréstimos do Banco Mundial, para distribuição gratuita para todas as escolas públicas do ensino fundamental. Mas acrescenta que: Sem querer simplificar a explicação, é preciso deixar claro que o Banco Mundial faz empréstimos aos países da América Latina e define suas prioridades. No entanto, os sujeitos responsáveis pelas políticas públicas nos diferentes países estabelecem a sua dinâmica segundo

²⁴ Grifo meu.

as linhas de governo, sua capacidade de atuação e as características de suas culturas acadêmicas e de ensino (SPOSITO, 2003).²⁵

Já em outro artigo de Sposito, publicado em 2006, o autor afirma que:

é necessário informar a todos que o Plano Nacional do Livro Didático tem sido financiado totalmente pelo governo brasileiro, com fundos do programa Bolsa Escola, sem nenhuma participação daquele organismo estrangeiro (SPOSITO in SPOSITO, 2006, p. 59).

Mesmo sendo o PNLD, o maior comprador de LD's das editoras, e ser o material editorial mais vendido no Brasil, a avaliação dos LD causou grande insatisfação devido a grande lista de obras excluídas pela avaliação. Além da repercussão divulgada pela mídia dando voz aos autores e editores, várias entidades²⁶ se manifestaram contra os resultados da avaliação do PNLD (CASSIANO, 2005, p. 286).

Conforme Cassiano (2005), na segunda edição do PNLD, 1999, a distribuição dos LD's chegou a um número tão grande que Maria Helena Guimarães de Castro, afirmou ter tido o Brasil no ano de 2001, o maior programa de fornecimento de livro do mundo, entrando, por isso, para o *Guinness*, o livro de recordes.

A arrecadação das editoras vinda da compra dos LD's pelo governo federal, parece ter amenizado os protestos e bravatas iniciais. Cerca de 56% do faturamento das editoras advém da compra de material didático pelo governo federal (CASSIANO, 2005, p. 284). A continuidade das avaliações, as discussões entre vários atores envolvidos com a questão do livro didático, consolidaram esse processo no Brasil. Mas a concentração da compra dos livros em poucas editoras também foi se acentuando com o prosseguimento das edições do PNLD. Além disso, o lucro obtido pelas editoras com os LD's não se restringe apenas no mercado nacional.

²⁵ Sposito, Eliseu Savério. **9º Encontro de Geógrafos da América Latina**, Mérida, México 2003. Disponível em CD-ROM. O autor complementa que: "Os empréstimos do Banco Mundial para a execução do PNLD constituem-se numa política pública duramente criticada por alguns autores de livros didáticos e por pesquisadores universitários ligados ao ensino fundamental".

²⁶ Associação Brasileira de Editores de Livros – Abrelivros; a Associação Brasileira de Autores de Livros Educativos – Abrale; a Associação de Pais e Alunos do Estado de São Paulo – Apaesp; a Associação Intermunicipal de Pais e Alunos de São Paulo – Aipa; a Câmara Brasileira do Livro – CBL; do Sindicato Nacional de Editores de Livros – Snel

Desde o início das políticas de compra e distribuição de LD's vinculadas a FAE (1983), observa-se uma concentração na porcentagem da venda dos livros em poucas editoras. Essa concentração veio aumentando na seqüência das edições do PNLD. Diferentes estudos sobre a distribuição dos manuais didáticos no Brasil apontam para as seguintes editoras com maior percentual de venda ao PNLD: Editora Ática/ Scipione; Editora Brasil; Editora IBEP/ Nacional, Editora FTD, Editora Saraiva/ Atual e Editora Moderna (CASSIANO, 2005, p 289). A tabela abaixo demonstra o percentual de aquisições do PNLD de LD's por editora, entre 1985 a 1991.

TABELA 01 - Participação das editoras nas aquisições de livros didáticos pelo PNLD de 1985-1991 (em %)

Editoras	Percentual (%)
Outras*	19
Ática	17
Brasil	17
IBEP	12
FTD	12
Saraiva	8
Nacional	8
Scipione	7

Fonte: HÖFLING, 2000

*Incluindo percentual não detalhado da editora Moderna

Com dados referentes ao período de 2002 a 2006 atesta-se de fato a concentração da venda dos didáticos em poucas editoras. A tabela da página seguinte traz o número de exemplares vendidos pelas editoras nas últimas edições do PNLD.

TABELA 02 – Número de exemplares adquiridos pelo PNLD de 2002 a 2006

Editores	Número de exemplares
Ática*	81.809.216
FTD	67.950.399
Saraiva*	63.215.713
Scipione*	36.756.824
Moderna*	30.179.500
IBEP	28.840.622
Brasil	17.702.147
Nova Geração	10.706.906
Quinteto*	6.703.205
Dimensão	4.295.390
Módulo	927.264
Formato	898.835
Base	711.578
Arco-Iris	255.020
Access	22.765
Braga/ LDS	7.341
UFG	5.511

Fonte: Adaptado de SERWY, 2006.

*Essas são as editoras que possuem coleções de Geografia no PNLD 2005.

No site oficial do MEC, são apresentadas algumas tabelas e quadros com a relação de alunos, tiragem e custo com o material didático adquirido. Dentre eles extraímos a tabela demonstrada:

TABELA 03 – Relação de alunos, exemplares didáticos e investimento do PNLD na edição de 2007.

Editora	Tiragem	Tiragem Média	Cadernos Tipográficos	R\$ / Caderno	R\$ / Exemplar	Valor Total
FTD	25.372.810	77.356	357.825.985	0,3077	4,33	109.983.348,26
Moderna	24.214.254	130.184	295.058.491	0,2955	3,60	87.052.693,27
Ática	11.250.860	37.755	169.278.631	0,3511	5,28	59.373.093,82
Saraiva	8.618.766	24.485	108.648.433	0,3611	4,55	39.176.748,03
Positivo	7.932.491	60.095	103.839.306	0,3636	4,75	37.717.714,47
Scipione	5.543.623	24.314	78.918.962	03,699	5,26	29.157.103,18
Escala	4.645.823	92.916	55.395.086	0,3701	4,41	20.483.696,03
Do Brasil	4.448.440	30.469	52.424.889	0,3766	4,43	19.720.079,85
IBEP	3.477.494	24.839	43.963.888	0,3855	4,87	16.930.540,86
Quinteto	3.315.503	39.470	39.395.541	0,3588	4,26	14.119.030,04
Base	1.439.713	21.814	15.632.643	0,4988	5,41	7.789.917,68
Nova Geração	799.982	44.443	14.062.928	0,4711	8,28	6.619.924,96
Sarandi	863.580	86.358	9.524.687	0,5055	5,57	4.809.217,89
Dimensão	593.854	16.496	7.062.998	0,5244	6,23	3.700.072,24
Educarte	4.772	597	38.884	1,8822	15,33	73.152,24
Total	102.521.965	49.242	1.351.069.352	0,3384	4,45	456.706.333,38

Fonte: Site do MEC, 2008.

Segundo o estudo de Cassiano (2005, p 292-293), com informações extraídas de autores que se dedicaram à pesquisa da história das editoras no Brasil, pode-se dividir o século XX em duas fases quanto à origem das editoras. Na primeira metade surgem as editoras: *FTD*, que tem a primeira publicação no Brasil em 1902, ligada à atuação dos irmãos maristas na educação, passando em 1963, da denominação de *coleção FTD* para Editora FTD, sendo bastante reconhecida pelas coleções de matemática na década de 1980; *Companhia Editora Saraiva*, que viria a entrar no ramo editorial em 1913, com a publicação de uma obra destinada a área jurídica, conquistando espaço na década de 1940 e ganhando um grande impulso em 1970, com a publicação de nova coleção de LD's de matemática; *Companhia Editora Nacional*, originada da antiga Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato em 1926 e que dominou a produção de didáticos até a década de 1950; *Editora do Brasil*, fundada em 1946, por ex-funcionários da Editora Nacional ganhando importância na produção de LD's e infantis (CASSIANO, 2005, p. 294 a 297).

Na segunda metade no século XX, surgem com força no mercado editorial de LD's: a *Editora Ática* fundada em 1965, em vista do sucesso das impressões das apostilas destinadas a um curso de madureza ainda em 1956, que em 1983, compra a *Editora Scipione* (apesar de pertencerem ao mesmo grupo, atuam como empresas distintas). A *Editora IBEP*, criada em 1966, adquire a Editora Nacional em 1980, passando a deter 30% do mercado nacional de obras didáticas; A *Editora Moderna* é criada em 1968, possui importantes publicações didáticas voltadas para o ensino médio; e a *Editora Atual*, criada em 1973, com destaque também nas publicações destinadas ao ensino médio, e que em 1990 é vendida para a Editora Saraiva (CASSIANO, 2005, p. 294 - 297).

No artigo de onde se obteve essas informações, a autora chama atenção para o fato de que com exceção da FTD, de origem francesa, todas as demais tiveram em sua origem capital nacional, além de estarem todas situadas no Estado de São Paulo. Essas informações possibilitam a visualização da concentração das publicações didáticas, e dos livros distribuídos pelo governo federal, na mão de

poucas editoras. Além disso, nas últimas décadas houve grande investimento por parte de editoras européias no mercado de LD's em diferentes países, como exemplo, "as editoras Hachette, Hatier, o Nathan, Mac Millan, Longman, Anaya e Santillana" (CASSIANO, 2005 p. 298). Para uma visualização da concentração das editoras e das aquisições realizadas por multinacionais, elaborou-se o quadro apresentado na página seguinte:

QUADRO 03 - Origem e aquisição nacional e internacional das editoras com maior participação no PNLD/ 2005.

Editora /Fundação	Aquisição Nacional	Aquisição Internacional	*Número de coleções didáticas de Geografia de 5ª a 8ª série / autor
FTD / 1902	-----	-----	-----
Saraiva / 1913	Adquire a editora Atual / 1990	**Vendeu 15% para investidores estrangeiros e 2,6% para IFC – Banco Mundial/ 1993	1-Geografia homem e espaço / Branco ***2-Geografia: Ciência do espaço / Pereira 3-Geografia espaço e vivência / Boligian***
Nacional / 1926	É adquirida pela IBEP / 1990	-----	-----
Brasil / 1946	-----	-----	-----
Ática / 1965	Adquire a editora Scipione / 1983	São compradas pelo grupo Abril	1-Construindo o espaço / Moreira 2-Geografia Crítica
IBEP / 1966	Adquire a editora Nacional / 1980	-----	-----
Moderna / 1968	-----	É comprada pela Santilhana/ 2001	1-Construindo a Geografia / Araújo 2-Geografia / Adas 3-Série Link do espaço/ Rockenbach
Atual / 1973	É adquirida pela editora Saraiva	Vendeu 15% para investidores estrangeiros e 2,6% para IFC – BM / 1993	**1-Geografia: Ciência do espaço / Pereira 2-Geografia espaço e vivência / Boligian**
Scipione /	É adquirida pela editora Ática / 1983	São compradas pelo grupo Abril	1-Geografia / Garcia 2-Trilhas da Geografia / Sene

Fonte: Elaborado pela autora. Dados e informações obtidos em CASSIANO, 2005.

* A coleção Geografia de Catellar e Mestre, publicada pela editora Quinteto é uma das coleções aprovadas pelo PNLD, mas, sua editora não faz parte das maiores vendedoras de livros didáticos ao governo federal.

**Internacional Financial Corporation.

*** As coleções Geografia: Ciência do espaço de Pereira e Geografia espaço e vivência de Boligian vêm sendo referenciadas como pertencentes à Atual Editora/ Editora Saraiva.

É interessante observar que um órgão financeiro do Banco Mundial acaba por se beneficiar diretamente do aumento da vendagem de livros das editoras ao PNLD. O exemplo vem da editora Saraiva, que tem 2,6% de seu capital em poder do Internacional Financial Corporation, pertencente ao Banco Mundial.

Fica demonstrado que de fato há uma grande concentração de editoras na venda das obras didáticas, que é ainda maior quando se tem conhecimento das aquisições realizadas nas últimas décadas. Acaba ocorrendo uma permanência das editoras por meio de suas coleções nas compras realizadas pelo MEC, apesar das avaliações e de muitas coleções terem sido excluídas, já que as maiores editoras contavam com mais de uma coleção a ser inscrita no PNLD. Essa permanência também parece ser facilitada pela nítida semelhança entre os conteúdos de diferentes autores, que parece lhes protege-los de uma avaliação mais rigorosa. No quadro abaixo se explicita a concentração das coleções em três editoras basicamente.

TABELA 04 – Número de coleções por editora no PNLD de Geografia em 2005

Editora	Capital	Nº. de Coleções 2005
Moderna	Capital estrangeiro	03
Saraiva (Atual)*	Capital aberto	03
Ática (Scipione)	Grupo Aberto (Abril)	04
Quinteto	Capital Nacional	01
Total	04 grupos	11

* 2,6 % ações do Internacional Financial Corporation – Banco Mundial

Fonte: Elaborada pela autora. Dados obtidos no Guia do Livro Didático de Geografia 2005 e CASSIANO, 2005.

Apesar do PNLD/ 2008, ter aprovado 19 coleções, sendo que dez já faziam parte do PNLD/ 2005, e outras 09 coleções inéditas, prevaleceu a concentração das coleções em poucas editoras. No quadro a seguir são apresentadas as coleções de Geografia do PNLD 2008, onde é possível constatar a forte concentração das editoras nas coleções aprovadas.

QUADRO 04 – Coleções presentes no PNLD/ 2005 E 2008

Nome da coleção	Autores	Editores	PNLD 2005/ 2008
Geografia (Séries)	Sonia Castellar, Valter Maestro	Quinteto Editorial	2005/ 2008
Construindo a Geografia	Raul Borges Guimarães, Regina Araújo, Wagner Costa Ribeiro	Editores Moderna	2005/ 2008
Trilhas da Geografia	João Carlos Moreira e José Eustáquio de Sene	Editores Scipione	2005/ 2008
Geografia (Temas)	Melhem Adas	Editores Moderna	2005/ 2008
Geografia Crítica	José William Vesentini e Vânia Vlach	Editores Ática	2005/ 2008
Geografia – Homem & Espaço	Elian Albi & Ancelmo Branco	Saraiva Livresiros e Editores	2005/ 2008
Série Link do Espaço *	Denise Rockenbach, Elza Marqueti Glória Alves Vanderli Custódio	Escala Educacional.	2005/ 2008
Geografia (espaço geográfico) **	Hélio Carlos Garcia	Editores Scipione	2005/ 2008
Construindo o Espaço **	Elizabeth Auricchio e Igor Moreira	Editores Ática	2005/ 2008
Geografias do Mundo ***	Marcos & Diamantino	Editores FTD	2005/ 2008
Construindo Consciências	Beluce Belucci e Valquíria Pires Garcia	Editores Scipione	2008
A Geografia da Gente	Ieda Maria Silveira Fleury Nogueira	Editores Ática	2008
Geografia Paratodos	Henrique Delboni e Paulo Jorge Storace Rota	Editores Scipione	2008
Projeto Araribá		Editores Moderna	2008
Géia – Fundamentos da Geografia	Demétrio Magnoli	Editores Moderna	2008
Geografia (Elos)	Elce Marília Silva Ferreira Gama e Sílvia Regina Barbosa de Castro	IBEP	2008
Geovida – Olhar Geográfico	Fernanda Padovesi Fonseca, Gilberto Pamplona, Jaime Oliva, Roberto Giansanti	IBEP	2008
Geografia do Século XXI	Francisco Coelho Sampaio	Editores Positivo	2008
Geografia, Sociedade e Cotidiano	José Francisco Bigotto, Márcio Abondanza Vitiello, Maria Adailza M. de Albuquerque	Edições Escala Educacional.	2008

Fonte: Elaborado pela autora. Informações extraídas do Guia do Livro Didático de Geografia 2008.

O PNLD de Geografia 2008 conta com 19 coleções, das quais dez não estavam na edição anterior. Dentre as 11 coleções do PNLD/ 2005, apenas a coleção *Geografia Espaço e Vivência*, não está presente no Guia 2008. O número

de avaliadores passou de dezesseis para vinte e quatro. O processo de avaliação continua a cargo da UNESP, sob a coordenação institucional da professora Maria Encarnação Beltrão Sposito. A edição de 2008 do PNLD de Geografia teve como coordenador de área o professor Eliseu Sposito.

As relações entre as abordagens dos autores influenciados pelo desenvolvimento das diferentes correntes de pensamento na geografia, as reformas na educação através das ações governamentais e os aspectos referentes às editoras, dão um panorama da complexidade que envolve o estudo sobre o livro didático.

RESUMO DO CAPÍTULO I

No século XIX, as obras utilizadas para o ensino escolar eram, sobretudo, traduções de livros estrangeiros, em geral os livros franceses. Nesse período, figurando como uma das primeiras e mais conhecidas obras didáticas produzidas nacionalmente, esteve à obra de Aires de Casal, *Coreografia Brasílica*. Apesar de ter sido altamente utilitária e descritiva, serviu de modelo a outras obras didáticas. Os autores de livros didáticos em geral, dispunham de grande influência e prestígio social. Instituições como o IBGE, a Escola Militar e o Colégio D. Pedro II também respaldavam e serviam de guia quanto aos conteúdos que seriam trabalhados nas escolas. Já fazendo parte dos primeiros dois terços do século passado, sendo identificados como pertencentes à chamada Geografia Tradicional, estão os seguintes autores: 1906 - Raul Villa-Lobos; 1912 - Joaquim Maria de Lacerda; 1923 - Homem de Mello; 1925 - Delgado de Carvalho; 1937 - Aroldo de Azevedo; 1941 - Fernando Raja Gabaglia; 1953 - Mário da Veiga Cabral; 1964 - Celso Antunes. Em meados da década 1970, aparecem outros autores de LD's que também vão sendo reconhecidos entre aqueles que têm relação com o ensino de geografia: Melhem Adas 1973, Igor Moreira em 1977, Elian Alab em 1974, Marcos de Amorim Coelho. Em 1980, alguns autores influenciados pelos debates sobre Geografia Crítica iniciados no final da década de 1970, passam a elaborar de forma mais evidente conteúdos que abarcaram com maior ênfase aspectos sociais e econômicos. São lançadas as obras didáticas de: José Wiliam Vesentini, 1982; Romeu Rui e Beatriz P. Marchesin, 1985; José C. Rocha, 1987; Diamantino Pereira, Douglas Santos e Marcos Carvalho, 1988. Na década de 1990, há a consolidação das modificações trazidas para os manuais didáticos em meados de 1980. Na década de 1990, vão consolidando-se no mercado editorial de didáticos alguns autores que iniciaram em 1980 e outros que passam a disputar atenção do setor. Todas essas obras, assim como das demais disciplinas do ensino fundamental, passam a ser avaliadas no primeiro processo de avaliação de livros didáticos ligado ao PNLD, em 1996, com os livros destinados a 1ª e 4ª séries do ensino fundamental. O primeiro PNLD destinado ao segundo ciclo do ensino fundamental – 5ª a 8ª série, originou o Guia do Livro

Didático de Geografia de 1999. Nesse processo, os avaliadores eram vários professores de diversas instituições de ensino superior de todo o país, que atuavam sob a coordenação do professor Manuel Corrêa de Andrade. O segundo processo de avaliação ocorreu em 2001. Nesse PNLD, a avaliação passou a ser realizada por *coleções e não mais livros isolados*. As avaliações passaram a ser concentradas pela UNESP, sob a coordenação institucional da professora Maria Encarnação Beltrão Sposito. No terceiro processo de avaliação que resultou no Guia Nacional do Livro Didático 2005, ocorre uma significativa mudança na avaliação: As categorias *Recomendado com Distinção; Recomendado; Recomendado com Ressalva e Excluído*, não são mais utilizadas. As coleções passam a ser classificadas em aprovadas ou excluídas. Os processos de avaliação dos livros didáticos causaram grande repercussão entre as editoras e os autores de livros didáticos. Cabe ressaltar que cerca de 56% do faturamento do mercado editorial no Brasil advém da venda de material didático e o Governo Federal através do MEC, é o maior comprador. Apesar do grande número de coleções inscritas nas avaliações é bastante nítida a concentração das editoras nas compras realizadas através das edições do PNLD. Além disso, nas últimas décadas houve grande investimento por parte de editoras européias no mercado de LD's em diferentes países, como exemplo, "as editoras Hachette, Hatier, o Nathan, Mac Millan, Longman, Anaya e Santillana" (CASSIANO, 2005 p. 298). Em 2005, as onze coleções de Geografia estavam concentradas em apenas 04 editoras. As coleções: *Construindo a geografia; Geografia e Série Link do espaço*, pertencem à editora Moderna (Santillana). As coleções: *Geografia Ciência do Espaço; Geografia Espaço e Vivência e Geografia – Homem e Espaço*, pertencem à editora Saraiva (Atual). As coleções: *Construindo o Espaço; Geografia Espaço Geográfico e fenômenos naturais; Geografia Crítica e Trilhas da Geografia*, pertencem à editora Ática/Scipione (Grupo Abril). E a coleção: *Geografia* pertence à editora Quinteto.

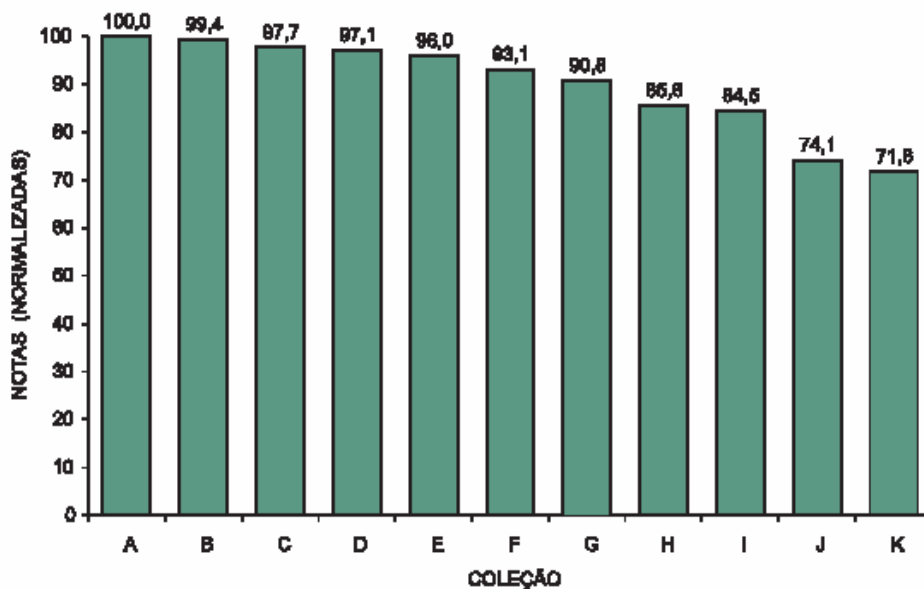
CAPÍTULO II

APRESENTAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA PNLD 2005/ 2007 E A ANÁLISE SOBRE OS CONTEÚDOS REFERENTES À REGIÃO SUL.

2.1 OS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA ANALISADOS NA PESQUISA.

Antes de apresentar as obras analisadas na pesquisa, que foram avaliadas pelo PNLD 2005 e que dessa forma constam no Guia Nacional do Livro Didático de Geografia de 5^a a 8^a séries, é importante fazer algumas considerações. Diferentemente das avaliações anteriores, na avaliação para formulação do Guia 2005, as obras não foram classificadas como aprovadas com distinção, aprovadas, e aprovadas com restrições. Consta no Guia do Livro Didático de Geografia que das 16 coleções avaliadas no PNLD/2005, 5 foram excluídas e 11 foram aprovadas.

Há no GNLD um gráfico onde consta chamada “média normalizada”, atribuindo de 90,8 a 100,0 pontos a sete das coleções aprovadas e 71,8 a 85,6 a quatro coleções aprovadas. O intrigante é que para uma análise mais criteriosa e direta pelos professores (e pesquisadores) não há menção sobre qual foi a coleção que obteve maior ou menor média. Diferentemente dos GNLD's, anteriores, acaba havendo uma certa proteção quanto à exposição da avaliação das coleções dos autores e de suas editoras. Apesar das considerações presentes nas resenhas de cada coleção, se houve a definição de duas médias normalizadoras: 90,8 a 100,0 pontos e 71,8 a 85,6, por que não identificá-las nas coleções? No gráfico presente no GNLD, está o número de coleções e as médias atribuídas, sem definição de qual coleção tem maior ou menor nota. Vejamos na página seguinte:



¹ A média normalizada é obtida pela equação: $mn = mc \cdot 100 / mmax$, em que: mn = média normalizada; mc = média obtida pela coleção; e mmax = maior média obtida.

FIGURA 01 - Gráfico das médias obtidas pelas coleções de geografia PNLD/ 2005.

Fonte: MEC, GNLD de Geografia, 2005. ²⁷

Apesar do GNLD de Geografia 2005 não explicitar a média obtida pelas coleções, encontra-se em Hespagnol (2006), o registro das duas coleções que obtiveram as maiores médias: *Construindo a Geografia: uma janela para o mundo*, de Regina Araújo, Wagner Ribeiro e Raul Guimarães e *Série Link do Espaço*, de Denise Rockenbach, Glória Alves, Vanderli Custódio e Elza Marqueti; e as duas coleções com as menores médias: *Construindo o Espaço Humano*, de Igor Moreira e *Geografia: Ciência do Espaço*, de Diamantino Pereira, Douglas Santos e Marcos Carvalho.

Dentre os autores dos livros aprovados pelo PNLD 2005, mas ainda com muitas informações e conceitos questionáveis, há nomes já reconhecidos por esse tipo de publicação e pelo meio que a utiliza: professores e alunos. Autores como Melhem Adas, Elian Alabi Lucci, José William Vesentini e Vânia Vlach, Igor Moreira,

²⁷ Guia Nacional do Livro Didático – Geografia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=>. Acesso em 06 de Dezembro de 2006.

Diamantino Pereira, Helio Carlos Garcia, Eustáquio de Sene e João Carlos Moreira, escrevem LD's desde a década de 1980.

Boa parte desses autores participou, de diferentes maneiras, das discussões, pesquisas e das publicações delas resultantes sobre as mudanças que se sentiam necessárias na abordagem dos conteúdos de geografia, enquanto ciência e disciplina de ensino escolar.

Outra característica presente nas discussões ensejadas nas décadas anteriores, algumas realizadas por autores de LD's que publicaram vários artigos a respeito dessas discussões, era a defesa da diversidade de idéias, visões, enfim, sobre diferentes *geografias*, os manuais didáticos também absorveriam essas idéias em sua estruturação. Conforme Vlach e Medeiros, era necessário entender que:

o modo de produção, conteúdos e linguagens (dos livros didáticos de geografia) não precisam corresponder (e obedecer) a modelos exigidos, seja pelo mercado editorial, seja pelas propostas governamentais, seja pela epistemologia e metodologia acadêmicas" (VLACH & MEDEIROS, 2004, p. 06).²⁸

No entanto, essa "proposta" não se verifica na realidade. Os conteúdos enfocados pelos LD's, apesar de escritos por diferentes autores, e publicados por diferentes editoras (em alguns casos as mesmas), possuem uma semelhança quase entediante. Além dos conteúdos seguirem um padrão quase homogêneo na abordagem do conteúdo, os erros e generalizações também parecem ser fruto de consulta mútua entre os autores desses livros.

Por que afinal, a diversidade que muitos destes autores apregoaram e defenderam na academia não aparece nas obras? Qual seria o papel das editoras diante da semelhança dos conteúdos nos livros didáticos?

Evidentemente, não se espera e nem se pretende que haja um leque multicolorido de teorias a serem estudadas no ensino fundamental, assim, ter-se-ia um imenso relativismo que não é a prática da Geografia. Muitos aspectos, fatos e transformações são de consenso entre os que desenvolvem esta ciência, mas a uniformidade de certos conceitos e abordagens, muitos deles detalhadamente

²⁸ Parênteses e grifo meus.

estudados no passar de quase três décadas, poderiam embasar a renovação de muitos conteúdos didáticos de geografia que atualmente se prestam a simples repetição de várias generalizações.

Os LD's de Geografia, destinados à 6ª série do ensino fundamental, analisados na pesquisa quanto aos conteúdos sobre o processo industrial na Região Sul:

- Construindo a geografia. 6ª Série. Regina Araújo, Wagner C. Ribeiro e Raul B. Guimarães. São Paulo. Editora Moderna. 1999.
- Construindo o Espaço. 6ª Série. Igor Moreira. 3ª ed. São Paulo. Editora Ática. 2002.
- Geografia: Espaço Geográfico e fenômenos naturais. 6ª Série. Hélio C. Garcia e Tito M. Gvarelo e 11ª ed. São Paulo. Editora Scipione. 2004.
- Geografia. 6ª Série. Melhem Adas. 4ª ed. São Paulo. Editora Moderna. 2002.
- Geografia. 6ª Série. Sonia Castellar e Valter Maestro. São Paulo. Quinteto Editorial. 2001.
- Geografia: Ciência do Espaço. 6ª Série. Diamantino Pereira, Douglas Santos e Marcos Carvalho. 3ª ed. Revista e Atualizada. São Paulo. Editora Atual/Editora Saraiva. 2004.
- Geografia Crítica. 6ª Série. José William Vesentini e Vânia Vlach. 30ª ed. São Paulo. Editora Ática; 2004.
- Geografia Espaço e Vivência. 6ª Série. Levon Boligian, Rogério Martinez, Andressa Alves e Wanessa Garcia. São Paulo. Atual Editora/ Editora Saraiva. 2004.
- Geografia – Homem & Espaço. 6ª Série. Elian A. Lucci. & Anselmo L. Branco. 15ª ed. São Paulo. Editora Saraiva. 2002.
- Série Link do Espaço. 6ª Série. Denise Rockenbach, Elza Marqueti, Glória Alves e Vanderli Custódio. São Paulo. Editora Moderna. 2002.
- Trilhas da Geografia. 6ª Série. José Eustáquio de Sene e João C. Moreira. São Paulo. Editora Scipione. 2000.

Estes livros, assim como as coleções de que fazem parte, são distribuídos pelo governo federal às escolas públicas e comercializados pelas editoras a professores e estudantes da rede de ensino particular. Por serem amplamente utilizados, principalmente na rede pública de ensino, incide a preocupação com a qualidade dos conteúdos de geografia, que nos LD's consultados caracterizam-se pela incoerência no tratamento do processo de formação social e econômica da Região Sul.

Relembrando as críticas e os debates realizados na década de 1980, às abordagens da Geografia tradicional, comuns aos conteúdos didáticos, cabe questionar se os conteúdos didáticos atuais conseguiram apresentar os processos por que passam as relações da sociedade e natureza. Sobretudo, as transformações econômicas ocorridas com diferentes reflexos em suas regiões. O questionamento se justifica quando se depara com explicações sobre o desenvolvimento de uma região, a partir da dependência (e não da relação) com outra área do território.

É notório para aqueles que buscam a história do pensamento e das escolas geográficas no Brasil, que a Geografia Crítica realmente trouxe importantes inovações nas pesquisas e no ensino de geografia. Mas, há divergência quanto à definição, a origem e as contribuições que essa nova fase de renovação trouxe para a geografia. Para alguns geógrafos, o principal teórico desse movimento foi Yves Lacoste, com o livro *Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra* (1976).

Autores e estudiosos influenciados por Lacoste, que se dedicaram à elaboração de LD's após a década de 1980, afirmam que a geografia crítica que chegou às escolas não teve origem na universidade. Para outros, o início da consolidação das discussões acerca de novos métodos e objetos da geografia ocorreu com a obra de Milton Santos, *Por uma Geografia Nova* (1978). Para os que são influenciados por Santos, esse livro apresentou as reflexões do autor quanto a métodos, categorias e a defesa da importância da formação social e do espaço nas análises geográficas.

Para Vesentini, após a obra de Lacoste, a publicação de *Por uma Geografia Nova*, de Santos

no fundo pretendeu emular com o mencionado livro- manifesto de Yves Lacoste e também propugnar uma “nova geografia”, só que “científica” e “não ideológica” (com uma forte clivagem entre ciência e ideologia, inspirada em Althusser, que Lacoste considera sem importância) e que enfatizasse o espaço enquanto “totalidade (VESENTINI, 2004).²⁹

Ainda antes da publicação do livro, em 1978, o texto *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método*, de Santos, veiculado primeiramente pela revista *Antipode*, em 1977, já trazia as considerações desse autor quanto a necessidade da geografia entender e utilizar as categorias marxistas de formação social, modo de produção, formação econômica social, e finalmente perceber que essas esferas sociais são concretizadas geograficamente, ou seja, no espaço. O autor então propõe a categoria de *Formação Sócio-espacial* (SANTOS, 1982, p 19).

Apesar das reflexões e do aprofundamento necessário às idéias apresentadas nesse texto, Mamigonian, chama a atenção para o fato de que poucos geógrafos tiveram interesse em conhecê-las. Infelizmente quase não houve discussão sobre o artigo, mesmo se tratando de uma proposta inovadora ao estágio da geografia na época (Mamigonian, 1996, p. 1998). A proposta teórica de Santos é extremamente coerente e viável para o desenvolvimento das análises geográficas, porém, não há indícios de que seja a mais fácil.

Realmente, não foram muitos aqueles que aprofundaram e realizaram estudos utilizando a categoria de Formação Sócio-Espacial de maneira aprofundada, em vez de enveredar para uma espaciologia. Mas, a utilização dessa categoria está à disposição daqueles que buscam uma geografia com análise histórica, empírica e ambiciosa no sentido de entender as transformações e os processos sociais e naturais que ocorrem no espaço.

²⁹ Vesentini, J. William. Entrevista para o jornal *o Estado de Minas*. Caderno *Pensar*, sábado, 03/07/2004. Transcrição disponibilizada pelo autor disponível em sua Home Page: <http://www.geocritica.com.br/entrevista.htm>. Acesso em 15 de Fevereiro de 2007. P 10. (Numeração de página configurada na passagem para o programa WORD).

Ao se analisar os conteúdos dos LD's de geografia fica evidenciado que as propostas teóricas e metodológicas de Santos, quanto à FSE, infelizmente não foram adotadas e parte do empobrecimento desses conteúdos advém dessa falta. Entretanto, há entre autores de LD's, aqueles que vejam esse aspecto de modo positivo:

no que se refere à geografia escolar, então, não há qualquer dúvida que a sua influência foi e é insignificante, e é exatamente por isso – e não malgrado isso – que temos experiências tão inovadoras, que unem o sócio-construtivismo com uma geografia crítica plural e democrática (VESENTINI, 2004).³⁰

Cabe questionar se a proposta de desenvolver estudos de geografia apoiados na categoria de Formação Sócio-espacial, que visa à importância dos fatores históricos no desenvolvimento econômico da sociedade sem a determinação pura da estrutura econômica, não seria grande incentivadora de um ensino de geografia plural e democrático.

2.2 ANÁLISE DOS CONTEÚDOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL NA REGIÃO SUL: INFORMAÇÕES, CONCEITOS E REPRESENTAÇÕES.

De maneira geral, os LD's consultados, já têm comprometidas as abordagens sobre a região Sul do Brasil no que tange ao processo de formação de sua população. As informações e referências são quase exclusivamente ligadas apenas à vinda dos imigrantes europeus em meados do século XIX. Poucos são os livros que registram a presença das populações indígenas, os núcleos formados pelas missões jesuíticas, a fixação de vicentistas e portugueses, o povoamento com os açorianos no litoral e a vinda dos africanos trazidos à revelia. As características presentes em certas áreas de imigração alemã, italiana e eslava, acabam sendo muito generalizadas, como algo que representa uniformemente a população da Região Sul.

³⁰ Vesentini. J. William. A geografia crítica no Brasil: uma interpretação depoente. Texto escrito em outubro de 2001 para hipertexto do site. Disponível em sua Home Page: <http://www.geocritica.com.br/geocritica.htm> . Acesso em 15 de Fevereiro de 2007. P 14. (Numeração de página configurada na passagem para o programa Word).

Poucos foram os livros consultados que mencionam outros grupos populacionais e fazem referência às atividades existentes antes da grande colonização do século XIX. São eles: Construindo o espaço, de MOREIRA (2004, p. 194), Geografia espaço e vivência, de BOLIGIAN (2004, p. 120), Geografia de ADAS (2002) e Trilhas da Geografia, de SENE (2000, p. 215).

No livro Construindo a Geografia, de Araújo (1999), encontra-se a referência sobre o porquê da vinda dos imigrantes para o Brasil. Apesar de simplificada, a explicação procura informar que a oportunidade de trabalho os trouxe para cá. Mas o título do capítulo que trata da região Sul, *O Brasil Loiro* (ARAÚJO, 1999 p. 143), contribui para a formação de uma idéia generalizada sobre a formação da população. Além desse tipo de abordagem e caracterização, é comum o predomínio das ilustrações representativas dos costumes dos descendentes de imigrantes alemães e italianos.

Sobre o desenvolvimento econômico da Região Sul, assinala-se a importância da agricultura desde o povoamento da região, mas sem mencionar outras atividades bastante diversificadas como, a economia pastoril que integrou o extremo sul com o restante do território da Coroa Portuguesa;³¹ as atividades que utilizavam mão-de-obra escrava (as charqueadas e a pesca da baleia); a extração da erva-mate; as pequenas empresas pesqueiras. A existência das indústrias calçadistas, alimentícias, têxteis, metal mecânicas, cerâmicas, carboníferas e as casas comerciais, não costumam ser mencionadas como atividades importantes e existentes na região antes da década de 1970.

Nos conteúdos sobre as indústrias presentes nos estados da região, é comum encontrar erros de localização e inadequação das referências. Como exemplo, transcreve-se um trecho retirado de uma obra didática elaborada por Vesentini e Vlach e que já está em sua 30^a edição, e contém na edição de 2004 o mesmo erro da edição lançada em 1996.

³¹ Castro, 1975.

Em Santa Catarina, destaca-se o Vale do Itajaí, a área mais próspera desse estado. Aí se encontram as cidades de Blumenau, Brusque e Joinville. É uma área de colonização alemã, onde predominam as pequenas e médias propriedades agrárias que praticam a policultura aliada a pecuária (VESENTINI e VLACH, 2004, p. 170) ³².

Com descrição bastante semelhante está o trecho no o livro de Moreira:

O vale do Itajaí, região colonizada principalmente por alemães, é uma das mais importantes áreas industriais do Sul. Destacam-se as cidades de Blumenau e Brusque, grandes centros de indústrias têxteis e de confecção, e Joinville, com indústrias diversificadas. A policultura associada à criação de suínos e aves demonstra a influência dos imigrantes na área (MOREIRA, 2004, p. 197).

A título de registro, Joinville não fica no Vale do Itajaí, e essa pequena região é bem urbanizada, predominando as atividades ligadas à indústria têxtil e outros ramos. Quanto à informação sobre a atividade pecuária, nem mesmo no passado essa atividade teve grande destaque nessa área. No que se refere à segunda citação, considerar o vale do Itajaí como uma das importantes áreas industriais de Santa Catarina, realmente procede. Registrar, porém, a influência dos imigrantes apenas na policultura e na criação de aves e suínos (que, aliás, são atividades marcantes no oeste do Estado), revela a visão reducionista e simplificadora presente nos LD's.

O desenvolvimento industrial em diferentes partes da Região Sul tem relação direta com a gênese dessa formação sócio-espacial vinculada aos imigrantes. Os conteúdos dos livros consultados referem-se apenas à contribuição dos imigrantes no desenvolvimento da agricultura. Algumas ilustrações também reforçam essa inferência.

³² Em entrevista concedida à revista *Época*, nº. 492, em outubro de 2007, Willian Vesentini afirma que: *“Eu conseguiria viver só de direitos autorais, mas dar aulas faz escrever livros melhores”, afirma. “Só assim é possível perceber como mudam as gerações e a melhor maneira de ensinar cada uma.”* A cópia do texto condensado da entrevista realizada com autores e pesquisadores de livros didáticos, disponibilizado na Web, está em anexo neste trabalho.

Em um dos livros que apresenta várias informações sobre atividades industriais, encontra-se no início do capítulo sobre a região Sul uma ilustração com as atividades agropecuárias e turísticas, não havendo representação alguma acerca da atividade industrial.



FIGURA 02 - Ilustração das atividades econômicas da Região Sul.
Fonte: BOLIGIAN, 2004, p.118

As análises e dados apresentados no Fórum Industrial Parlamentar Sul, destacam que

Vários setores da economia do Sul têm bom desempenho, mas é o industrial que apresenta maior proporção de estabelecimentos e de empregos (...) De todos os brasileiros que trabalham em indústrias, 25,9% estão no Sul, contra uma média de 17,9 % quando se leva em conta a soma de todas as atividades. E mais: de todos os trabalhadores do Sul, 28,1% estão nas indústrias, quando a média nacional nessa mesma estatística é de 18,9% (SITE FÓRUM SUL, 2007 p. 04).

Além dos equívocos sobre as atividades econômicas desenvolvidas na região e a ênfase legada à relação dos imigrantes apenas com a agricultura, também é comum a desatualização sobre as transformações e o papel dessas atividades.

Ainda em Moreira, (2004, p. 197) encontra-se a seguinte afirmação: *“No litoral Sul (Santa Catarina), a atividade econômica mais importante é a extração do carvão mineral, principalmente em Criciúma, Siderópolis, Urussanga e Lauro Muller”*.

Na realidade, desde a desregulamentação da atividade de mineração do carvão em 1991, e mesmo após a privatização e a nova regulamentação do setor, a atividade de extração do carvão mineral é bastante pequena, empregando atualmente cerca de 3000 trabalhadores diretos. Os municípios do Sul de Santa Catarina passaram por um intenso processo de diversificação econômica após a crise do carvão, destacando-se os setores cerâmico, plásticos descartáveis e vestuário.

Outras referências sobre a importância da atividade de extração do carvão mineral são encontradas também em Castellar (2001)³³ e Pereira, sendo que estes apresentam afirmações bastante semelhantes com a que foi destacada no parágrafo anterior. Para exemplificar, destaca-se o trecho presente no livro de Pereira (2004, p. 154): *“a principal área produtora de carvão mineral, no litoral Sul de Santa Catarina, tem sua economia voltada fundamentalmente para essa atividade”*.

Além de toda trajetória histórica de desenvolvimento do setor industrial no Sul do país ser intensamente distorcida, não são encontrados dados atuais referentes a participação dessa área na produção industrial nacional. Mamigonian, (2007) apresenta vários dados sobre a importância dos estados do Sul para economia nacional: destaca-se aqui os *21,4% no total da produção industrial, 23,3% das exportações, e 29,5% do saldo comercial brasileiro*³⁴. A região ainda se destacou na exportação de vários produtos, dentre eles

98% de todas as madeiras compensadas, 91% das carcaças e meias-carcaças de suíno congeladas, 87% dos tratores, 83% das carrocerias para veículos automotivos para dez pessoas ou mais, 63% dos ladrilhos de cerâmica, 55% do óleo de soja em bruto e 41% do refrigeradores combinados com congeladores (...) (SITE FÓRUM SUL, 2007 p. 04).

³³ Ver p 215. Há também uma confusão quanto a função da mineradora e da siderúrgica. Segundo os autores, as indústrias que extraem e aproveitam o carvão são indústrias siderúrgicas.

³⁴ Dados referentes a 2005.

Retornando aos conteúdos didáticos, outro exemplo da desatualização dos conteúdos é encontrado em Vesentini & Vlach (2004, p. 171), onde o norte do Paraná é caracterizado por estar *“substituindo a produção do café por algodão, amendoim, arroz, cana-de-açúcar e outros produtos”*. Em lugar de “outros produtos”, na verdade, à frente dos que foram mencionados caberia registrar o aumento da produção de soja nessa área do Estado, que vem figurando entre os quatro maiores produtores no Brasil.

Aqui é importante reiterar que nos critérios eliminatórios utilizados na avaliação (2005) dos LD's, consta que *“É necessário que haja (...) correta exposição dos conceitos, fenômenos e acontecimentos, devidamente localizados.”* E que *“Finalmente, o livro didático não deve conter informações incorretas ou desatualizadas”*.³⁵

Procurando algumas edições anteriores dos LD's de Geografia que constam na lista de aprovados no GNLD 2005, a fim de encontrar mudanças ou alteração de alguns conteúdos, causou surpresa constatar que as modificações são basicamente restritas a reconfiguração dos textos, melhoria gráfica e mudança nas capas. As citações descritas acima sobre algumas áreas de Santa Catarina, por exemplo, estão igualmente presentes na edição de 1996 do livro Geografia Crítica – 6ª série.

Parece que apenas os erros de localização e de atualização do conteúdo, não foram isoladamente uma justificativa indiscutível para a exclusão de uma obra, mas o fato de algumas coleções já contarem com várias edições não assinala o descompromisso com os conteúdos dos livros que continuam sendo vendidos? Até onde foram as análises dos conteúdos sobre a industrialização no Sul do Brasil, as informações erradas e a falta de atualização poderiam ser facilmente sanadas com a verificação mais atenta de Atlas e das transformações passadas na região.

A fidedignidade dos dados e das informações são preceitos básicos a qualquer conteúdo destinado ao ensino, mas o que se quer destacar nesse trabalho

³⁵ Dados e informações obtidas no Site oficial do Ministério da Educação Guia Nacional do Livro Didático – Geografia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=> p. 106. Acesso em 06 de Dezembro de 2006.

são os problemas de abordagem conceitual que distorcem as explicações que, assim, dificultam o entendimento sobre a formação econômica da região.

Nos critérios de avaliação dos LD's há a indicação sobre a coerência entre a conceituação teórica e metodológica dos autores com os conteúdos, mas salienta-se que não cabe a esta avaliação julgar ou questionar qualquer posicionamento conceitual adotado pelos autores. Entretanto, considera-se que cabe às pesquisas desenvolvidas na Geografia, tratar de discutir a adequação de interpretações ao processo de desenvolvimento e de transformações de qualquer sociedade. É necessário para isso valer-se de verificação histórica, empírica e das categorias de análise que mais nos aproximem da compreensão e explicação da realidade.

Além de se tratar de autores de LD's, que discutem temas e elaboram conteúdos sobre as diferentes regiões do país, trata-se também de intelectuais, formados ou ainda com vínculo direto em universidades nos níveis de graduação e pós-graduação. Espera-se o reconhecimento da produção realizada nas diversas instituições de ensino superior do Brasil, que se anteriormente foram influenciadas e auxiliadas pelo curso de Geografia do centro de ensino superior pioneiro no país, a USP,³⁶ agora como prova de seu amadurecimento e dedicação de suas pesquisas, deveriam servir de apoio bibliográfico aos autores de LD's de Geografia.

³⁶ No livro de Carlos Augusto de Figueiredo e Monteiro, *Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências* o autor registra a importância da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, integrante da Universidade de São Paulo, na formação dos primeiros geógrafos brasileiros e a contribuição desses na estruturação de diversos cursos superiores de Geografia em vários Estados do Brasil. Cabe aqui assinalar o fato de que a maioria dos autores de livros didáticos de geografia tem em sua formação a passagem pela USP, na graduação ou na Pós-graduação, lembrando também que as interpretações sobre a industrialização no Brasil ligada à teoria da dependência (que muito influencia os autores analisados) nasceu e foi bastante disseminada em diferentes cursos da USP. Outro aspecto que chama a atenção para essa centralidade a partir de São Paulo é o fato de que todas as editoras que publicam as obras de geografia de 5ª a 8ª série no PNL 2005, estão situadas em São Paulo. As dificuldades em utilizar trabalhos produzidos em outras regiões parecem ter a influência desses aspectos.

2.3 A CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS NA REGIÃO SUL, SEGUNDO O PROCESSO DE EXPANSÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DA REGIÃO SUDESTE.

Considerando-se vários estudos ³⁷ que procuraram explicar a origem, o desenvolvimento e o atual panorama da industrialização na Região Sul, evidencia-se forte desatualização presente nos LD's consultados sobre o tema. Em sua grande maioria os LD's interpretam a origem e o desenvolvimento industrial dessa área como dependente do processo de expansão econômica da região Sudeste, ocorrido por volta de 1970. Além de interpretações e conceitos equivocados quanto à origem, são freqüentes também os erros referentes aos tipos de atividades industriais e agrícolas dominantes, bem como às circunstâncias em que esses processos ocorreram.

Como não se considera a dinâmica das áreas de pequena propriedade no desenvolvimento de diferentes atividades industriais nas áreas de imigração em certa faixa do Brasil Meridional, atribui-se à origem da industrialização nos estados do Sul ao processo de desconcentração das atividades econômicas de São Paulo.

Desde os anos 1970, tem ocorrido uma relativa desconcentração econômica no Brasil: a atividade industrial, apesar de ainda concentrada em São Paulo, aos poucos se espalha por outras áreas e regiões, com especial destaque para Minas Gerais, Rio de Janeiro, Nordeste, Amazônia e o Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). (VESENTINI e VLACH, 2004, p. 62).

A afirmação de que a atividade industrial muito concentrada em São Paulo foi se espalhando para outras áreas como "*Minas Gerais, Rio de Janeiro, Nordeste,*

³⁷ BASTOS, J. Messias. Comércio de múltiplas filiais no Sul do Brasil. Tese de Doutorado. CASTRO, Antônio Barros de. Sete ensaios sobre a economia brasileira. ESPÍNDOLA, Carlos José. As agroindústrias no Brasil. O caso Sadia. Tese de Doutorado. MAMIGONIAN, Armen. Brusque: Estudo de Geografia Urbana e Econômica. In: Boletim Carioca de Geografia. MAMIGONIAN, Armen. Estudo Geográfico das indústrias de Blumenau. In: Revista Brasileira de Geografia. MAMIGONIAN, Armen. A Indústria em Santa Catarina. In: Atlas Geográfico de Santa Catarina. MAMIGONIAN, Armen. Teorias sobre a Industrialização Brasileira. UFSC. Cadernos Geográficos. Florianópolis. nº 1. 49p. Maio 2000. ROCHA, Isa de Oliveira. Industrialização de Joinville-SC: da gênese às exportações. VIEIRA, Maria G. E. D. Formação Social Brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido. Dissertação de Mestrado. SILVA, Marcos Aurélio. Gênese e Dinâmica das Indústrias de Equipamentos Elétricos do Sul do Brasil. Tese de Doutorado. SILVA, Marcos Aurélio. O Processo de Industrialização no Sul do Brasil. Cadernos Geográficos. Número. Departamento de Geociências. 15, maio, 2006. WAIBEL, Léo. Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil.

Amazônia e o Sul”, não é acompanhada em nenhum capítulo da obra por uma explicação sobre como essas indústrias se inserem nas diferentes áreas e regiões citadas.

Contrariando esse tipo de interpretação, estão importantes informações trazidas por Mamigonian, no trabalho intitulado Indústria de Santa Catarina, de onde se extrai a seguinte observação:

Por volta de 1960, (...) Porto Alegre e Curitiba já eram grandes capitais e a economia de seus respectivos estados estava em franco progresso (...) apesar de ser pouco divulgado, Blumenau e Joinville já eram notoriamente cidades industriais e a indústria catarinense se encontrava em plena expansão, inclusive superior à média brasileira (MAMIGONIAN 1986, p. 10).³⁸

Ilustrações encontradas em outros LD's estão em consonância com a interpretação de Vesentini & Vlach, uma localizando os possíveis eixos de desconcentração industrial e a outra indicando as áreas de maior concentração industrial.



FIGURA 03 - Ilustração dos **eixos de desconcentração industrial**.

Fonte PEREIRA, 2004, p. 127.

³⁸ Versão Atualizada pelo autor. Paginação referente à cópia disponível em meio digital.

Observa-se aqui, que toda a ênfase na verdade está na forma (o traçado dos eixos), e não no processo. Santos já orientava em *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método*, que o arranjo espacial contém em si as relações sociais, mas a geografia tem se interessado “mais pela forma das coisas do que pela sua formação. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas”. (Santos, 1982, p. 77)



FIGURA 04 – Ilustração da concentração das áreas industriais no país.

Fonte: ARAÚJO, 1999, p. 61.

O tipo de abordagem e de relação assinalada pelos conteúdos didáticos vem reafirmar uma condição periférica dos estados do Sul em relação ao centro da economia nacional – São Paulo. Certamente, as relações periféricas existem e estão presentes também no contexto nacional, (Mamigonian, 1986) mas, a maneira como são constituídas e desenvolvidas varia muito entre as diferentes áreas e regiões do Brasil.

É importante mencionar que algumas das maiores indústrias têxteis do país iniciaram suas atividades longe das lavouras de café já no final do século XIX, e utilizando capital local. As maiores agroindústrias do país foram se consolidando em

1960 (Sadia, Perdigão Seara) e as indústrias de materiais elétricos também já vinham no final dessa década em considerável ritmo de produção, (Weg, Kohlback) ambas também com capitais locais e sem o determinismo da expansão industrial de São Paulo, ocorrida (segundo as próprias fontes didáticas) em 1970.

Diferentemente dos conteúdos encontrados nos livros de geografia, o período assinalado pela década de 1970, refere-se, predominantemente, ao aumento geral das instalações e da produtividade industrial do país, aliada ao melhoramento dos transportes, sobretudo das rodovias. Segundo SILVA, em 1970, o desenvolvimento industrial na Região Sul já estava em sua terceira etapa:

O processo de industrialização da Região Sul e por extensão das áreas surgidas da pequena produção mercantil seguiu de modo geral três fases distintas. A primeira delas, correspondente ao período que vai do último quartel do século XIX a I Guerra Mundial, se caracterizou pela gênese industrial propriamente, a formação de economias externas de aglomeração ligadas às infra-estruturas, e as precoces economias internas de escalas, formadas (ao final do período) por firmas que se habilitavam a concorrer no mercado nacional. A Segunda, dizendo respeito ao período do entre guerras, marca a expansão da indústria leve e os primeiros passos da indústria metal-mecânica. A terceira concernente ao pós II Grande Guerra, é consoante com a abertura das economias regionais, o crescimento industrial do tipo bola de neve, e a efetiva emergência de políticas públicas voltadas para o apoio ao capital industrial (SILVA, 2005, p. 127).

Alguns LD's consultados mencionam a diferença da organização em pequenas propriedades no Sul do Brasil, frente ao restante do território nacional onde predominaram as grandes propriedades (latifúndio). Em um deles, com o subtítulo "*das florestas e campos à agropecuária*"³⁹ se faz referência à exploração da madeira e à criação de gado. Mas não chega às considerações feitas por Waibel (1958), em seus estudos sobre a colonização do Sul do Brasil no século XIX, onde o autor diferencia as áreas florestadas caracterizadas pelas pequenas propriedades e as áreas de latifúndio em que predominavam as atividades pastoris.

Essas duas formações ainda deixam suas marcas no presente. Nas figuras mostradas anteriormente, as áreas demarcadas por São Paulo, Paraná, Santa

³⁹ BOLIGIAN, 2004, p. 130.

Catarina e Rio Grande do Sul, são áreas onde se verificou a presença da pequena produção mercantil, como gênese da acumulação de capital que resultou, em vários casos, na fundação de pequenas indústrias ainda no final do século XIX. Atualmente, mesmo com a abertura econômica dos anos 1990, muitas indústrias que tiveram esse tipo de origem continuam atuantes e com capital local, sem os investimentos diretos do Sudeste do país. Nas áreas onde o latifúndio foi a organização produtiva marcante, também se encontram indústrias, que na maioria são investimentos externos à região.

Vários LD's, ao enfatizarem a forte concentração industrial na Região Sul, chegam a destacar a colonização dessas áreas pelos imigrantes vindos da Europa no século XIX, embora ignorem o que isso tem a ver com as relações de produção estabelecidas nas áreas de pequena propriedade que fomentaram boa parte do desenvolvimento industrial. Seguem respectivamente alguns exemplos extraídos de Garcia e Sene

(...) Porto Alegre, a maior concentração industrial do Sul, com importantes setores, como o refino de petróleo e a indústria petroquímica, Canoas; a indústria metalúrgica, em Porto Alegre; e as de couro e calçados, em São Leopoldo e Novo Hamburgo. A região metropolitana de Curitiba apresenta refino de petróleo, em Araucária; indústrias de cerâmica, em Campo Largo, e em, São José dos Pinhais; indústrias alimentícias, madeireiras e automobilísticas. Além disso, temos Blumenau com a indústria têxtil; Joinville, com a de eletrodomésticos (...) (Garcia, 2004 p. 193).

“As regiões metropolitanas de Porto Alegre e Curitiba são os maiores centros industriais da região Sul. Em Santa Catarina, a maior concentração industrial está em Blumenau e em Joinville, a maior cidade do estado. A produção industrial da região Sul é além de grande diversificada” (SENE, 2000, p. 221).

Boa parte das abordagens equivocadas sobre a industrialização no Sul do Brasil, deve-se à influência das teorias tradicionais a respeito do início do processo industrial ocorrido na região Sudeste. No trabalho intitulado *Notas Sobre o Processo da Industrialização no Brasil*, o autor discute as idéias comuns sobre a origem e o desenvolvimento inicial da industrialização no Brasil, chamando a atenção para as *falsas idéias* sobre o nascimento da industrialização: através do café; através de Volta Redonda (CSN); através das multinacionais após a década de 1950. (MAMIGONIAN, 1967, p. 55).

Segundo as considerações deste autor, a primeira idéia é ligada à aristocracia cafeeira, desbancada do poder em 1930; a segunda é comum àqueles que destacam o papel do Estado na implantação das indústrias de base; a terceira é própria daqueles de visão mais pessimista, que desconhecem a estruturação industrial já presente no Brasil antes do estabelecimento das indústrias multinacionais em 1950 (MAMIGONIAN, 1967, p. 57.) Esses três elementos tiveram grande influência sobre o processo de industrialização do país, mas não devem ser consideradas responsáveis pelas origens da industrialização.

Nos LD's analisados foram encontradas pelo menos uma das três "falsas idéias" mencionadas acima, e em alguns casos, são citadas em conjunto

Os recursos econômicos para fazer avançar o processo de industrialização no século XX, principalmente a partir da década de 1930, foram gerados principalmente pela economia cafeeira. A grande exploração da mão-de-obra imigrante, que começou a substituir o trabalho escravo em meados do século XIX, foi o principal elemento que propiciou o acúmulo do capital necessário ao investimento no processo produtivo (MOREIRA, 2004, p. 101).

Nesse trecho o autor evidencia a importância da exploração da mão-de-obra imigrante para o acúmulo de capital; o imigrante é visto apenas como trabalhador assalariado e sem possibilidade de ascensão. Através dos produtos cultivados entre os pés de café, parte do salário recebido e de racionalização dos gastos muitos imigrantes conseguiram dinamizar as áreas em volta das fazendas, aumentando a importância do mercado interno, não só como consumidores, mas como produtores.

Cabe lembrar que alguns imigrantes passam à condição de proprietários de terras, não sendo poucas às vezes em que os ex-proprietários das fazendas se vêem forçados a vendê-las para seus ex-empregados. Outra afirmação de conteúdo semelhante a que foi citada anteriormente está em LUCCHI & BRANCO (2002, p. 201):

O acúmulo de capitais, proporcionado pelo cultivo do café, a rede ferroviária, a modernização dos portos de Santos e do Rio de Janeiro, a mão-de-obra qualificada dos imigrantes e o crescimento do mercado consumidor urbano foram fatores fundamentais para o desenvolvimento da atividade industrial (...)

Obviamente os recursos provenientes da exportação do café serviram de divisas na compra de maquinário necessário às indústrias e no desenvolvimento da infra-estrutura, porém o mercado interno estimulado pela pequena produção mercantil, aliado aos momentos de substituição de importações, foram decisivos na consolidação do processo industrial dentro de uma estrutura econômica agro-exportadora.

Conforme já destacado, outros autores também fazem referência à importância da substituição do trabalho escravo pelo assalariado desenvolvido pelos imigrantes (Vesentini, Moreira, Araújo, Pereira) e sua participação na consolidação de um mercado interno. A análise sobre os conteúdos didáticos permite perceber a seguinte relação: no Sul do Brasil, os imigrantes foram muito importantes para o desenvolvimento da agricultura e em São Paulo, eles tiveram um papel destacado porque serviram de mão-de-obra para a industrialização.

Uma análise diferenciada sobre a origem da industrialização no Sudeste foi encontrada em ADAS (2002, p. 145): (...) *"a cafeicultura que permitiu a acumulação de capital no Sudeste. (...) e muitas casas de importação foram fundadas por imigrantes (...) após algum tempo alguns imigrantes ou seus descendentes investiram também na indústria"*.

Em oposição, outro livro didático consultado nem sequer faz referência aos recursos provenientes da exportação do café e à participação dos imigrantes no processo industrial. O autor assinala que apesar do processo de industrialização ter se acelerado em 1930

A partir de então, (1950) a atividade industrial tornou-se a alavanca do desenvolvimento do país, sobretudo com a instalação das empresas multinacionais, como as montadoras de automóveis. (BOLIGIAN, 2004, p. 73) ⁴⁰.

Não se ignora a importância das multinacionais na consolidação do processo de industrialização do Brasil, mas a forma como o autor destaca esse fato, relega a um plano secundário aspectos muito importantes para a compreensão desse processo. Assim como no conteúdo consultado dessa obra é presente a abordagem

⁴⁰ Grifo meu.

sobre o investimento estatal apenas na promoção da infra-estrutura, também no livro de PEREIRA (2004, p. 126) encontra-se a seguinte afirmação: *“a intervenção do Estado desde essa época, dirigiu-se predominantemente para o campo da infra-estrutura”*. Cita-se a importância da instalação CSN, mas não se registra nenhuma ação estatal no sentido de regulamentação da economia, incentivos fiscais à produção industrial, controle cambial protegendo o mercado interno, institucionalização das leis trabalhistas, etc. Também foi encontrada afirmativa referente aos investimentos diretos que os cafeicultores realizaram para a industrialização, conforme o trecho a seguir:

Os fazendeiros paulistas que plantavam café ganhavam muito dinheiro e começaram a se interessar e montar indústrias. (...) a CSN, criada em 1941 é um marco no processo de industrialização. (ARAÚJO, 1999, p. 59).

Não se discorda da importância da CSN, no desenvolvimento industrial brasileiro, mas as iniciativas diretas de investimentos na indústria pelos fazendeiros (cafeicultores) foram muito reduzidas. Pelos dados da pesquisa realizada por Pereira (1962), sobre a origem social dos empresários industriais nacionais, *“dos 204 pesquisados, apenas 15,7% eram de brasileiros de três gerações dos quais 3,9% originaram-se da antiga aristocracia rural brasileira; e 84,3% eram de origem imigrante”* (MAMIGONIAN 1969, p. 60).

O livro Link do espaço, de Rockenbach (et al) causou surpresa pela falta de referências e elementos básicos da geografia na compreensão da formação do país. Apesar da linguagem pertinente às questões atuais, como as transformações tecnológicas, a velocidade das comunicações, os movimentos sociais, os assuntos são tratados de forma desordenada e sem uma relação clara com o local em que ocorrem. O livro é recheado de gravuras, cerca de cento e trinta em comparação aos mapas que são apenas treze.

Trata-se de conflitos agrários, mas, não se aponta se quer a região em que são mais deflagrados (p 123). Trata-se das iniciativas de desenvolvimento rural, mas sem o registro de local isso acontece (p 123). Trata-se do processo de favelização e não se explica como ela ocorreu. Qual a situação dos centros urbanos, o que ela tem a ver com a industrialização, urbanização e desemprego (p 99). Trata-se da

expansão das agroindústrias, sem indicar em que área iniciaram e para onde se expandiram (p 114). A tentativa de se começar pela atualidade e voltar ao passado apesar de ser um bom método de análise, não foi bem realizada. Inicia-se o primeiro capítulo tratando da circulação das pessoas, das informações, da produção, do modelo cultural urbano, para no segundo, abordar o período colonial do Nordeste e do Sudeste do país. O contexto histórico responsável pela formação das demais regiões do Brasil não é apresentado.

Não se pretende aqui questionar o mérito da proposta metodológica adotada pela obra, entretanto, considera-se que o reconhecimento acerca a validade da proposta pedagógica deve ser acompanhado por sua contribuição ao entendimento dos elementos e informações básicas da Geografia, que não podem ser desconsiderados. Quanto ao processo de industrialização no Brasil, o livro registra que *“a superprodução do café leva muitos cafeicultores a investir em indústrias”* (ROCKENBAC, 2002, p. 82).

Na continuidade desse trabalho, as relações entre os imigrantes, a economia e as transformações políticas pelas quais passou o país serão melhor detalhadas. No momento, assinalam-se os agentes a serem considerados no desenvolvimento do processo de industrialização do Brasil:

os capitalistas sem capitais, gente de origem modesta, imigrantes europeus sobretudo, com ou sem experiência industrial anterior, aos quais podemos acrescentar os comerciantes das zonas de colonização européia do Sul do Brasil. **Comerciantes de exportação e importação** e fazendeiros do Brasil das grandes lavouras, que de modo geral só se interessaram seriamente pelo negócio industrial quando ele se tornou seguro. **Iniciativas estatais**, tipo Volta Redonda, nascidas durante o governo Getúlio Vargas e **iniciativas estrangeiras**, na grande maioria muito recentes, que vieram tirar proveito da industrialização em andamento. (MAMIGONIAN, 1969, p. 60)

A análise dos conteúdos apresentados nos LD's consultados permite reconhecer a predominância das seguintes características: o abandono da perspectiva para aprender a histórica sobre a diversidade regional do país bem como o abandono da análise das transformações sócio-espaciais. Falta nestes livros

o compromisso de focar conteúdos que abarquem as generalidades que perpassam o território e as especificidades que circunscrevem as regiões. Espera-se que outras propostas em novos LD's de Geografia sejam capazes de uma abordagem diferenciada, onde a Região Sul não seja caracterizada apenas como uma área de expansão européia e extensão econômica da Região Sudeste.

RESUMO DO CAPÍTULO II

Diferentemente das edições anteriores, na avaliação para formulação do Guia 2005, as obras não foram classificadas como aprovadas com distinção, aprovadas, e aprovadas com restrições. Consta no Guia do Livro Didático de Geografia que das 16 coleções avaliadas no PNLD/2005, 5 foram excluídas e 11 foram aprovadas. Na edição do PNLD 2005, ocorre uma certa proteção quanto à exposição da avaliação das coleções dos autores e de suas editoras. Apesar das considerações presentes nas resenhas de cada coleção, e da definição de duas médias normalizadoras: 90,8 a 100,0 pontos e 71,8 a 85,6, não houve identificação nas coleções apresentadas no Guia. Os conteúdos enfocados pelos LD's, apesar de escritos por diferentes autores, e publicados por diferentes editoras (em alguns casos as mesmas), possuem uma semelhança quase entediante. Além dos conteúdos seguirem um padrão quase homogêneo na abordagem do conteúdo, os erros e generalizações também parecem ser fruto de consulta mútua entre os autores desses livros. Relembrando as críticas e os debates realizados na década de 1980, às abordagens da Geografia tradicional, comuns aos conteúdos didáticos, cabe questionar se os conteúdos didáticos atuais conseguiram apresentar os processos por que passam as relações da sociedade e natureza. Sobretudo, as transformações econômicas ocorridas com diferentes reflexos em suas regiões. O questionamento se justifica quando se depara com explicações sobre o desenvolvimento de uma região, a partir da dependência (e não da relação) com outra área do território. Ao se analisar os conteúdos dos LD's de geografia fica evidenciado que as propostas teóricas e metodológicas de Santos, quanto à Formação Sócio Espacial, infelizmente não foram adotadas e parte do empobrecimento desses conteúdos advém dessa falta. Entretanto, há entre autores de LD's, aqueles que vêem esse aspecto de modo positivo. De maneira geral, os LD's consultados, já têm comprometidas as abordagens sobre a região Sul do Brasil no que tange ao processo de formação de sua população. As informações e referências são quase exclusivamente ligadas apenas à vinda dos imigrantes europeus em meados do século XIX. Poucos são os livros que registram a presença das populações indígenas, os núcleos formados pelas missões jesuíticas, a fixação de vicentistas e portugueses, o povoamento com

os açorianos no litoral e a vinda dos africanos trazidos à revelia. Nos conteúdos sobre as indústrias presentes nos estados da região, é comum encontrar erros de localização e inadequação das referências. Além dos equívocos sobre as atividades econômicas desenvolvidas na região e a ênfase legada à relação dos imigrantes apenas com a agricultura, também é comum a desatualização sobre as transformações e o papel dessas atividades. O desenvolvimento industrial em diferentes partes da Região Sul tem relação direta com a gênese dessa formação sócio-espacial vinculada aos imigrantes. Os conteúdos dos livros consultados referem-se apenas à contribuição dos imigrantes no desenvolvimento da agricultura. Algumas ilustrações também reforçam essa inferência. Em um dos livros que apresenta várias informações sobre atividades industriais, encontra-se no início do capítulo sobre a região Sul uma ilustração com as atividades agropecuárias e turísticas, não havendo representação alguma acerca da atividade industrial. O tipo de abordagem e de relação assinalada pelos conteúdos didáticos vem reafirmar uma condição periférica dos estados do Sul em relação ao centro da economia nacional – São Paulo. Certamente, as relações periféricas existem e estão presentes também no contexto nacional, (Mamigonian, 1986) mas, a maneira como são constituídas e desenvolvidas varia muito entre as diferentes áreas e regiões do Brasil. Boa parte das abordagens equivocadas sobre a industrialização no Sul do Brasil, deve-se à influência das teorias tradicionais a respeito do início do processo industrial ocorrido na região Sudeste. No trabalho intitulado *Notas Sobre o Processo da Industrialização no Brasil*, o autor discute as idéias comuns sobre a origem e o desenvolvimento inicial da industrialização no Brasil, chamando a atenção para as *falsas idéias* sobre o nascimento da industrialização: através do café; através de Volta Redonda (CSN); através das multinacionais após a década de 1950. (Mamigonian, 1967, p. 55). É importante mencionar que algumas das maiores indústrias têxteis do país iniciaram suas atividades longe das lavouras de café já no final do século XIX, e utilizando capital local. As maiores agroindústrias do país foram se consolidando em 1960 (Sadia, Perdigão Seara) e as indústrias de materiais elétricos também já vinham no final dessa década em considerável ritmo de produção, com capitais locais e sem o determinismo da expansão industrial de São Paulo, ocorrida (segundo as próprias fontes didáticas) em 1970.

CAPÍTULO III

AS LINHAS TEÓRICAS TRADICIONAIS SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL E A ANÁLISES DOS AUTORES DE LIVROS DIDÁTICOS.

3.1 AS PRINCIPAIS LINHAS TEÓRICAS SOBRE O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL.

Na análise de Mamigonian (2000) as principais linhas teóricas sobre a origem e o desenvolvimento industrial no Brasil, podem ser divididas em três: as idéias difundidas na *Cepal*; ⁴¹ *a teoria da Dependência e os Ciclos de acumulação da economia*. As análises desenvolvidas pela Cepal, tornaram famosa a definição do início do processo industrial pela substituição de importações. Nessa corrente teórica, o nome de maior expressão no estudo da economia brasileira foi Celso Furtado.

Assim, para esse autor, nos momentos em que se instalava uma crise no comércio internacional, estimulava-se o investimento industrial, aquecendo o mercado interno. A industrialização brasileira ia avançando pela substituição de importações. Estudos desenvolvidos por Furtado e Simonsen, ressaltaram a importância do trabalho livre na economia cafeeira, na substituição do trabalho escravo,

“já que a mão-de-obra livre foi usada exclusivamente na lavoura de café e era remunerada com dinheiro, o que permitia adquirir alimentos e produtos industriais. Os lucros da produção cafeeira se transferiram para as atividades industriais por intermédio do sistema bancário ” (MAMIGONIAN, 2002 p. 12).

Entre vários autores dessa linha teórica consolidava-se a hipótese dos choques adversos. O investimento industrial era realizado como resposta aos momentos de crises de exportação. Apesar de um bom período de prevalência das interpretações da Cepal (1955 -1964), inclusive com apoio do PCB, Furtado foi

⁴¹ CEPAL – Comissão de Estudos Econômicos para América Latina.

criticado por não assinalar de maneira mais explícita quais os agentes responsáveis “*pela criação do mercado interno e pela gênese dos capitais investidos na industrialização... além de não ter dado atenção ao processo no conjunto brasileiro.*” (MAMIGONIAN, 2002 p. 12).

Versini & Suzigan também fazem uma observação crítica à interpretação geral da Cepal quanto à origem do período de investimento industrial:

(...) com a queda da lucratividade das exportações de café, a partir de 1929, os investimentos teriam se voltado para a produção de manufaturas para o mercado interno (...) O argumento e a evidência vistos acima sugerem uma generalização dessa teoria: a indústria surgiu não de uma grande crise, mas de várias pequenas crises, que tanto tiveram o efeito de favorecer o produtor local quanto de atrair capitais para a atividade manufatureira. (VERSINI & SUZIGAN, 1990, p 17)

Seguem-se ainda outras críticas a respeito “dos choques adversos” como impulsionadores do crescimento industrial no país. Peláez (1968) salienta que nos períodos onde há aumento da exportação e equilíbrio da taxa cambial é que a indústria têm ganhos representativos. Ocorre um aquecimento de toda a economia. Outro autor que criticou a idéia dos choques adversos foi Warren Dean. O autor afirmava que nos momentos de crise externa, a dificuldade em importar equipamentos e matérias-primas reduzia a capacidade de expansão industrial, além de reduzirem a renda geral da mão-de-obra assalariada, tendo em vista a diminuição das exportações. Assim:

(...) durante os anos em que o café se vendeu bem, tudo faz crer que a indústria foi mais lucrativa e se expandiu mais depressa(...) durante os anos maus do comércio do café... a indústria local agonizou (DEAN, 1971, p 93-4).

Os estudos que afirmavam a ligação entre aumento de exportações e crescimento industrial, ficaram conhecidos como tese da industrialização induzida pelas exportações.

A segunda linha teórica sobre o processo de industrialização, denominada de Teoria da Dependência, sustentava que a única possibilidade de crescimento da economia brasileira estava “*nos momentos em que a divisão internacional do*

trabalho favorecesse sua articulação no interior do sistema capitalista mundial". (MAMIGONIAN, 2000, p.15)

Nesta linha teórica, a compreensão sobre o mercado interno nacional, foi vinculada a especialização surgida nas fazendas. Enquanto os produtos exportados tinham grande saída, a produção de alimentos e outras mercadorias era realizada por terceiros. Com base nos estudos de Warren Dean, Mamigonian define a interpretação desse autor da seguinte forma:

“quando as atividades das fazendas de café tornavam-se muito lucrativas, geravam excedentes aplicáveis... em estradas de ferro, indústrias, etc” sendo assim: “os fazendeiros de café teriam conduzido a economia brasileira da agroexportação ao sistema industrial de meados do século XX” (MAMIGONIAN, 2000, p.13).

Apesar dos autores representantes dessa linha teórica terem feito referência em seus trabalhos à formação das classes sociais presentes no processo de industrialização do Brasil, as abordagens restringiram-se ao âmbito da relação de assalariamento da mão-de-obra imigrante e da transformação dos fazendeiros de café em empresários industriais. As explicações sobre as mudanças ocorridas na economia agro-exportadora têm uma definição do papel de cada classe aparentando corresponder a uma seqüência “lógica”, no entanto, poucas foram as comprovações empíricas desses fatos. O receio de esbarrar numa interpretação caracterizada como simpática ao *self-made-man*, (MAMIGONIAN, 2000, p 13) parece ter limitado a percepção sobre a diferenciação social ocorrida em São Paulo, dentro e fora das lavouras de café.

A terceira, os *Ciclos de Acumulação da Economia*, serviu de base para as análises de Ignácio Rangel sobre desenvolvimento econômico brasileiro. Traz em seu quadro explicativo, os diferentes períodos de expansão do capitalismo em suas fases de ascensão e recessão, marcando os ciclos longos e médios. Com a formação da economia industrial brasileira, o país desenvolve um ciclo médio próprio, o que lhe assegurava maior dinamismo para adaptar-se às mudanças conjunturais do centro do sistema capitalista.

A teoria dos ciclos econômicos estudada por Rangel, demonstrava a possibilidade real de expansão econômica em países como o Brasil, tanto “*nas fases de expansão do centro do sistema, como nas fases de contração, devido a existência de um setor interno industrial com dinamismo próprio*”. (MAMIGONIAN, 2000, p.20). Assim diferenciava-se fortemente da teoria da Cepal que criticava a relação desfavorável no comércio internacional entre a periferia e o centro do sistema, e da teoria da Dependência, que denunciava uma união das classes dominantes do centro com as da periferia, desfavorecendo os interesses do conjunto da sociedade.

Essa interpretação vê na classe de latifundiários, que assumiu o poder do Estado em 1930, um acontecimento fundamental ao desempenho do desenvolvimento industrial do país, tendo realizado importantes ações como “*controle do câmbio, o confisco cambial do café, as reservas de mercado, as prioridades às importações de equipamentos não produzidos internamente, os incentivos fiscais e creditícios etc.*” (MAMIGONIAN, 2000, p.19).

O uso corrente das idéias das teorias Cepalinas e Dependentes, ainda é predominante, apesar de seus prognósticos e conclusões terem sido alvo de grandes críticas já nas décadas de 1960 e 1970. Os conteúdos didáticos são praticamente unânimes na utilização das idéias centrais dessas teorias, desconhecendo as especificidades apontadas por análises com ampla verificação empírica, embasadas na categoria de Formação Sócio-Espacial e nos ciclos de acumulação da economia.

3.2 INTERPRETAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA REFERENTES AO SUL DO BRASIL.

Dentre os trabalhos sobre a industrialização no Sul do Brasil, realizado por estudiosos de outros estados brasileiros que levam em conta o desenvolvimento industrial da região desde seu início e suas relações com o mercado nacional, são mais comumente conhecidas as considerações de Singer, com *Desenvolvimento*

econômico e Evolução Urbana, de 1977, e Castro com *A Industrialização Descentralizada no Brasil*, de 1980.

Singer estuda as cidades de Porto Alegre (RS) e Blumenau (SC), como exemplos de localidades industrializadas, fora do eixo Rio-São Paulo. Evidencia aspectos referentes à colonização européia do século XIX, a organização das pequenas propriedades e o certo isolamento em relação ao mercado nacional. O que chama atenção para o fato de que Porto Alegre entrava “*em franca fase de industrialização a partir de 1980*” (SINGER, 1977, p. 172). Havia contribuído para esse processo a diversificada produção agrícola e o forte comércio das áreas coloniais, em especial da região serrana do estado. Os produtos passam por Porto Alegre, abastecendo parte dos mercados de São Paulo principalmente.

Numa comparação entre Porto Alegre e as cidades de Rio Grande e Pelotas, salienta o autor a superioridade da primeira na diversificação dos produtos industriais, justificando esse fato devido a diferença entre os mercados que essas cidades destinam sua produção. Pelotas e Rio Grande apostavam em poucos produtos contando com a competitividade das empresas, enquanto Porto Alegre comercializava vários produtos vindos da zona colonial (SINGER, 1977, p 173).

A referência a diferença de mercados a serem conquistados, reside antes, na formação da produção, que corresponde ao tipo de formação social que a realiza. Prevaleceu em Rio Grande uma forte polarização do capital comercial e em Pelotas, a formação social do latifúndio pastoril, assim como condições naturais (desfavoráveis à agricultura naquela época) não possibilita diversificação de produtos. Em Porto Alegre, os bons resultados da agricultura, a divisão do trabalho, caracterizando a formação social baseada em pequena produção mercantil, facilita a diversificação da produção.

O autor afirma que nas áreas coloniais dos estados do Sul, desenvolve-se

uma economia de subsistência, em alto grau independente da economia de exportação do resto do país. Na medida em que a população ia se adensando e que crescia o excedente de produção comerciável, iam amadurecendo as condições para o salto da industrialização. Em Blumenau ele se deu em 1890 (SINGER, 1977, p 117).

Com poucas possibilidades de expansão do comercial regional, a produção de Blumenau é especializada em “*bens superiores*” (Castro, 1980) e desde cedo exportada ao mercado do Sudeste e mesmo ao comércio exterior. A produção têxtil é diferenciada da produção destinada ao mercado popular. Diferentemente de Porto Alegre, em que o mercado regional era bem expressivo e a concentração populacional era bem maior. Quem aponta essa diferenciação é Castro, observando que as semelhanças entre a industrialização das duas cidades, apontadas por Singer, não levam em conta esse importante aspecto diferencial.

Devido à dificuldade de escoamento do excedente agrícola produzido, havia duas soluções:

a diversificação das atividades mediante o desenvolvimento artesanal manufatureiro, e as exportações (...) Assim fazendo, Blumenau antecipadamente incorporava um dos mecanismos mais característicos da moderna industrialização brasileira: o crescimento por diversificação (CASTRO, 1980, p 116-118).

Castro, observa que através desses processos a produção industrial do Sul do Brasil, integra-se ao mercado nacional conforme avançam as substituições de importação.

Entre os trabalhos sem maiores especificações das cidades e áreas com desenvolvimento industrial, estão as considerações de Cano, sobre a industrialização brasileira: *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, de 1983. Ao tratar da industrialização em Santa Catarina, observa que

Pelo menos no que se refere à indústria de beneficiamento e transformação de produtos agropecuários (alimentação, bebidas, fumo e outras), parece não ter haver maiores dúvidas quanto ao fato de que seu capital se originou da expansão da economia camponesa implantada pelos imigrantes. Entretanto, pode-se questionar a origem dos segmentos industriais mais complexos, que requeriam maior intensidade de capital, como a indústria têxtil, por exemplo (...) Lamentavelmente não se dispõe de maiores informações sobre a origem de seu capital.

Refiro-me ao fato de que em grande parte, essas indústrias poderiam ter sido implantadas por imigrantes que teriam trazido seus capitais e conhecimentos técnicos, associando-se ou não a capitalistas locais (CANO, 1983, p 113).

No capítulo seguinte, onde serão demonstradas as iniciativas industriais nesse estado, se observará que também nas primeiras indústrias têxteis, predominaram as iniciativas locais, de imigrantes com capitais modestos, em geral em pequenos grupos de sócios.

A citação evidencia a associação comum que se encontra com facilidade em várias interpretações sobre o Sul do Brasil, inclusive nos livros didáticos: a relação entre agricultura e produção de produtos de beneficiamento simples, implantada por imigrantes, enquanto que a relação referente à indústria é associada a capitais externos ou ao capital comercial, as iniciativas são desvinculadas da acumulação na agricultura.

Sobre o Rio Grande do Sul, o autor destaca que no período em que a produção de alimentos aumenta no estado de São Paulo, caem significativamente, as exportações do Rio Grande do Sul, e este sente um decréscimo no crescimento industrial. O que não é observado, é que apesar do impacto desse processo, a região do entorno de Porto Alegre (incluindo Caxias do Sul), passa a dinamizar sua produção, aquecendo o mercado regional, voltando a crescer na década de 1930.

Observando as informações trazidas por Oliveira, observa-se a ênfase da chamada “*redivisão do trabalho a partir do surto industrial no Sudeste*” que veio afetar as regiões Nordeste e Sul. O autor demonstra que no cruzamento dos dados dos setores: primário, secundário e terciário a região Sul teve queda na taxa de crescimento da produção industrial. De 1947 a 1967, a produção industrial da região Sul caiu de 13,4 para 10,8 (OLIVEIRA, 1977, p. 50). Não houve elaboração de uma análise mais cuidadosa sobre as mudanças nos ramos do setor industrial da região.

Justamente nessas décadas, passam a surgir e a solidificar-se vários empreendimentos, mas, ligados a outros ramos industriais. Silva argumenta que de 1940 a 1960, no Rio Grande do Sul, por exemplo, os

ramos tradicionais como o da produção de alimentos e bebidas apresentam nesse período quedas de participação no valor da produção estadual, passando respectivamente de 47% para 43% e de 8,1% para 4,2%(...) enquanto a metalurgia registra um aumento de participação de 4,3% para 6,7%. Em Santa Catarina, para o período 1939 e 1965, enquanto os ramos alimentar e têxtil têm,

respectivamente, uma queda na participação industrial estadual de 36,9% para 27,8% e de 22,1% para 19,5%, indústrias ligadas ao complexo metal-mecânico registram importantes ganhos de participação, no exemplo da indústria metalúrgica, que passa de 3,5% para 5,7% (...) (SILVA, 2006, p 39).

Há uma conjuntura de reorganização e iniciativas em diferentes ramos industriais que precisa ser observada para que não ocorra uma conclusão apressada de que o crescimento industrial do Sudeste tenha sufocado a indústria do Sul do país e reorientado para a centralização de sua economia nos setores primário e terciário. A comparação entre a queda na taxa de crescimento industrial da região Nordeste e na Região Sul, não pode induzir a conclusão direta de que essas regiões passam igualmente a depender da indústria do Sudeste brasileiro.

Nesse período, verifica-se na Região Nordeste que várias indústrias de capital local começaram a fechar as portas, e passaram a comprar cada vez mais os produtos industriais da Região Sudeste. Na região Sul, verifica-se o aumento e a consolidação de vários estabelecimentos (apesar da queda dos ramos alimentício e têxtil), além da formação de fortes centros industriais.

3.3 INFLUÊNCIAS DAS LINHAS TEÓRICAS TRADICIONAIS SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NAS ANÁLISES DOS AUTORES DE LIVROS DIDÁTICOS.

Por tratar-se de conteúdos didáticos voltados ao ensino escolar, não sendo, então, um texto acadêmico, não se encontra o posicionamento declarado do autor sobre tal ou qual corrente teórica, ou pelo menos as idéias utilizadas em sua argumentação. Mas é possível encontrar nos conteúdos dos LD's afirmações que demonstram alinhamento ora com as idéias comuns à Cepal, ora as hipóteses da teoria da Dependência em suas relações de centro-periferia, numa escala regional.

Não é difícil tarefa reconhecer preceitos destas teorias em trechos que explicam as origens dos capitais direcionados à indústria como provenientes das acumulações de capital da economia cafeeira, aliando-se aos momentos em que o país realiza um esforço de substituição de exportações e trechos onde a

industrialização é explicada a partir da dinamização da lavoura cafeeira que passa a investir no setor industrial.

Após o surgimento desta industrialização, quando a divisão internacional do trabalho é favorável a participação das periferias, verifica-se o desenvolvimento efetivo do setor industrial no nível regional. Tendo em vista as idéias gerais dessas linhas teóricas, apresenta-se a seguir, várias citações extraídas dos LD's, procurando evidenciar a proximidade dos conteúdos didáticos com as hipóteses gerais da Cepal e da teoria da Dependência, no que tange o processo de industrialização.

A proximidade com as idéias difundidas pela Cepal refere-se principalmente à hipótese de que o investimento necessário à industrialização foi originado pelos capitais acumulados com o café e que os cafeicultores passaram a investir diretamente na indústria. Foram encontradas nos livros didáticos referências às duas hipóteses sobre como ocorreu o investimento da cafeicultura no processo de industrialização. Em Araújo está presente a "teria da industrialização induzida pelas exportações":

Nessa época, as casas de importação e os fazendeiros paulistas que plantavam café ganhavam muito dinheiro e começaram a se interessar em montar indústrias. (ARAÚJO, 1999, p. 58)

Também se encontra referências de que o investimento na indústria ocorreu nos momentos de crise nas exportações do café. Aqui está presente a hipótese dos "choques adversos", difundida por Furtado e com ampla aceitação na Cepal. E, obviamente, também é o cafeicultor que investe no setor industrial.

Muito capital que, antes da crise, (referindo-se a crise de 1929)⁴² destinava-se a investimentos na agricultura foi empregado na montagem de novas fábricas. (SENE & MOREIRA, 2000, p. 185)

A superprodução de café leva muitos cafeicultores a investir em indústrias. (ROCKENBACH, 2002, p. 82)

Demonstra-se que apesar de não haver um registro claro nas obras sobre os autores e fundamentação teórica adotada, é possível perceber que a abordagem dos autores das obras didáticas consultadas, respalda-se ou nos estudos baseados

⁴² Parênteses e grifo meus.

na teoria da Cepal, ou diretamente nas idéias de seus primeiros intelectuais. Inclusive apresentando divergência quanto ao mecanismo de investimento na indústria: se nos períodos de crise, ou nos momentos de aumento das exportações.

Além disso, outro aspecto interessante foi encontrado em autores cuja argumentação, se utilizam de afirmações elaboradas pela Cepal, quanto a importância da economia cafeeira e investimento na indústria, e afirmações elaboradas pelos intelectuais da teoria da Dependência. Para facilitar a comparação, relembra-se que essa teoria salientava a importância da especialização surgida nas fazendas já no final do século XIX. Enquanto as fazendas concentravam seus esforços nos produtos para a agroexportação, outros trabalhadores passaram a produzir bens manufaturados, *“quando as atividades das fazendas de café tornavam-se muito lucrativas, geravam excedentes aplicáveis... em estradas de ferro, indústrias, etc”*.

São apresentadas abaixo, algumas citações encontradas nos LD's, que utilizam explicações elaboradas pela Cepal e pela teoria da Dependência:

O acúmulo de capitais, proporcionado pelo cultivo do café, a rede ferroviária, a modernização dos portos de Santos e do Rio de Janeiro, a mão-de-obra qualificada dos imigrantes e o crescimento do mercado consumidor urbano foram fatores fundamentais para o desenvolvimento da atividade industrial (...) (LUCCI & BRANCO, 2002, p. 201).

(...) a produção, que até então fora realizada por meio da mão-de-obra escrava, passou a ser implementada por trabalhadores livres. Esse fato teve uma profunda repercussão na economia da região, pois os imigrantes eram trabalhadores livres, que recebiam uma parte de sua remuneração em forma de salário.

(...) muitos desses trabalhadores que vieram da Europa estavam acostumados ao trabalho fabril, isto é, sabiam lidar com as máquinas industriais.

(...)A partir daí, foi se constituindo um círculo: quanto mais aumentava o ritmo da produção agroexportadora e industrial, mais atrativa se tornava a economia nas grandes cidades do Sudeste, no que se referia a novos investimentos (PEREIRA, 2004, p. 124).

Os recursos econômicos para fazer avançar o processo de industrialização no século XX, principalmente a partir da década de 1930, foram gerados principalmente pela economia cafeeira. A grande exploração da mão-de-obra imigrante, que começou a substituir o

trabalho escravo em meados do século XIX, foi o principal elemento que propiciou o acúmulo do capital necessário ao investimento no processo produtivo (MOREIRA, 2004, p. 101).

A acumulação de capitais proporcionada pela exportação de café (...)
A substituição gradativa do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, que ocorreu com a vinda de imigrantes para trabalhar nas fazendas de café de São Paulo a partir de 1870.

O fortalecimento do mercado consumidor interno, consequência do crescimento do número de assalariados (VESENTINI & VLACH, 2004, p. 60).

Analisando passo a passo as duas últimas citações, é preciso dizer que as pressões para o fim da escravidão no Brasil tinham o intuito de garantir um mercado consumidor formado pela mão-de-obra imigrante que traria maior produtividade à produção de café. O Brasil reafirmaria sua posição de agro-exportador e a Inglaterra sua posição de fábrica do mundo.

Realmente, com a mudança política na década de 1930, representada por latifundiários voltados ao consumo interno (que haviam travado um embate político com a aristocracia cafeeira na eleição presidencial de 1929) parte das divisas arrecadadas com a exportação do café foi direcionada, com intervenção estatal, para a compra de máquinas necessárias à atividade industrial. Sobre o *“fortalecimento do mercado consumidor”*, vale ressaltar que a aristocracia cafeeira participava muito mais do mercado europeu, (louças, móveis, tapeçaria, tecidos, etc) que do mercado nacional. O fortalecimento do mercado interno foi propiciado principalmente pelos imigrantes chegados nas últimas décadas do século XIX.

O pseudo-tripé: *“acumulação de capitais proporcionada pela exportação do café - substituição gradativa do trabalho escravo - fortalecimento do mercado consumidor”*, é uma explicação muito incipiente sobre o desenvolvimento econômico desta fase.

Como já foi mencionado, com as pressões internacionais para a abolição dos escravos, a fim de assegurar mercado para os produtos manufaturados produzidos nos países já industrializados, a classe agro-exportadora viu uma alternativa para aumentar a produtividade das fazendas com o trabalho agrícola dos imigrantes. Conforme afirmação de Campos Sales, em 1899, enquanto era Presidente do Brasil: *“exportar tudo aquilo que nos é possível em melhores condições que outros povos e*

importar o que eles podem produzir em melhores condições que nós” (MAMIGONIAN, 1969, p. 58).

O interesse nos imigrantes era pelo trabalho qualificado nas lavouras, com as mudanças econômicas externas e internas eles poderiam passar a mão-de-obra industrial, como de fato ocorre com muitos, mas, a figura do empresário industrial não pode ser representada pelo ex-fazendeiro de café. Parte significativa de ex-colonos se tornaram pequenos produtores e alguns, pequenos industriais. Outros imigrantes que se dedicavam à atividade comercial, na maior parte dos casos com pequenos capitais, também participaram da industrialização brasileira com uma participação bem superior aos fazendeiros do café.

A possível explicação para uma suposta mudança de posicionamento dos cafeicultores poderia estar nas mudanças ocorridas na economia mundial, devido a Primeira Grande Guerra e à crise de 1929. Na fuga dos momentos de crise da exportação do café, eles passariam a investir no setor industrial, mas essa estratégia não foi predominante. Sabe-se que as pressões políticas impostas pelos cafeicultores às ações estatais buscavam amortizar as perdas dos fazendeiros, e a assegurar as divisas com a venda da produção de café, sem a preocupação de contribuir com o esforço de investir na indústria nacional.

Em um estudo realizado em 1962, constatou-se que de 204 grandes empresários do estado de São Paulo, apenas 3,9 % tinham origem na antiga aristocracia rural brasileira (Mamigonian, 1969, p. 60). As aplicações diretas de grandes cafeicultores na atividade industrial foram minoritárias no conjunto de investimentos e iniciativas industriais. Portanto, o estudo comprova que a idéia, fortemente difundida, de que saiu dos cafeicultores o impulso e financiamento direto à industrialização é equivocada.

Os fatores apresentados como os mais importantes no processo de industrialização tratados sob uma interpretação de complementaridade parecem criar um modelo simples e eficaz para explicar a transformação de uma economia agrário-exportadora em urbano-industrial. Na realidade, a complexidade do processo é muito grande.

Nos conteúdos didáticos em que a explicação do desenvolvimento industrial da região Sul é vinculada a desconcentração industrial do Sudeste, encontra-se proximidade com as idéias de centro-periferia numa escala regional, baseadas nas análises da teoria da Dependência. Seguem os exemplos:

Até a década de 1970, a economia da região Sul dependia quase que completamente das riquezas geradas pela produção agrícola e pecuária. A partir de então, a atividade industrial começou a crescer e a se diversificar, o que tornou o Sul a segunda região mais industrializada do país. Contudo, durante a década de 1980 e início da década de 1990, a atividade industrial da região Sul cresceu de forma pouco significativa, e seu parque industrial quase foi superado pelo Nordeste. Somente nos últimos anos o Sul voltou a receber grandes investimentos industriais, com a instalação de empresas nacionais e multinacionais (BOLIGIAN, 2004, p. 132).

A abordagem do autor sobre a dependência do setor agrícola na região Sul, beira ao exagero. A falta de explicação sobre os períodos econômicos ligados às décadas de 1980 e 1990 impossibilita entender os motivos sobre essa “queda no crescimento industrial”. Na década de 1980, todo país passa por forte desaceleração econômica. Ainda sim, conforme CUNHA (2001, p 11)

A reação de Santa Catarina é exemplar para o que ocorreu na Região. Suas exportações saltaram de US\$ 860 milhões em 1980, para US\$ 1,5 bilhões em 1990, 4,8% do Brasil. Em 1970 as exportações catarinenses foram de tão somente US\$ 38 milhões, 1,4% do montante do País. O total das exportações do Sul foi da ordem de US\$ 7 bilhões, mais de um quinto das transações brasileiras com o exterior. Neste período intensificaram-se as mudanças no perfil das exportações, ganhando peso os derivados do aglomerado couro-calçadista gaúcho, carnes de aves, diversos produtos de metalmeccânica e papel e celulose, sem contar o grupo de produtos oriundos da soja. O Sul brasileiro, em razão do razoável desempenho de Santa Catarina e do Paraná, encerrou este período denominado, nacionalmente, “década perdida”, com avanço de 1,21 pontos percentuais, no PIB nacional, apesar da pequena queda da economia do Rio Grande do Sul. A conquista da região deveu-se menos ao dinamismo regional e mais ao recuo dos estados líderes nacionais – São Paulo e Rio de Janeiro.

Em 1990, os rumos econômicos em direção a abertura comercial promovida pelo governo Collor estabeleceu uma crise generalizada no setor industrial, com a concorrência de produtos importados, notadamente sentida com a valorização cambial pós 1995. No Sul do Brasil vários setores são afetados (têxtil, calçadista, auto-peças) e obrigam-se a reestruturar a produção buscando ganhar

competitividade. Outros setores (agroindústria, cerâmico, moveleiro) despontam nas exportações com o câmbio favorável. O crescimento do parque industrial do Nordeste incentivado pela guerra fiscal, que, aliás, contou com investimento de empresas de outros estados (do Sul inclusive), não chega a se sobrepor a dimensão do parque industrial da região Sul.

Até a década de 1950, a agricultura era a principal fonte de riquezas para o Brasil. (...) A partir de então, a atividade industrial tornou-se a alavanca do desenvolvimento do país, sobretudo com a instalação das empresas multinacionais, como as montadoras de automóveis (BOLIGIAN, 2004, p. 73).

Realmente até a década de 1950, a maior parte do PIB nacional provinha da agricultura, mas quanto às multinacionais é preciso frisar que o país já contava com uma estrutura industrial capaz de atrair e atender as necessidades das multinacionais que se instalam nessa década, sobretudo as montadoras. A citação acima ignora o longo período de substituição de importações pelo qual passou o país. A instalação das multinacionais representou um importante impulso para completar o parque industrial brasileiro, mas elas instalam-se num processo posterior e crescente de industrialização.

RESUMO DO CAPÍTULO III

Dentre as várias idéias sobre o processo de industrialização do Brasil, pode-se dizer que elas estão concentradas em três linhas teóricas principais. Seguindo as considerações de Mamigonian (2002) essas linhas são: a *Cepal; a teoria da Dependência e os Ciclos de acumulação da economia*. As análises desenvolvidas pela Cepal, tornaram famosa a definição do início do processo industrial pela substituição de importações. Nessa corrente teórica, o nome de maior expressão no estudo da economia brasileira foi Celso Furtado. Para esse autor, nos momentos em que se instalava uma crise no comércio internacional, estimulava-se o investimento industrial, aquecendo o mercado interno. Apesar do tempo de prevalência das interpretações da Cepal, Furtado foi criticado por não assinalar de maneira mais explícita quais os agentes responsáveis “*pela criação do mercado interno e pela gênese dos capitais investidos na industrialização*” (MAMIGONIAN, 2002 p. 12). A segunda linha teórica – a Teoria da Dependência sustentava que a única possibilidade de crescimento da economia brasileira estava “*nos momentos em que a divisão internacional do trabalho favorecesse sua articulação no interior do sistema capitalista mundial*” (MAMIGONIAN, 2000, p.15). Apesar dos autores representantes dessa linha teórica terem feito referência em seus trabalhos à formação das classes sociais presentes no processo de industrialização do Brasil, as abordagens restringiram-se ao âmbito da relação de assalariamento da mão-de-obra imigrante e da transformação dos fazendeiros de café em empresários industriais. A teoria dos *Ciclos de Acumulação* serviu de base para as análises de Ignácio Rangel sobre o desenvolvimento econômico brasileiro. Traz em seu quadro explicativo, os diferentes períodos de expansão do capitalismo em suas fases de ascensão e recessão, marcados pelos ciclos longos e médios. Essa interpretação vê o desenvolvimento do setor industrial brasileiro, a formação de um ciclo médio endógeno, capaz de redirecionar a economia interna nos momentos de crise no centro do sistema e ampliar seu crescimento nos momentos em que a conjuntura mundial é favorável. Como os conteúdos dos livros didáticos são dirigidos ao ensino escolar, não representando, portanto, um texto acadêmico, não é declarado explicitamente o posicionamento do autor sobre tal ou qual corrente teórica, ou pelo menos as idéias

utilizadas em sua argumentação. Entretanto, como já foi demonstrado, é possível encontrar nos conteúdos dos LD's afirmações que indicam o alinhamento dos autores ora com as idéias comuns à Cepal, ora com as hipóteses da teoria da Dependência em suas relações de centro-periferia, numa escala regional. A proximidade com as idéias difundidas pela Cepal refere-se principalmente à hipótese de que o investimento necessário à industrialização foi originado pelos capitais acumulados com o café e que os cafeicultores passaram a investir diretamente na indústria. Já nos conteúdos didáticos em que a explicação do desenvolvimento industrial da região Sul é vinculada à desconcentração industrial do Sudeste, identifica-se uma clara aproximação com as idéias de centro-periferia numa escala regional, baseadas nas análises da teoria da Dependência. O uso corrente das idéias às teorias Cepalinas e Dependencistas, ainda é predominante, apesar de seus prognósticos e conclusões terem sido alvo de grandes críticas já nas décadas de 1960 e 1970. Os conteúdos didáticos são praticamente unânimes na utilização das idéias centrais dessas teorias.

CAPÍTULO IV

INTERPRETAÇÃO DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL COM BASE NA CATEGORIA DE FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E NOS CICLOS DE ACUMULAÇÃO DA ECONOMIA

4.1 OS CICLOS DE ACUMULAÇÃO NA ORIGEM DA INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

O estudo do desenvolvimento da industrialização do país, além de se valer do conhecimento do processo histórico-geográfico do Brasil e do mundo, precisa verificar a importância dos imigrantes no processo de industrialização. Sua (ação) presença permitiu o real estabelecimento do mercado interno, via produção de alimentos e produtos manufaturados dinamizados pela pequena produção mercantil, e não pelo simples assalariamento de trabalhadores urbanos.

Entretanto, é preciso compreender que como um subsistema do sistema capitalista mundial, o Brasil passará por influências e alterações diretas em sua economia, conforme as modificações econômicas mundiais. Tanto é que a vinda dos imigrantes europeus no século XIX, se dá pela expansão e transformações geradas pelo desenvolvimento do capitalismo na Europa, expulsando milhares de trabalhadores. As terras e os postos de trabalho que faltaram do outro lado do oceano, seriam encontrados, dentre outros países, no Brasil.

Analisando o funcionamento do capitalismo nos países desenvolvidos, Rangel observa a periodicidade com que ocorrem as expansões e retrações da economia mundial. Cada período de ciclo longo (ou Kondratieff) conta com cinquenta anos de duração, divididos em fases de expansão e de retração. A relação desses ciclos

longos da economia mundial com o Brasil, principalmente quando da formação do seu ciclo endógeno é que:

quando a economia mundial entra em fase expansiva, o Brasil reage aprofundando seus laços de divisão internacional do trabalho, o que se manifesta pela expansão das exportações e das importações. Entretanto, quando a economia mundial entra em fase recessiva, a economia brasileira volta-se sobre si mesma (...) (RANGEL, 1985, p. 30).

Os períodos de expansão e retração da economia mundial tiveram influência direta nas transformações econômicas do Brasil das últimas décadas do século XIX até a década de 1950, principalmente. Nos períodos de expansão do comércio mundial aumentavam as exportações de produtos agrícolas, em especial do café. Nos momentos de retração e de crise, como na Primeira Guerra Mundial e na crise de 1929, o país modifica o controle cambial visando protegendo os setores industriais nacionais.

Desde a década de 1920, devido ao processo de substituição de importações, o país contava com seus ciclos médios da economia formados por uma fase de expansão e seguidos de uma fase de recessão. Através desse ciclo interno, o Brasil podia se expandir internamente, ainda que as relações externas não fossem favoráveis. Essa ação é o que Rangel chamou de “*reação ativa*” da periferia diante das oscilações do centro do sistema. Cada ciclo médio interno correspondeu a uma etapa no processo de substituição de importações: “*indústria de bens de consumo simples, indústrias de materiais de construção, indústrias de bens de consumo duráveis e indústrias químicas e mecânicas pesadas*”. (MAMIGONIAN, 2000, p 18)

No entanto, para que essa “*reação ativa*” se estabeleça é necessário que no âmbito político, o direcionamento da economia contribua para esse processo. No Brasil, a ascensão ao poder de uma classe de latifundiários com interesses no desenvolvimento do mercado interno, evidencia um avanço frente à aristocracia agro-exportadora que estava há décadas no poder, alavancando a classe dos pequenos produtores e da burguesia industrial nascente. Assim, possibilitou a ativação e sustentação do mercado interno, consolidando o movimento crescente de substituição de importações.

A revolução de 1930 foi a confirmação da 3ª dualidade, onde uma classe de latifundiários tomava o poder, frente à aristocracia agro-exportadora, passando a intervir na economia de forma a promover a industrialização do país, sem que isso interferisse em seus interesses enquanto proprietários de terra. A formação de uma pequena burguesia industrial garantiria as bases econômicas para direcionar o novo rumo do país, sua transformação de país agrícola e exportador para país urbano e industrial.

Dessa forma, as transformações econômicas e políticas pelas quais passam o país começam a estruturar as condições para diversificar a industrialização em andamento. Era necessário desenvolver a indústria mecânica com a finalidade de expandir outros setores e garantir o crescimento de outros já em andamento.

Se por um lado a produção de bens industrializados devido à restrição de importações estimulava o aumento da produção, de outro dificultava muito a importação de maquinário. Paradoxalmente, essa restrição tornou-se um estímulo ao desenvolvimento da indústria mecânica. Tornou-se comum a instalação de oficinas dentro das fábricas a fim de copiarem e adaptarem máquinas estrangeiras, além do próprio surgimento de indústrias que passaram a dedicar-se especificamente a esse tipo de produção.

Versiani e Suzigan fazem considerações que vão na mesma linha apontada por Rangel, quanto ao surgimento de importantes setores para a diversificação da produção industrial:

Entre o final da Primeira Guerra e 1930, verificou-se um importante processo de diversificação industrial. Entre os produtos que passaram a ser fabricados localmente podem ser citados: ferro-gusa, cimento, ferramentas elétricas, motores elétricos, máquinas têxteis, equipamentos para o refino do açúcar, implementos agrícolas, aparelhos de gás, relógios e instrumentos de medição. As novas unidades produtivas instaladas nesse período freqüentemente tiveram sua origem em pequenas oficinas de conserto. Em muitos casos, tais oficinas tinham iniciado, durante a Guerra, a produção de peças de reposição para equipamentos importados, dada a dificuldade de comprá-las no exterior. A partir dessa experiência, passavam a produzir o equipamento completo, muitas vezes por pressão da clientela; e após o término do conflito, verificavam que continuava sendo lucrativo manter ou expandir essa produção (VERSIANI & SUZIGAN, 1990, p. 21).

Com o crescimento industrial, o país começa um movimento efetivo de integração de suas economias. As trocas comerciais são intensificadas. Tanto a produção de alimentos quanto a produção de produtos industrializados começa a espalhar-se por diferentes estados da federação, contribuem para isso a crescente urbanização, a melhoria nos transportes e o fim das tributações entre os estados para entrada de mercadorias.

4.2 A ORIGEM DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL MERIDIONAL

Levando em conta as primeiras observações de Delgado de Carvalho, sobre a existência de “*dois Brasís*” na década de 1930, referindo-se a um Brasil-Norte e um Brasil-Sul, evidencia-se a grande diferenciação então existente em termos naturais e produtivos. Na apresentação da *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, Carvalho chama a atenção para a diferenciação de área dentro da região Sul:

No Brasil meridional, de São Paulo para o Sul principalmente, a paisagem geográfica das zonas rurais é sensivelmente modificada por seu elemento humano mais raro em outras zonas: o imigrante estrangeiro. O estudo do habitat, do gênero de vida e dos tipos de cultura contrasta a lavoura das fazendas das lavouras de pequena propriedade, com suas instalações características de aspecto alemão, eslavo ou outro. (CARVALHO in FERREIRA, 1958, p. 43).

Pode-se dizer que essa percepção seria a primeira constatação, na geografia, do desenvolvimento de duas formações sociais distintas e logo, de duas formações sócio-espaciais: a primeira, mais antiga, com base no latifúndio, localizada, sobretudo nas áreas de campo; e a segunda iniciada principalmente com os imigrantes vindos em meados do século XIX, localizada principalmente em áreas florestadas. Aqui, deve-se fazer exceção ao estado de São Paulo, já que os imigrantes instalaram-se dentro das fazendas de café.

Essas duas formações diferenciadas poderiam estabelecer a ocorrência de uma revolução de tipo americano (VIANA 2004, p. 43). Produtores independentes, agrupando-se enquanto uma burguesia nascente passam a reivindicar o poder detido por senhores de terra, e falando ainda de Brasil, senhores feudais. Entretanto,

o que ocorrerá no Brasil, com o marco da revolução de 1930, será uma revolução passiva (VIANA 2004), onde a classe dos produtores alia-se a dos senhores feudais, que se comprometem em modernizar e dinamizar o país, mas sem saírem do poder. Mamigonian relaciona o tipo de revolução ocorrida no Brasil, com as revoluções econômicas e sociais promovidas pela industrialização em outros países.

A oligarquia gaúcha, que liderava a aliança vitoriosa, era autoritária-reformista, de formação ideológica positivista, conduziu um processo de modernização pelo alto, a chamada via prussiana, como já havia ocorrido na segunda metade do século XIX, na Alemanha, Itália e Japão (MAMIGONIAN, 2000, p. 47).

Embora a análise da evolução da formação econômica do Brasil não pareça ser ainda tema de interesse dos estudos de historiadores geógrafos, muitos ainda vem se dedicando à sua investigação. Estes têm procurado entender e evidenciar a formação social própria do latifúndio com a presença de relações escravistas e servis de produção, e da formação social própria das áreas de pequena produção mercantil, com a possibilidade de diferenciação e ascensão social. Assim, abre-se caminho para a compreensão da existência e imbricação dos modos de produção no Brasil.

Diferentemente das idéias que buscam afirmar a ocorrência de transição precisa e datada de um modo de produção a outro, Maurice Doob [1963] destaca que:

Em nossa preocupação com um sistema econômico, não devemos deixar implícito que as fronteiras entre os sistemas devam ser traçadas nas páginas da História como uma linha divisória bem clara. Como tem insistido corretamente aqueles que desconfiam de toda a falação sobre épocas, na realidade os sistemas jamais se encontram em sua forma pura e, em qualquer período da História, elementos característicos, tanto de períodos anteriores quanto de posteriores, podem ser achados, às vezes, misturados numa complexidade extraordinária. Elementos importantes de cada sociedade, embora não forçosamente o embrião completo da mesma, acham-se na matriz da anterior, e as relíquias de uma sociedade antiga sobrevivem por muito tempo na nova. (DOOB, 1983, p. 10)

Para aqueles que vêm estudando esses processos no Brasil, sem perder de vista os processos de transição e de revolução industrial em outros países, percebem que no Brasil, através da imigração, ocorreu a implantação de uma economia e sociedade diferenciadas. A tendência à diferenciação social, as

iniciativas industriais, ocorridas no processo de substituição de importações, abriram passagem para a formação de uma economia industrial, em moldes capitalistas no decorrer do tempo.

Contrariando as explicações superficiais sobre a industrialização do Brasil, que se ativeram mais aos fatos isolados que ao processo, não compreendendo o teor das transformações sociais por que passou o país entre 1860 e 1930, o artigo *Notas sobre o processo de industrialização no Brasil*, ressalta a importância do trabalho livre do imigrante no aquecimento do mercado interno e nas iniciativas industriais. Nele, Mamigonian aponta uma listagem de quatro grandes grupos responsáveis por diferentes iniciativas industriais no Brasil:

os capitalistas sem capitais, gente de origem modesta, imigrantes europeus sobretudo, com ou sem experiência industrial anterior, aos quais podemos acrescentar os comerciantes das zonas de colonização européia do Sul do Brasil. Comerciantes de exportação e importação e fazendeiros do Brasil das grandes lavouras, que de modo geral só se interessaram seriamente pelo negócio industrial quando ele se tornou seguro. Iniciativas estatais, tipo Volta Redonda, nascidas durante o governo Getúlio Vargas e iniciativas estrangeiras, na grande maioria muito recentes, que vieram tirar proveito da industrialização em andamento (MAMIGONIAN, 1969 p. 60).

Essa interpretação traz um elemento pouco visado e pouco considerado por diferentes estudiosos no desenvolvimento da indústria no fim do século XIX e início do século XX, - o imigrante. É a presença desse elemento que dará origem a uma diversificada economia através da pequena produção mercantil. A mão-de-obra imigrante, que era livre, conhecedora de processos artesanais e manufatureiros, além de consumidora, será o elo necessário à nova atividade econômica até então incipiente.

No trabalho intitulado: O processo de industrialização em São Paulo, Mamigonian apresenta várias informações quanto às primeiras iniciativas industriais dos cafeeicultores. Além de poucas, a maioria passou a outras mãos num curto espaço de tempo. São exemplos: "*Vidraçaria Santa Marina, CIA Antártica Paulista, tecelegem Souza Queiroz, a fábrica de tecidos Votorantim, etc*" (MAMIGONIAN, 1976, p. 87). Os novos proprietários destes empreendimentos eram, sobretudo, imigrantes. A mudança na propriedade das empresas foi tão significativa que se

reclamou do empobrecimento causado pelos imigrantes à aristocracia brasileira ⁴³. Num estudo governamental considerando um total de 714 empresas de São Paulo, constatou-se que 72,9% dos proprietários de empresas não eram de origem luso-brasileira (MAMIGONIAN, 1976).

O autor enfatiza também, o grande número de imigrantes que entram em São Paulo, de 1878 a 1937, são cerca de 2,40 milhões de estrangeiros. Enquanto aumentava a produção de café e a população, aumentava também a divisão do trabalho e a diferenciação social. A ascensão de parte significativa de imigrantes contou com esse processo. Durante o período da Primeira Guerra, as áreas mais antigas de plantio do estado *“apresentavam a extravagante anomalia econômico-financeira de fazendeiros empobrecidos e colonos enriquecidos”* (MAMIGONIAN, 1976, p. 94). Com as exportações de café em baixa, subia a produção e exportação de alimentos, produzidos pelos colonos.

O crescimento industrial vai incentivando o surgimento de indústrias mecânicas que aparecem como pequenas oficinas: *“Bardella 1911, Villares, 1918, Dedine 1920, Romi 1929”*. (MAMIGONIAN, 1976, p. 96). São Paulo vai ganhando o mercado regional e conquistando mercado em outros estados. Apesar de muitos autores evidenciarem os efeitos negativos da dificuldade de importação de maquinário, estabeleceu-se a produção nacional de peças e máquinas que eram copiadas das estrangeiras. Dessa forma, desenvolvia-se o setor mecânico e não se freava a expansão industrial.

Conforme Mamigonian (1976), o processo de industrialização de São Paulo teve até 1955, o predomínio de empresários paulistas, na maioria, imigrantes. Posteriormente deu-se a entrada de empresas estrangeiras que destinam 80% de seus investimentos nesse estado, por contar com infra-estrutura, mercado e indústrias fornecedoras.

Reforçando as interpretações tradicionais a respeito do processo de industrialização do Brasil, demonstrou-se que a maioria das interpretações atribui a acumulação de capital promovida pelo café, como a fonte de investimentos

⁴³ Mamigonian referindo-se á matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, citado por W. Dean.

aplicados no setor industrial. Esse fato foi estimulado pelas crises nas exportações do café e pelas transformações no mercado interno, formado então pelos trabalhadores imigrantes vindos para as lavouras, sobretudo, que constituíam uma classe assalariada. Foi possível assim, com o processo de substituição de importações iniciar a industrialização com os bens de consumo leves e não duráveis.

Apesar de muitos autores basearem seus estudos nessas afirmações, poucos são os dados empíricos e os estudos das relações de trabalho e renda presentes nas lavouras de café e a dinamização das iniciativas industriais. A conclusão de relações “assalariadas”, em moldes capitalistas de produção, como foi apresentado por Dean e Cardoso, parece ter sido precedida de verificação empírica e influenciada pela idéia da grande participação da aristocracia cafeeira nas transformações econômicas ocorridas de 1880 a 1930.

Em um artigo que suscita as controvérsias em torno da industrialização na Primeira República, trazendo a fala de vários autores que se interessaram pela origem e formação das classes envolvidas nesse processo, Saes, relança algumas perguntas sobre a gênese da industrialização, com base em J.S.Martins:

na medida que se coloca em dúvida que o regime de colonato possa ser caracterizado propriamente como trabalho assalariado (e sim como uma forma não capitalista de relações de produção, pois o trabalhador produz diretamente seus meios de subsistência), a própria lógica do desenvolvimento industrial a partir de relações capitalistas estabelecidas na produção cafeeira se torna questionável. (SAES, 1989, p 31-32)

A tese amplamente aceita de que a mão-de-obra das fazendas era assalariada, foi questionada também por autores que analisaram o funcionamento das relações entre o colonato e os fazendeiros. Petrone salienta que apesar das rendas em dinheiro, “ que seria o salário” numa época onde as relações formais de trabalho não eram legalizadas nem mesmo na cidade, o que mais interessava ao colono, eram outras formas de renda:

O contrato de trabalho na fazenda de café paulista consistia no pagamento anual de uma certa quantia por cada mil pés de café cuidados, geralmente com quatro carpas anuais, sendo esse pagamento feito quase sempre parceladamente, depois das carpas. O colono ainda recebia uma quantia estipulada por alqueire (medida) de

café colhido. A primeira retribuição era fixa e não dependia do preço do café, a segunda, as vezes, sofria as interferências do preço do produto.

O que tinha uma importância extraordinária no sistema de trabalho nas fazendas paulistas era, entretanto, a possibilidade de plantar produtos de subsistência entre os cafeeiros e a obtenção de um pedaço de terra com essa finalidade, além de um pasto para alguns animais. Pelos relatos da época, se percebe a importância que o imigrante dava a possibilidade de poder ter culturas de subsistência e vender excedentes da produção. Era uma forma de conceder ao imigrante mais incentivos econômicos sem, no entanto, terem que desembolsar somas maiores. Para o imigrante, mais rendimentos eram de suma importância já que, em geral, sonhava em se instalar um dia em terra própria.

Uma das características do sistema de trabalho de São Paulo foi sempre a grande mobilidade do imigrante, muitas vezes causada por condições mais favoráveis para fazer as culturas de subsistência em outra fazenda (PETRONE, 1985, p 109-110).⁴⁴

As informações expostas acima, ressaltam a dinâmica das relações de trabalho dos imigrantes nas lavouras, enaltecendo a importância das rendas obtidas com os cultivos entre os cafeeiros, por exemplo. Daí consolida-se a hipótese de que o aumento da produção de alimentos e do crescimento do mercado interno foi gerado por essa produção muito mais realizada pelos trabalhadores imigrante que por iniciativa dos fazendeiros. Ao mesmo tempo, demonstra-se que a referência ao “trabalho assalariado” nas lavouras baseia-se no que ocorreu em menor significância.

Em *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, encontra-se uma afirmação de Monbeig, que em muito se assemelha às considerações de Petrone, que foram destacadas acima:

Não provém exclusivamente dos salários a atração das zonas novas sobre os colonos, mas também e talvez ainda mais, das condições gerais dos contratos e particularmente das possibilidades de praticar culturas intercalares. O contrato de serviço se fixa a soma que o imigrante, tomado como colono, deve receber para cuidar de 1.000 pés de café, bem como o salário que lhe será pago por jornada suplementar de trabalho e cujo o número em geral consta no documento oficial. Além disso, indica o contrato que o colono está autorizado a fazer culturas intercalares de víveres, ou que certa superfície de terra, afastada do cafezal, é-lhe reservada, para que dela disponha livremente. Mais frequentemente, é o primeiro tipo de contrato nas plantações recentes, pois enquanto os arbustos não

⁴⁴ Grifo meu.

atingem pleno desenvolvimento, o tratamento das culturas intercalares não ameaça estragar os ramos, e o solo, ainda fresco, pode suportar essa espécie de policultura (MONBEIG, 1984, p. 157-158).

No trabalho, *Imigrantes para o café*, de Holloway, o autor traz importantes considerações sobre as rendas obtidas pelos colonos com o café. Inicialmente explica as formas de receita em dinheiro, mas, alerta para a importância das receitas não monetárias. Para enfatizar as informações do autor, transcreve-se abaixo, trechos importantes sobre as rendas monetárias e não monetárias da cafeeicultura em São Paulo:

Os salários em dinheiro vinham de três fontes diversas. Primeiro havia o pagamento estabelecido por contrato pelo cuidado dos pés de café durante o ciclo anual de produção.

A segunda fonte importante de receita monetária vinha da colheita do café. Aqui cada família contratava seu trabalho como uma unidade, recebendo uma soma fixa por cada alqueire de cinquenta litros apanhados (...) a receita vinda da colheita flutuava muito de ano para ano.

A terceira fonte de receita não monetária, muito menos importante que as outras duas, vinha de trabalhos ocasionais, inclusive nas instalações de beneficiamento do café (...) mais amiúde por brasileiros do que imigrantes europeus. (HOLLOWAY, 1984, p. 115-116).

Esses três tipos de receita compunham os salários em dinheiro recebidos pelo colono. Qualquer análise do padrão de vida dos trabalhadores do café, ou de sua capacidade para acumular economias, fica incompleta se ao se considerar as fontes de receita não monetária, que eram parte integral do sistema (HOLLOWAY, 1984, p. 117-119)⁴⁵.

Um importante tipo de renda era a moradia (...) junto a permissão de plantar alimentos, vinha a concessão de pastagens para um número limitado de cabeças de gado. Em muitos casos, os cereais e animais excedentes que o colono vendia proporcionavam uma importante fonte adicional de dinheiro (HOLLOWAY, 1984, p. 119-122).

Até aqui, as citações acima, reforçam as informações apresentadas por Petrone, salientando a importância das rendas não monetárias e a possibilidade de comercialização do excedente. Mas encontra-se em Holloway (1984), uma referência bem intrigante a respeito dos fazendeiros, afirmando que estes não deixavam de exigir metade da produção que excedia o consumo dos próprios trabalhadores, apesar de não haver qualquer direito contratual sobre esses produtos.

⁴⁵ Grifo meu.

São apresentados ainda, outros dados sobre a porcentagem do custo de vida dos colonos que eram cobertas pelas rendas não monetárias: *“cerca de 70 por cento da receita de uma família eram recebidos sob a forma de moradia, terra para plantio de alimentos e privilégios de pastagem”* (Holloway, 1984, p. 126). Então vejamos: para chegar a 100% na estimativa da receita geral, calcule-se que 70% advinham das rendas não monetárias e 30% das rendas monetárias pagas pelo fazendeiro pelo cultivo do café. Acontece que havia ainda a venda dos alimentos ou animais que o colono comercializa, constituindo-se em excedente. Quando esse excedente era acumulado o colono poderia aplicá-lo na compra de um pequeno pedaço de terra, na produção de manufaturas, etc.

A transformação de trabalhadores em pequenos proprietários foi bastante significativa no Sudeste do país. Na região de Piracicaba, os colonos imigrantes passam a comprar pequenas propriedades formadas pela subdivisão das fazendas de café em 1920, passando de 603 em 1905 para 2.640 em 1920 (MAMIGONIAN, 1976, p. 95). Os dados trazidos por Petrone (1985, p. 120), reforçam a ocorrência desse evento: “em 1904-1905, cerca de 37,8% das propriedades tinham até 10 alqueires e 30,6% até 25 alqueires. Em 1930-1931 temos 52% e 23% respectivamente”. Além dos números, a autora apresenta os fatores que contribuem para esse processo:

O ciclo curto do sistema, devido ao rápido esgotamento do solo e as crises econômicas provocam o gradual abandono das fazendas de café em áreas mais antigas. A rápida urbanização do Estado, possibilitando o aparecimento de um mercado consumidor apreciável, criou a necessidade de culturas de produtos de subsistência que em geral não podiam ser realizadas na grande propriedade. Os arredores das cidades sofreram assim retalhamento, o café dando lugar às culturas de subsistência mantidas por imigrantes. Além disso, a venda de terras torna-se um bom negócio (PETRONE, 1985, p. 118).

Volta-se a evidenciar a complexidade das transformações ocorridas na economia cafeeira. A possibilidade de produzir, e, comercializar alimentos foi tornando-se crescente e capaz de produzir uma diferenciação social que conduziu muitos colonos a pequenos proprietários, comerciantes, artesãos, sem passar por relações integralmente capitalistas. Com os limites de expansão, crises e diminuição das chances de ascensão, aumentava a mão-de-obra expropriada. Essa seria usada

nas novas pequenas propriedades, nas pequenas fabriquetas, e logo, nas indústrias dos centros urbanos.

Ainda com base no trabalho *Imigração*, constata-se a importância da imigração nas transformações ocorridas no campo e na cidade. A maioria das pequenas propriedades estava nas mãos de imigrantes, sobretudo italianos e portugueses. Além da contribuição no trabalho agrícola, os imigrantes

(...) também se radicaram nas cidades, contribuindo de maneira decisiva não só para a urbanização do Estado, mas também para o processo de industrialização que se inicia praticamente a partir do momento em que para cá se dirigem as primeiras grandes levas de imigrantes. Como artesãos, operários, empresários, participaram da industrialização de São Paulo. Já em 1920 se registram 64,2 % dos estabelecimentos industriais existentes no Estado como sendo de imigrantes, e cerca de dois terços dos habitantes da cidade de São Paulo são formados por estrangeiros e seus descendentes (PETRONE, 1985, p. 120).

Outra questão que também foi apressadamente “respondida” em muitos estudos, lembrada por Saes, diz respeito à menção da importância do capital comercial de origem imigrante no processo de industrialização, muito difundido na tese do “imigrante burguês” de Dean. Vejamos:

o tema em questão coloca problemas interpretativos importantes sobre a gênese da indústria e da burguesia industrial. Se a matriz da indústria é o comércio de importação (e a da burguesia industrial são os grandes comerciantes de importação), a questão oferece poucas dificuldades; se a indústria emerge de dentro da sociedade escravista, torna-se mais difícil entender como aparece o capitalista industrial e como se constitui a consciência burguesa⁴⁶. (SAES, 1989, p. 31)

A primeira hipótese confunde a presença de imigrantes bem sucedidos no ramo comercial, como o único quadro de presença imigrante no desenvolvimento industrial. Vários imigrantes tiveram início modesto no ramo comercial, vindo com passar do tempo a investir na industrialização quando ela já vinha aflorando em São Paulo. A vinda de imigrantes abastados é minoria no quadro de iniciativas e investimentos na industrialização brasileira. E alguns comerciantes de casas de importação/ exportação também passam a investir na indústria quando ela se torna interessante.

⁴⁶ Questão encontrada em Martins, 1979, p. 107-14. Grifo meu.

Já na indagação seguinte, abre-se caminho para questionar a idéia de uma classe aristocrata agroexportadora transformando-se rapidamente no que seria a burguesia industrial. A distância dessas realidades é muito grande. Novamente, o teor analítico da categoria de formação sócio-espacial percebendo a diferenciação das formações sociais e assim das transformações do espaço, traz a visualização mais próxima do desenvolvimento de uma classe industrial através da diferenciação social que dinamizou o mercado interno fortalecendo o processo de substituição de importações.

Afirmando a forte presença dos imigrantes no desenvolvimento industrial estão as considerações de Versiani & Suzigan, sobre a origem e a formação dos empresários industriais, nas décadas de 1920 e 1930:

Os empresários dessas iniciativas eram, em muitos casos, imigrantes de primeira ou de segunda geração, com mais experiência prática do que formação técnica. Há indicações de que o reinvestimento de lucros tenha sido um fator importante na acumulação de seu capital, o que ratifica alguns dados disponíveis sobre períodos anteriores. A capacidade de reaplicar lucros gerados em fases favoráveis parece ter sido a característica marcante das firmas que tiveram uma evolução bem-sucedida (VERSIANI & SUZIGAN, 1990, p. 22).

Numa análise mais detalhada, com base na formação sócio-espacial do país, percebe-se a existência de uma formação marcada pela dualidade: a diferenciação das áreas de latifúndio nos campos e a pequena produção mercantil, nas faixas de mata, em geral. Ainda hoje, são nestas últimas áreas que se verificam as maiores concentrações industriais no país.

A falta de conhecimento dessa realidade, apesar de registrada no espaço, talvez seja a raiz da falta de percepção de muitos autores que não vêem o ponto em comum entre o desenvolvimento industrial de São Paulo e o Sul do Brasil – a imigração, com o desenvolvimento da pequena produção mercantil, na gênese do processo de industrialização.

Apesar da semelhança no conjunto do processo de diferenciação social, Mamigonian lembra que, em São Paulo, a pequena produção mercantil está dentro do latifúndio enquanto na região Sul, ela está ao lado dele. PETRONE (1985, p 117) também observa que nesse estado a *“pequena propriedade surge com objetivos*

complemente diferentes do que no Sul do país e se integra numa realidade diferente, ou seja, no sistema latifundiário, monocultor de exportação". Dessa forma, a possibilidade de ascensão econômica e social, contou com maior liberdade no sul do país.

Não há romantização, nem idealização da pequena produção mercantil desenvolvida pelos imigrantes. Ela é um meio capaz de produzir diferenciação social, com forte capacidade de transpor-se em modo capitalista de produção. O estudo dos estados da Região Sul (e de parte da região Sudeste) mostra que houve forte transformação das áreas com presença de pequena produção mercantil, em áreas dinamizadoras de relações capitalistas de produção.

4.3 A FORMAÇÃO SOCIAL E O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NA REGIÃO SUL.

a) Semelhanças e diferenciações entre os estados da Região Sul

O tipo de interpretação dos autores de LD's de Geografia sobre as indústrias na região Sul traz em sua base os preceitos das relações de Centro-Periferia, assinalando ter havido uma simples transposição de investimentos e mesmo de indústrias do Sudeste para outros estados próximos. O que se verifica de fato na região, é a consolidação de muitas empresas na economia nacional e mundial. Vários são os ramos industriais que já contam com décadas de atuação no mercado e ainda permanecem com capital local. Essas indústrias vêm atuando fortemente apesar das flutuações do mercado interno e externo, que se impõe a qualquer atividade econômica, em qualquer região.

O que se extrai das obras didáticas acima citadas, é a explicação do desenvolvimento da região Sul em apenas duas fases: a primeira, caracterizada pelo processo de colonização realizado pelos imigrantes europeus vindos na metade do século XIX, desenvolvendo a agricultura; e a segunda, manifestada pelas transformações na região em área industrializada após a década de 1970.

Evidencia-se a fragmentação das interpretações sobre o desenvolvimento da região Sul nos conteúdos didáticos analisados, já pelo comprometimento da interpretação que se tem do desenvolvimento econômico do Brasil, em especial do centro dinâmico do país. Não percebendo a nova dinâmica produtiva e comercial construída pelos imigrantes vindos nas últimas décadas do século XIX, e o direcionamento econômico do país para o mercado interno, promovido pela Revolução de 1930, imprimem-se os méritos da industrialização do Brasil à aristocracia cafeeira que perdera o poder político e que muito sofreu com as crises econômicas ocorridas no país por volta de 1929.⁴⁷

A grande mudança política impetrada pela revolução de 1930 é nas análises de Rangel, o resultado da formação da 3ª. Dualidade combinada ao 3º Kondratiev, onde a classe dos latifundiários voltados para o mercado interno assume o poder em aliança à pequena burguesia industrial, dirigindo o país para a industrialização (Rangel, 1985, p. 26). Diferentemente dos rumos ditados pelo latifúndio agro-exportador da 2ª Dualidade, onde a regra e a prática era a exportação de café – importação de produtos manufaturados. Com a aliança formada na 3ª Dualidade e o grande número de imigrantes produtores e trabalhadores, constitui-se o quadro político, econômico e social que projeta efetivamente a industrialização brasileira.

Existem no Sul do Brasil vários traços distintos entre áreas de origem latifundiária e áreas de origem na pequena propriedade, que remontam à ocupação das terras e que deixam heranças na paisagem e nas relações historicamente desenvolvidas, desenhando importantes explicações a respeito do processo de industrialização na região.

É necessário aprofundar as análises geográficas sobre o processo de gestação das formações sociais sem esquecer suas relações com o quadro natural. Na década de 1950, o Geógrafo L. Waibel observa as nuances sócio-culturais ajustadas às diferenças do quadro natural, encontradas na região Sul. O autor traz

⁴⁷ No trabalho Notas sobre o processo da industrialização no Brasil, Mamigonian (1969), aponta que a contribuição da economia cafeeira à industrialização, verifica-se na presença da infra-estrutura dos transportes, instalação da rede elétrica em São Paulo e na ampliação do mercado interno na medida em que havia crescimento dessa economia.

uma interessante definição para os grupos ligados ao latifúndio pastoril e os grupos de pequena propriedade ⁴⁸

Nas áreas que eram outrora florestais, encontramos hoje em dia uma população de pequenos agricultores brancos, que juntamente com suas esposas e filhos têm lavrado a terra e estabelecido lares de tipo europeu. Nos campos vizinhos vive o fazendeiro, de origem luso-brasileiro que cria bovinos e cavalos em grandes propriedades e tem como empregados negros e mulatos, descendentes de antigos escravos. Com freqüência, conservam um modo de vida de tipo feudal e aristocrático (...) (WAIBEL, 1979, p. 230-231).

O grande fluxo imigratório do século XIX, para várias áreas do Sul do Brasil, criou condições para o desenvolvimento da pequena produção mercantil. A presença de agricultores artesãos, comerciantes, tecelões, ferreiros, enfim, gente com conhecimento e preparo em diferentes funções, abriu um processo de divisão do trabalho que foi dando margem as iniciativas manufatureiras e, posteriormente, estabelecimentos industriais.

O processo de expropriação e assim, de contato com o capitalismo em seus países de origem, foi o diferencial na organização produtiva desses imigrantes e no desenvolvimento econômico dessas áreas. Vale lembrar que os açorianos e madeirenses que se instalam no litoral dos estados da Região Sul, em meados do século XVIII, tem uma produção de alimentos muito significativa, exportando-os inclusive, para o Rio de Janeiro. Entretanto, não desenvolvem a forte divisão do trabalho vista nas áreas de colonização do século XIX. Esse tipo de colonização

tratou-se do estabelecimento de milhares de pequenos agricultores independentes, artesãos, operários, pequenos comerciantes, que já praticavam uma significativa divisão social do trabalho (p. ex. os agricultores compravam tecidos, instrumentos de trabalho, etc.), a partir da origem européia, já em processo de industrialização. Aliás, muitos artesãos e operários migraram depois de expulsos da Alemanha, Itália, Polônia da segunda metade do século XIX em consequência das crises de crescimento do capitalismo industrial naqueles países (...) (MAMIGONIAN, 1986, p. 4).

A bibliografia acadêmica sobre a contribuição dos imigrantes ao desenvolvimento econômico da Região Sul é extensa, todavia, em geral se

⁴⁸ O autor realiza seus trabalhos de campo na região Sul por volta de 1950 e publica seu estudo em 1958. A citação acima é observada também no trabalho de Silva, M. A. *O processo de Industrialização no Sul do Brasil*. 2006

concentra nas iniciativas isoladas e desvinculadas ao tipo de organização empreendida através da colonização europeia no século XIX. Várias foram as matizes da discussão sobre a diferenciação econômica das áreas de imigração.

Mamigonian (1986) traz um esboço das idéias mais correntes entre os autores. Destaca que muitos focaram suas análises na crítica ao mito do *Self-made-men*, outros esvaíram para o exagero das análises empreendedoras com base em Schumpeter, descuidando-se que de elas não são fruto de uma sociedade que não tenha dado estímulos para tal fim, outros passaram a identificar apenas na atuação do Estado as ações necessárias para a modernização das relações econômicas na sociedade e outros ainda ressaltaram o caráter predatório dos imigrantes que ascenderam via exploração comercial dos demais, como se o elemento ligado ao comércio não fosse parte dessa sociedade (nas áreas onde houve pequena produção mercantil). Além disso, parecem vislumbrar apenas essa relação como a propulsora de ascensão econômica nesses locais.

Com base nas análises de Dobb, sobre a importância da atividade comercial, ressalta-se que

A diferença estava no grau de controle que o mercador-comprador exercia sobre o produtor e na medida em que tal controle influenciava o número de produtores, seus métodos de produção e sua localização. Quando esse controle atingiu certo ponto, começou a modificar o caráter da própria produção: o mercador-fabricante não mais se beneficiava simplesmente como o modo de produção existente e aumentava a pressão econômica sobre os produtores, mas, mudando o modo de produção, aumentava a produtividade (DOOB, 1983, p. 93).

Além disso, o autor destaca que esse agente mercador era parte dessa sociedade, e que essa pressão possibilitou uma mudança qualitativa no aumento da produção e em suas relações.

É nesse ponto que surge a mudança qualitativa real. Embora o interesse crescente que certas parcelas do capital mercantil demonstravam em controlar a produção – em desenvolver o que podemos chamar de um sistema deliberadamente planejado de “exploração pelo comércio” - preparasse o caminho para esse desfecho, e possa, em alguns casos, tê-lo alcançado, tal estágio final parece, geralmente, como Marx indicou, ter-se ligado ao surgimento, entre as fileiras dos próprios produtores, de um elemento capitalista, meio fabricante, meio mercador, que começou a subordinar e

organizar aquelas próprias fileiras das quais saíra recentemente (DOOB, 1983, p. 93).⁴⁹

A importância do desenvolvimento de relações capitalistas de produção, que foram nascidas a partir da pequena produção mercantil nas áreas de colonização européia do Sul do Brasil, teve com maior ou menor intensidade a presença do capital comercial que estimulou a produtividade (além de possibilitar a detenção de lucratividade de alguns, pois é de capitalismo que se fala) do local, diferentemente daquele capital mercantil das áreas de latifúndio, com maiores vínculos comerciais externos. Mas em muitos casos, a importância do desenvolvimento das pequenas iniciativas industriais desenvolvidas por artesãos, agricultores e operários, foi responsável pelo ritmo de crescimento econômico das áreas colonizadas por imigrantes.

Apesar dos estágios diferentes de desenvolvimento de pequenas propriedades em relação à Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, o Estado paranaense tem nas concentrações desse tipo de propriedade um número bem significativo de indústrias bem dinamizadas e com capital local.

Em áreas onde o latifúndio pastoril tornou-se social e economicamente hegemônico, verifica-se no tempo e no espaço uma estrutura não difusora de processos industriais de caráter mais endógeno. Porém, com a modernização e aceleração da economia brasileira essas áreas mostram-se mais receptoras de investimentos externos, ao mesmo tempo em que também são os locais de investimentos oriundos de cidades vizinhas. Essa característica vale para várias áreas do país, especialmente as que compreendem o Brasil Meridional

Por volta de 1960/1970, já eram encontradas indústrias nas faixas correspondentes às áreas de atividade pastoril da região, sendo em boa parte, aí sim, muito vinculadas aos investimentos externos de capitais, na maioria, ainda nacionais. Como exemplo bastante elucidativo está a região de Lages (Santa Catarina) com as fábricas de papel e celulose, como a Battes e a Celucate, pertencentes atualmente a Klabin. Evidenciando esse processo, encontra-se em Mamigoniam a seguinte caracterização:

⁴⁹ Grifo meu.

Temos nessa área territorial um quadro de grandes e médias fábricas instaladas no centro de gigantescos reflorestamentos próprios (20 a 40 mil hectares) e de terceiros, com pouca indução no processo industrial regional, pois são estabelecimentos de grande dimensão de capital e de vinculações à grande distância. Não aparece uma região industrial, nem centros industriais, mas indústrias isoladas e auto-suficientes, constituindo uma estrutura super imposta à economia anterior pastoril latifundiária, com seus pequenos proprietários e trabalhadores expropriados e, portanto, com fortes excedentes de mão-de-obra. (MAMIGONIAN, 1986, p. 23)

Também em comum a região de Lages, Pelotas no Rio Grande do Sul, possui em sua formação histórica um desenvolvimento ligado ao latifúndio pastoril. Apesar de essas cidades (de áreas latifundiárias) possuírem um grau de diversificação econômica menos dinâmico, sua importância em termos regionais é muito significativa. SILVA (2006, p 12) destaca que:

a economia pastoril irá criar e/ou dinamizar cidades que se tornariam grandes centros comerciais do Rio Grande do Sul (...)
O mesmo se fará nas áreas que seguem o famoso caminho de Viamão - tornadas inapelavelmente ligadas às formas de pecuária extensiva vigentes no extremo Sul. Assim é que tanto em Santa Catarina como no Paraná, serão criadas ou dinamizadas povoações já existentes (Lages, Lapa, Curitiba, Ponta Grossa, Castro) (...)

Mas, diferentemente das cidades onde predominaram as pequenas propriedades e houve um processo de prosperidade mais amplo, a riqueza gerada pelas atividades comerciais e as poucas iniciativas industriais estão ligadas ao capital comercial de grande porte.

O processo de ocupação dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul têm maiores semelhanças nas questões ligadas à formação das áreas pastoris e às áreas de pequenas propriedades. Embora seja possível encontrar análises explicativas, mais gerais, sobre a formação sócio-espacial das áreas de latifúndio pastoril e de pequenas propriedades, não é possível falar de um processo idêntico de desenvolvimento sócio-espacial para os estados da região Sul. Mas, em real incoerência e equívoco está o tratamento de todo o Sul do Brasil, como mera extensão do desenvolvimento econômico de São Paulo.

b) O estado do Paraná

O Paraná é elevado à categoria de Província somente em 1853, tendo seu processo de ocupação realizado por pequena quantidade de imigrantes europeus por volta de 1880, com certo êxito de colônias agrícolas que abasteciam Curitiba. Todavia é preciso ressaltar que o Paraná não participa do primeiro surto de industrialização brasileira registrando já nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por volta de 1870/ 1880. (SILVA, 2006, p. 21)

Waibel, já assinalava que até o fim de 1920 desenvolveram-se colônias pequenas no primeiro e no segundo planalto, mas que *“não havia uma acumulação de riqueza comparável a certas colônias alemãs e italianas nos outros dois estados”*. A grande mudança no desenvolvimento das colônias de imigrantes europeus, japoneses e luso-brasileiros no Paraná, deu-se no terceiro planalto, que contando com terras férteis foi palco da expansão cafeeira e do plantio de algodão administrada pela Cia. de Terras Norte do Paraná (WAIBEL, 1958, p 222).

Na região do entorno de Curitiba ocorre um diferencial: o entorno de Curitiba compreendeu áreas de campos (latifúndio pastoril) e de mata (pequena propriedade), tornando as formações ali existentes bem distintas em suas atividades, apesar de próximas espacialmente. Assim, encontram-se iniciativas industriais de propriedade de descendentes de imigrantes que se instalaram na região, além das iniciativas de empresas de capital externo, inclusive internacional, que por sua vez perfazem o maior número de estabelecimentos.

Na década de 1940, outra frente pioneira também começa a surgir em direção ao Oeste e Norte do Paraná. São descendentes de imigrantes europeus de segunda geração, em geral, que vêm do Rio Grande do Sul e do Oeste de Santa Catarina.

No Norte do Paraná, registra-se a presença de diferentes ramos industriais com capital e mão-de-obra locais, sendo que muitas iniciativas partem de descendentes de imigrantes, pequenos industriais e comerciantes. Também no Sudoeste paranaense, têm crescido, mais recentemente os negócios ligados à agroindústria, destacando-se o sistema de integração, com grandes empresas nacionais (instalações da Sadia) e empreendimentos locais.

Na origem desse fenômeno certamente esteve o desenvolvimento da pequena produção mercantil. Ribeiro (1987) apresenta um estudo sobre o município de Toledo, situado na região Sudoeste do Paraná, no período de ocupação dessa área por descendentes de imigrantes europeus (italianos e alemães) saídos do Rio Grande do Sul e do Oeste de Santa Catarina. O autor registra importantes aspectos dessa nova colonização:

A superioridade econômica e social da unidade de produção familiar, podendo ser definida como a ideologia da ocupação da área, (...) fez com que o colono-proprietário fosse convertido no personagem-síntese do período da ocupação da região.

Outro aspecto básico para a compreensão do quadro inicial da produção familiar em Toledo é que os colonos transplantaram para seu novo habitat a estrutura da produção de sua região de origem, ou seja, a policultura alimentar, a suinocultura e a produção doméstica de animais (com elevado autoconsumo intermediário), não havendo assim nos primeiros anos uma mudança radical nos hábitos produtivos (RIBEIRO, 1987, p. 143).

Ribeiro destaca que com a entrada do plantio da soja e do trigo, na década de 1960, houve importante desconcentração da propriedade da terra. Segundo ele: *A “sociedade dos colonos” implantou-se na região apoiada no trabalho de famílias de proprietários e produtores, os colonos e os agregados.* (Ribeiro, 1985, p. 143).

Além da dinamização das relações de trabalho e de produção dessa área, a também de se destacar o papel importante da companhia de colonização Maripá, como intermediária no processo de comercialização. Aqui, cabe retomar a discussão sobre o capital de pequeno porte, oriundo das áreas de pequena produção mercantil, e o capital de grande porte, oriundo, comumente, das áreas de latifúndio. Ribeiro destaca com bastante clareza que:

A relação com o capital mercantil predatório e não comprometido com o progresso econômico e o desenvolvimento das forças produtivas tem sido apontada em inúmeros trabalhos de caso como um dos fatores de estagnação e pauperização da produção familiar, submetida, pela via do comércio a uma “expropriação permanente”. A pesquisa realizada sugeriu que este *não* é o caso de Toledo (...) A especificidade – desse capital mercantil – contudo, foi justamente o seu caráter complexo e inovador (...) a supremacia da Maripá – interrompida apenas alguns anos antes que a cooperativa assumisse a posição de maior importância na intermediação comercial – serviu como uma espécie de “barreira à entrada” de interesses comerciais, de médio porte e escopo reduzido, ligados a interesses usureiros e

que, quase sempre, desembocam na grande propriedade (RIBEIRO, 1987, p. 145-146).

Com a chegada da década de 1970, marcando a modernização da agricultura com o plantio da soja e do trigo, Ribeiro, observa que a relativa estabilidade dos colonos é de certa forma rompida. Entretanto, não se deve concluir precipitadamente que houve ruína das famílias ligadas à agricultura. Com apoio das primeiras cooperativas, crédito oficial e privado, além, de assistência técnica foi possível à boa parte dos colonos assimilarem e desenvolverem essa nova forma de produção, vindo a substituir a policultura alimentar pela agricultura moderna (RIBEIRO, 1987, p. 145-146).

A comparação antagônica que o autor faz entre a *“disposição própria para alguma forma de modernização por parte de um determinado número de colonos, (...) que entra em contraste com a “rigidez tecnológica” observada em diversas regiões da agricultura brasileira”* (RIBEIRO, 1987, p. 146) parece vir bem ao encontro da comparação apontada por Mamigonian, quando difere as áreas de pequena produção mercantil e as áreas típicas de latifúndio na Região Sul do Brasil.

Dentre os três estados da região, o que recebeu maior número de empresas e investimentos nacionais (Sudeste) e estrangeiros na década de 1970, foi o Paraná, principalmente na região de Curitiba e Guarapuava. A consolidação de um parque industrial no entorno de Curitiba e a abertura comercial da economia do país na década de 1990, consolidaram um novo período de instalações de empresas multinacionais, principalmente as automotivas.

Segundo Carvalho 2007, na década de 1990, o estado do Paraná decidiu abrir a concessão para instalação de empresas que ainda não possuíssem plantas industriais e fornecedoras de autopeças instaladas no Brasil. Assim, em 1996, a Renault instala sua planta em São José dos Pinhais na Região Metropolitana de Curitiba

devido a localização estratégica do estado para negociações com o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e principais mercados fornecedores e centros econômicos do país, (...) qualidade da mão de obra, condições de infra-estrutura existentes (...) existência de um parque de fornecedores locais ainda em conformação e uma estrutura

produtiva moderna e em expansão (CARVALHO et. al, 2007 vol II, p. 48).

Através do Programa de Apoio ao Setor Produtivo – Paraná mais Empregos, os prazos de isenção de impostos, os investimentos em infra-estrutura e apoio aos projetos de desenvolvimento econômico no estado, são firmados protocolos de intenções com várias empresas do setor, entre elas: Volkswagen/ Audi; Volvo e Renault/Nissan (Carvalho et. al 2007 vol I, p. 48). Atualmente a RMC – Região Metropolitana de Curitiba é o segundo maior pólo automotivo do Brasil.

c) O estado de Santa Catarina

Em Santa Catarina, a diferenciação em áreas de maior atraso e maior dinamismo econômico e social, numa relação entre o novo e o velho, são bem flagrantes. As regiões de maior concentração industrial desse estado são: o Vale do Itajaí e Nordeste Catarinense; grande parte do Sul de Santa Catarina e Oeste Catarinense, este último ocupado no início do século XX. Nessas regiões destacam-se, respectivamente, as cidades de Blumenau, Joinville, Criciúma, Chapecó e Concórdia. Restando a grande faixa do Planalto Catarinense, onde se estabeleceu inicialmente o latifúndio pastoril, por volta de 1750, destacando-se a cidade de Lages.

Nas cidades de Blumenau e Joinville prevaleceu à colonização de imigrantes alemães iniciadas em 1950 e 1949, respectivamente. A cidade de Criciúma fundada em 1980 recebeu maior número de italianos, seguido de poloneses e alemães. Chapecó foi fundada em 1917 e Concórdia em 1934. Ambas as cidades receberam descendentes de imigrantes vindos do Rio Grande do Sul, alemães, italianos, eslavos, etc.

As primeiras indústrias registradas no estado são as têxteis, inicialmente em Blumenau e Brusque, no Vale do Itajaí. São fundadas a Hering S/A (1980), a Karsten (1882), a Renaux (1892), a Buttiner (1898). Essas empresas contaram em sua origem com capitais modestos, vindos da associação familiar em geral, de comerciantes e artesãos. A mão-de-obra que no início era familiar passa a ser

formada por imigrantes das colônias, inicialmente jovens e crianças e posteriormente, à medida que as receitas com a agricultura diminuem, com os homens. O regime de divisão do trabalho e diferenciação social vai abrindo caminho para as relações assalariadas nas indústrias.

Essas empresas ainda são fortemente atuantes no setor. Um dado bem interessante é que algumas indústrias têxteis como a Hering, a Sufabril, a Teka e a Artex, instalam unidades fabris em outros estados: São Paulo, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Atualmente existem cerca de 1197, estabelecimentos de produção têxtil e 4225 estabelecimentos de confecção, na região do Vale do Itajaí (CARVALHO, et. al. 2007 p. 170-175).

Na região de Joinville, em vez da produção de alimentos, tivera destaque inicial à comercialização da erva mate, que desenvolveu indiretamente as atividades voltadas à mecânica. As iniciativas industriais no ramo metal-mecânico não partiram dos comerciantes de erva-mate, mas das oficinas que foram desenvolvendo-se em torno do funcionamento dessa atividade. A produção das carroças e ferramentas foi o início do setor metal-mecânico (ROCHA, 1997).

Algumas empresas fundadas ainda na década de 1930, são atuantes no mercado. Fundadas em Joinville estão: a Tupi em 1938; a Embraco em 1971; no ramo de tubulações a Tigre em 1946; a Cônsul em 1950; a Metalurgia Schulz em 1963, entre outras (CARVALHO, 2007, v. II, p. 8).

Na cidade de Jaraguá do Sul, que também desenvolveu o setor metal-mecânico principalmente com equipamentos e motores elétricos, são fundadas a Farmac, em 1924; a Kohlback, em 1959, tendo origem numa oficina de consertos gerais e a Weg em 1961, fundada por três sócios, sendo que dois deles ex-operários de uma indústria do setor (SILVA, 2006, p. 33-37).

São Bento do Sul, colonizada principalmente por imigrantes alemães vindos de Joinville, destaca-se desde 1920 e 1950, pelas pequenas indústrias moveleiras. Em 1923 é fundada a Zipperer. Seu fundador trabalhava desde os 11 anos de idade na produção de móveis, em outras fábricas. Com as economias cria sua própria empresa, que em 1976, já exporta seus produtos ao exterior. A Móveis Rudnick

surge em 1938, com o maquinário movido ainda por tração animal. Em 1972, a empresa que tinha 07 funcionários passa a contar com 337 empregados. Atualmente são mais de 1000 funcionários (CARVALHO, et. al. 2007 p. 146-160). No ano de 1945, surge a Artefama, produzindo pequenos artefatos de madeira inicialmente. Passa a ter maior expansão na década de 1951. a maior parte de sua produção é destinada aos Estados Unidos. Todas essas empresas são altamente competitivas no mercado nacional e internacional. Cerca de 35% das exportações de móveis do país, saem de São Bento do Sul (CARVALHO, et. al. 2007 p. 146-160).

No Sul de Santa Catarina ⁵⁰, o crescimento do setor carbonífero, que evoluiu as cidades de Criciúma, Urussanga, Siderópolis, Lauro Miller, Treviso e Capivari de Baixo, destacou a presença estatal na compra do carvão mineral pelas estatais CSN e Jorge Lacerda. Não foram aprofundados os estudos sobre a origem dos fundadores das empresas mineradoras. Mesmo contando com a organização dos imigrantes em pequenas propriedades rurais, com presença de artesãos e comerciantes, a produção de alimentos ou outros produtos manufaturados não foram muito dinamizados na área. Com exceção para a comercialização das carnes conservadas em banha, exportadas ao Rio de Janeiro, em fins do século XIX. (Lottin, 2005).

A descoberta do carvão mineral na região ocorre por volta de 1830, entretanto, as primeiras mineradoras são fundadas na década de 1920. A região conta com importante período de produção do carvão, de 1930 a 1980, mas também vai assistindo a um interessante processo de diversificação econômica. A disponibilidade da argila, abundante naquela área, estimula o surgimento de indústrias cerâmicas. Dentre elas a Caeté em 1948, a Ceusa em 1953, a Eliane em 1959 e a Cecrisa em 1971, para citar algumas (SILVA, 2002, p. 162-163). Com o

⁵⁰ Com a grande crise do carvão em 1990, o índice de desemprego na região é alarmante. Começa um movimento intenso de abertura de facções de confecção, a maioria nas casas das costureiras. Além de empresas locais a crise no setor têxtil no Vale do Itajaí leva algumas fábricas a encomendarem as costuras na região Sul. Essa foi uma saída importante para o sustento de muitas famílias que tinham no trabalho do mineiro, chefe da família, a garantia de sua sobrevivência. Um aspecto cultural que contribuirá para esse processo é o conhecimento e a prática da costura pelas mulheres. O hábito comum na região, é que na divisão de herança, os filhos homens fiquem com as terras e as mulheres, que passam à tutela dos maridos, ganhem uma máquina de costura. Atualmente o setor Cerâmico, o setor de plásticos descartáveis e o setor de confecção, são os mais importantes na região.

crescimento da economia nacional, o setor da construção civil estimula o aumento da produção desse setor.

Um fato interessante, é que em dois casos, as empresas foram fundadas por proprietários que tiveram envolvimento com a mineração e que no início de suas atividades tinham capitais modestos. Um deles, Maximiliano Gaidzinski fundador da Cerâmica Eliane e seu irmão Júlio Gaidzinski, vindos de uma família de agricultores tiveram ações na carbonífera Próspera, enquanto ainda não era subsidiária da CSN⁵¹. O outro caso, Diomício Freitas (Cerâmica Cecrisa), era telegrafista da estrada de ferro, em sociedade com o irmão passa a ser empreiteiro na extração do carvão em sociedade com Santos Guglielmi, funda a Carbonífera Caeté em 1948. (SILVA, 2002, p. 67-68).

Com o auxílio das considerações de Dobb, sobre a origem da mineração de carvão na Inglaterra entre as comunidades de pequenos produtores, se levanta a hipótese de que também no Sul de Santa Catarina as atividades e relações de trabalho promoveram a ascensão de pequenos produtores⁵². Segundo o autor

(...) sempre deve ter havido algumas tendências à desigualdade interna nessas coletividades mineiras. Os que chegaram primeiro, os afortunados que marcavam boas faixas para si próprios (...) entretanto o que parece ter sido de importância capital (...) foi o surgimento do chamado acordo de custos no século XVI, pelo qual um dos associados ao grupo mineiro isentava-se de trabalhar mediante um pagamento em dinheiro (DOBB, 1983, p. 175).

No Oeste e Meio Oeste catarinense, com a colonização na década de 1910/1920 pelos descendentes de imigrantes vindos do Rio Grande do Sul, o desenvolvimento da agricultura, da avicultura e da suinocultura, deram o ritmo de crescimento econômico da área. Destacam-se as seguintes empresas: Sadia, fundada em 1944, em Concórdia, por Atilio Fontana, descendente de italianos vindo do Rio Grande do Sul (Espíndola, 1999 p. 23); a Perdigão em 1941, na cidade de

⁵¹ Informação encontrada em Ata da Carbonífera Próspera Ltda, com data de 1939. Documento registrado na Junta Comercial de Santa Catarina. Dado coletado em Março de 2003.

⁵² Segue em andamento uma pesquisa de mestrado em Geografia sobre a gênese e a evolução dos capitais ligados ao setor cerâmico (procurando os vínculos com o setor carbonífero) no Sul de Santa Catarina. A pesquisa é desenvolvida por Keity Issopo, na pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, sob a orientação do professor Dr. Marcos Aurélio da Silva.

Videira; A Seara em 1956, na cidade de Seara, sendo que em 1980 é adquirida pelo grupo Ceval (Hering – ramo têxtil) e em 1997, passa ao controle da Bunge International Limited e em 2004 é adquirida pelo grupo Cargil (CARVALHO, et. al. 2007 p. 29-34).

Segundo Mamigonian o desenvolvimento das agroindústrias de Santa Catarina segue o seguinte processo:

Com a construção de estabelecimentos industriais gigantescos, e crescente especialização e controle da produtividade dos colonos, os preços baixos pagos a eles, os preços de oligopólio, alcançados no mercado nacional, esta região tornou-se a mais importante do Brasil nos ramos acima referidos e partiu recentemente para a exportação maciça de aves congeladas aos mercados mundiais, sobretudo do Oriente Médio, (...) além das maciças exportações de farelo de soja (...), óleo de soja (...) etc., para os mercados europeus, sobretudo. (MAMIGONIAN, 1986, p. 24)

Apesar da diferenciação produtiva e natural ser bem evidente, muitos foram os autores, inclusive catarinenses, que enveredaram para a defesa do papel idealizado do imigrante na sociedade, chegando a defender um modelo catarinense de desenvolvimento⁵³, desligado da compreensão da diferenciação social mais ou menos dinâmica nas diferentes áreas do estado. O desenvolvimento econômico de certas regiões era defendido como propagado pela figura do empreendedor, e não o contrário: a presença de figuras com maior ascensão e perspicácia como provenientes de uma estrutura social que contribuisse para tal. Uma estrutura onde ocorre diferenciação social. Esta crítica à interpretação do *modelo de desenvolvimento catarinense* é realizada por Mamigonian no texto publicado no Atlas de Santa Catarina em 1986.

d) O estado do Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul as áreas de maior concentração industrial, com origem do capital local, também estão nas áreas de colonização do século XIX. Na grande faixa de campos e na região dos pampas, onde o latifúndio pecuarista foi

⁵³ Hering, M. L. R. Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o **modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Edifurb, 1987.

predominante por quase dois séculos, as instalações industriais estão em menor número e em menor número também são as empresas que tiveram capital local em sua origem.

As principais áreas industriais desse estado compreendem os arredores de Porto Alegre, com diferentes tipos de indústrias. A região do entorno de Caxias do Sul, com o pólo metal-mecânico possui grande destaque. A região do Vale dos Sinos destaca-se na produção calçadista e o pólo petroquímico instalado em Triunfo, o segundo maior do país.

A primeira região a registrar as iniciativas industriais é a de Porto Alegre, já que pelo Guaíba grande parte da produção vinda das colônias de várias cidades. Em Caxias do Sul, colonizada principalmente por imigrantes italianos, o desenvolvimento da agricultura, a produção de vinhos e manufaturas, abre caminho para uma comercialização bem significativa, no fim do século XIX.

As primeiras iniciativas na instalação de oficinas metalúrgicas começam por volta de 1880. Muitas empresas fundadas alguns anos depois são algumas das maiores do ramo no país. Tendo grande volume de exportações. É o caso da Eberle em 1886, da Marcopolo em 1949, em da Fra-le em 1954 (SILVA, 2006, p. 33-37). O pólo metal-mecânico de Caxias do Sul, é um dos mais importantes do País.

Após a década de 1940, dando mostras do crescimento do setor metal-mecânico no Rio Grande do Sul, surgiram várias empresas desse ramo, concentradas, em geral, na região de Caxias do Sul. É na cidade de Caxias do Sul, que será fundada em 1949, a Randon. A empresa de propriedade dos irmãos Raul e Hercílio Randon, inicia como uma pequena oficina mecânica e em 1953, os dois irmãos criam a mecânica Randon. Atualmente é uma das maiores "*empresas de material de transporte e autopeças da América Latina, sendo a maior fabricante nacional de carrocerias de caminhões*" (CARVALHO et. al. 2007 v. II, p. 81).

Também no município de Caxias do Sul, surge em 1948, a Guerra. Seu fundador Ângelo Francisco Guerra, dedicou-se no início

à produzir carroções de tração animal, de maneira bastante artesanal, mas, percebeu que a criação de um reboque para o transporte de

madeira seria muito útil, visto que na região estava em alta essa atividade de extração vegetal (...) a partir dos anos 1970 a Guerra foi ampliada e começou a conquistar mercado no setor de implementos rodoviários (...) A Guerra está presente em aproximadamente 15 países, destacando-se México, Emirados Árabes, Portugal e países da África (CARVALHO et. al. 2007, v. II p. 78-79).

Outro exemplo bastante ilustrativo é dado através da Marcoplo. A empresa que produz carrocerias de ônibus foi fundada em 1971, por Nicola & Cia Ltda. Atualmente vem *“assumindo a estratégia de internacionalização da produção vem produzindo ônibus em sete fábricas em cinco diferentes países: Brasil, Chile, Portugal, África do Sul e México”* (Carvalho et. al. 2007, v. II p. 78-79).

Vários ramos do setor industrial do Rio Grande do Sul foram direta e indiretamente favorecidos pelo desenvolvimento da metalurgia / siderurgia, que começa a ampliar-se de forma visível na área de Caxias do Sul, onde *“a qualidade do capital humano traz uma importante vantagem competitiva”* (Carvalho et. al. 2007, v. II p. 99).

Outro ramo industrial bastante desenvolvido nesse estado é a produção de móveis, concentrada no entorno do município de Bento Gonçalves. Segundo Carvalho (2007, p 110), o setor moveleiro contou com três fases: *embrionária até 1909, artesanal até 1954 e industrial após 1955* (Carvalho, et. al., 2007, v. I p. 111-116).

As primeiras iniciativas, considerando-se a fase industrial foram: a Florense, fundada em 1953, atuava com produtos encomendados. Em 1974, a produção já era totalmente automatizada; a Saccaro é fundada em 1961 por um artesão que trabalhava com o vime desde criança. Como complemento à renda familiar, passa a produzir cestos, berços etc. Atualmente produz móveis de luxo, sendo que cada peça é exclusiva. A Bertolini é fundada em 1969, por cinco irmãos que queriam dar continuidade ao trabalho do pai, que era ferreiro. A serralheria começou a funcionar no porão de uma casa. Os móveis produzidos atualmente têm como material o aço e o MDF ⁵⁴. A especialização da mão-de-obra, que é predominantemente da região, é considerada extremamente importante na referida qualidade dos móveis.

⁵⁴ MDF – mediun densi fiberboard. Placas de Média Densidade.

No Vale dos Sinos, a partir das colônias de São Leopoldo e Novo Hamburgo, concentra-se um importante pólo calçadista. A presença dos imigrantes alemães que eram habituados ao trabalho com o couro e a disponibilidade da matéria-prima na região deu impulso à produção de calçados.

Destacam-se a Paquetá fundada em 1945, em Sapiranga, que produzia apenas cinco pares de calçados por dia, vendidos em Porto Alegre; a Azaléia fundada em 1958, instalada em uma antiga cancha de bolão, com maquinário de segunda mão (atualmente é a maior empresa do setor na América Latina); a Beira Rio fundada em 1975, que surgiu como prestadora de serviço a outras empresas. (CARVALHO, et. al., 2007, v. I, p. 62-68). Apesar de terem boa sustentação no mercado interno e contarem com grande número de exportações, a concorrência dos calçados vindos da Ásia tem trazido fortes impactos ao setor, devido aos menores preços do produto estrangeiro.

Constata-se que várias indústrias do Sul do Brasil, tiveram na gênese de sua acumulação o desenvolvimento da pequena produção mercantil. Grande parte das iniciativas contava com capitais modestos, advindo das economias com a atividade agrícola, artesanal ou comercial. A consolidação dos mercados regionais e a integração aos mercados mais distantes possibilitaram o desenvolvimento do setor industrial, além das políticas públicas federais e estaduais de investimento industrial, principalmente nos anos 1970. Várias indústrias que tiveram suas atividades iniciadas há décadas, ainda são fortemente atuantes no mercado, algumas são líderes em exportação.

As ações públicas estatais vêm a ressaltar a preocupação e a ação dos estados da Região Sul em tornarem-se competitivos, de forma a acompanhar e participar efetivamente do crescimento e da modernização da industrialização brasileira. A concentração dos recursos, nas áreas onde a industrialização já era marcante, denota que as ações do estado vêm a promover os setores que já se mostram capazes de crescerem e dinamizarem esses investimentos. O crescimento de vários grupos industriais mesmo em momentos bastante desfavoráveis ao

crescimento econômico, evidencia o caráter dinâmico da industrialização desenvolvida no Sul do país ⁵⁵.

As referências às indústrias presentes no Sul do país são uma forma de explicitar o número de iniciativas locais que ainda são presentes no mercado. Na verdade sua presença destaca-se num conjunto bastante significativo de outros estabelecimentos que dão o ritmo de empregabilidade e desenvolvimento econômico em importantes áreas de seus estados.

É importante ressaltar que diferenciação de áreas com forte industrialização deve-se à formação social com base produtiva na pequena produção mercantil. Trata-se de formação social e não de composição étnica simplesmente. Aqui se faz constatar uma construção histórica e não uma determinação étnica.

4.3.1 - As principais ações estatais de investimento industrial pós década de 1950 nos estados da Região Sul.

Acompanhando o movimento de iniciativas e crescimento do setor industrial o governo do estado do Paraná da início ao desenvolvimento de políticas públicas que visão estimular o crescimento econômico do estado. Silva entende esse processo como uma atuação concentrada em duas frentes principais:

A primeira delas, relevante até 1965, diz respeito aos esforços para supressão das deficiências infraestruturais do estado, notadamente no campo da energia elétrica e das rodovias. A segunda concerniu aos esforços em direção à industrialização do Paraná, até então o estado do Sul que menos havia avançado nessa direção (SILVA, 2006, p. 53).

⁵⁵ Cabe registrar que diferentemente das interpretações de alguns autores que viram na crise econômica da década de 1990, a prova cabal de que a industrialização brasileira era totalmente dependente das benesses do estado brasileiro, registra-se que houve na realidade uma abertura descabida e contrária ao desenvolvimento da indústria nacional, e, em médio prazo contra a economia do país. As taxas de cambio que favoreciam a entrada de vários produtos estrangeiros vieram a causar grandes impactos nas indústrias nacionais. Muitos setores como o de auto-peças e têxtil sofreram grandes perdas. Muitos grupos tradicionais vieram a fechar suas filiais e mesmo a finalizarem suas atividades. Outros num grande esforço de modernização e competitividade alcançaram melhores resultados durante a década de 1990, tendo obtido crescimento na década de 2000. Têm-se atualmente, após o fim de três gestões de governo neoliberal, através do governo Lula, o aumento significativo de incentivos e a preocupação com as taxas cambiais a fim de impulsionar o crescimento do setor industrial.

Apesar de ser um importante instrumento de incentivo ao desenvolvimento do estado, *“a grande transformação estrutural da economia paranaense acabou ocorrendo no período em que, em nível nacional, contava-se com o II PND⁵⁶”* (Silva, 2006, p. 54). Nesse contexto são consideradas fundamentais para aceleração e consolidação do crescimento industrial: a Refinaria da Petrobrás e de Itaipu; a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL; a Companhia Paranaense de Telecomunicações - TELEPAR e a instalação da Cidade Industrial de Curitiba - CIC (SILVA, 2006, p. 54).

Segundo Silva *“grande parte dos investimentos transformadores se fez, pois, de forma concentrada, beneficiando, sobretudo, a Cidade Industrial de Curitiba”*. Contudo, não se deve desconsiderar que o desenvolvimento industrial dessa área trouxe forte impulso ao desenvolvimento de outros ramos industriais, para outras regiões do estado.

Contudo, na década de 1990, a abertura comercial deflagrou um período de forte impacto para as empresas de capital local e estabeleceu um novo procedimento para as instalações de firmas estrangeiras, sobretudo as automobilísticas. Com a crise econômica e a guerra fiscal entre os estados brasileiros, muito se perdeu em relação na articulação dessas empresas com as indústrias locais.

As ações públicas estaduais em Santa Catarina tiveram importância significativa no estímulo ao desenvolvimento industrial desse estado. As primeiras ações do POE - Plano de Obras e Equipamentos atuaram, sobretudo, na infraestrutura, investindo principalmente em estradas de rodagem e energia elétrica (SILVA, 2006, p. 50).

Os incentivos que atuavam de forma direta na promoção do desenvolvimento industrial, surgiram de maneira efetiva com o PLAMEG (1961) - Plano de Metas do Governo Estadual. Através do FUNDESC (Fundo de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) com base nos incentivos fiscais do ICM. Silva chama a atenção para a

⁵⁶ Plano Nacional de Desenvolvimento.

crise cíclica nacional, que vem a tornar quase inexpressivas as ações de incentivo ao crescimento industrial.

Quando da entrada da fase de expansão de mais um ciclo médio brasileiro, as reversões de capital do FUNDESC, passam a realizar grandes investimentos, notadamente naquelas áreas onde o desenvolvimento industrial já contava com décadas de andamento. Não chegando a ser surpresa, depois das considerações feitas nesse trabalho, que a maior parte das cidades com recebimento de recursos vindos do FUNDESC foram lugares de forte presença de pequena produção mercantil, cidades como: Blumenau, Joinville, Chapecó, Criciúma e Tubarão (SILVA, 2006, p. 50).

Surge depois do FUNDESC, o POCAPE – Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas. O PROCAPE ⁵⁷ atuou de 1975 a 1983, liberando cerca de U\$4 72,6 milhões, sendo que a grande parte dos recursos continuou sendo destinada às cidades com conhecida concentração industrial (Silva, 2006, p. 50). Certamente os incentivos estaduais contribuíram muito para que Santa Catarina obtivesse já em 1970, maior importância no setor secundário frente aos outros dois setores da economia (SILVA, 2006, p. 50).

Esse dado tão expressivo, certamente passou despercebido por vários autores de livros didáticos que entenderam o processo de desenvolvimento econômico desse estado na década de 1970, como foco de expansão econômica da Região Sudeste, sendo então um estado exportador de produtos agrários e importador de produtos industrializados.

Os incentivos e investimentos públicos realizados pelo estado do Rio Grande do Sul, pós década de sessenta, tiveram em vista ampliar os investimentos realizados em plano federal. O Governo de Leonel Brizola, com o II Plano de Obras, Serviços e Equipamentos trouxe investimentos importantes ao setor industrial. São desse período as instalações da Aços Finos Piratini e da Refinaria Alberto Pasqualini, em convênio com a Petrobrás (SILVA, 2006, p. 46). Segundo esse autor

⁵⁷ Silva observa que as ações de incentivo à indústria do PROCAPE eram bastante ligadas as ações do BADES e do BRDE. Isso possibilitava maior disponibilidade de recursos e assim, ampliava-se a atuação do programa.

Além (dos) grandes empreendimentos, que, alas, vistos isoladamente poderiam levar a crer na ação de um Estado demiurgo, se fizeram presentes apoios variados a indústrias já instaladas e com potencial de crescimento. Por meio de isenção de impostos, créditos especiais através do banco do governo, doação de terra, e mesmo pressão junto aos grupos de trabalhos mantidos pelo governo federal para implantação de indústrias (...) Esta política incluiu também a construção de duas “Cidades Industriais” na região metropolitana de Porto Alegre (..) (SILVA, 2006, p. 47).

Outro papel importante desempenhado pelo II Plano de Obras, Serviços e Equipamentos, foi o desenvolvimento de infra-estrutura, principalmente no setor de energia elétrica (Silva, 2006, p. 48). Assim como ocorreu em Santa Catarina, o banco estadual em conjunto com o BRDE, no caso do Rio Grande do Sul o BANRISUL, passa a investir no financiamento de recursos necessários às empresas. Além dessas duas instituições bancárias, havia o FUNDOPEM – RS, atuando no financiamento de juros incidentes aos empréstimos para expansão ou implantação de empresas (SILVA, 2006, p. 49).

As ações estatais realizadas nos três estados da Região Sul que ocorreram num período ainda anterior ao “processo de expansão econômica da Região Sudeste em 1970”, vem a confirmar a presença importante do setor industrial nessa área, inicialmente com a reivindicação dos empreendimentos que contavam com capital local. As políticas públicas estaduais atuaram em diferentes frentes de investimentos à industrialização e não apenas na concessão de algumas benesses que atraíssem a vinda de empresas estrangeiras. Sua análise demonstra que os estados estavam em busca de acompanhar o crescimento econômico brasileiro e não apenas de receber gratuitamente, ou de forma dependente, os frutos de sua expansão.

RESUMO DO CAPÍTULO IV

Ao se analisar o processo de desenvolvimento econômico do Brasil é preciso compreender que como um subsistema do sistema capitalista mundial, o país passará por influências e alterações diretas em sua economia, conforme as modificações econômicas mundiais. Tanto que a vinda dos imigrantes europeus no século XIX, se dá pela expansão e transformações do capitalismo na Europa, expulsando milhares de trabalhadores. No final do século XIX até as primeiras décadas do século XX três fenômenos que unem as esferas política – econômica e social, iniciam grandes transformações no Brasil; a vinda dos imigrantes, a instalação de um ciclo endógeno próprio e o redirecionamento político por uma nova classe de latifundiários. Desde a década de 1920, devido ao processo de substituição de importações, o país contava com seus ciclos médios da economia formados por uma fase de expansão e seguidos de uma fase de recessão. Através desse ciclo interno, o Brasil pode se expandir internamente ainda que as relações externas não fossem favoráveis. Essa ação é o que Rangel chamou de “*reação ativa*” da periferia diante das oscilações do centro do sistema. As considerações de Rangel são primeiramente adotadas entre os geógrafos, por Mamigonian, que utilizando o referencial teórico da Formação Sócio Espacial (Santos) e enfatizando o caráter dinâmico da pequena produção mercantil trará em estudos, com forte embasamento empírico, a discussão sobre a importância da imigração europeia para o Brasil em meados do século XX, na formação de uma economia e sociedade diferenciada. A tendência à diferenciação social, as iniciativas industriais, ocorridas no processo de substituição de importações, abriram passagem para a formação de uma economia industrial, em moldes capitalistas no decorrer do tempo. Na gênese desse processo, esteve a presença da pequena produção mercantil (Mamigonian) que abriu caminho para o desenvolvimento de relações capitalistas. Há no Brasil o registro “espacial” desse evento: nas áreas colonizadas por imigrantes europeus no século XIX, onde a pequena produção mercantil esteve presente, encontra-se a maior concentração industrial e econômica do país. Entretanto, as interpretações gerais sobre o desenvolvimento industrial, concorrem para a importância do imigrante enquanto trabalhador assalariado, que viria a participar do mercado interno

que estava sendo aquecido via investimentos na indústria nacional pela aristocracia cafeeira. Estudos apresentados por Halloway, Monbeing e Petrone trazem importantes considerações sobre as rendas obtidas pelos colonos com o café. Inicialmente explicam as formas de receita em dinheiro, mas, alertam para a importância das receitas não monetárias. Através das receitas não monetárias e posteriormente com a comercialização de alguns produtos muitos colonos passaram a economizar tendo em vista a aquisição de seu próprio pedaço de terra, o que acarretará em grande parcelamento das tradicionais fazendas de café. A falta de conhecimento dessa realidade, apesar de registrada no espaço, talvez seja a raiz da falta de percepção de muitos autores que não vêem o ponto em comum entre o desenvolvimento industrial de São Paulo e o Sul do Brasil – a imigração, que teve a pequena produção mercantil na gênese do processo de industrialização. O que está presente nos livros didáticos de Geografia consultados é a explicação do desenvolvimento da região Sul em apenas duas fases: a primeira, caracterizada pelo processo de colonização realizado pelos imigrantes europeus vindos na metade do século XIX, desenvolvendo a agricultura; e a segunda, manifestada pelas transformações na região em área industrializada após a década de 1970. Em contraposição a essa interpretação está também o fato de que as ações públicas estaduais da Região Sul tiveram papel muito importante no desenvolvimento da industrialização, antes da década de 1970. As políticas públicas estaduais atuaram em diferentes frentes de investimentos à industrialização e não apenas na concessão de algumas benesses que atraíssem a vinda de empresas estrangeiras. Sua análise demonstra que os estados estavam em busca de acompanhar o crescimento econômico brasileiro e não apenas de receber gratuitamente, ou de forma dependente, os frutos de sua expansão. O grande fluxo imigratório do século XIX, para várias áreas do Sul do Brasil, criou condições para o desenvolvimento da pequena produção mercantil. A presença de agricultores artesãos, comerciantes, tecelões, ferreiros, enfim, gente com conhecimento e preparo em diferentes funções, abriu um processo de divisão do trabalho que foi dando margem às iniciativas manufatureiras e, posteriormente, estabelecimentos industriais. Existem no Sul do Brasil vários traços distintos entre áreas de origem latifundiária e áreas de origem na pequena propriedade, que remontam à ocupação das terras e que deixam heranças na paisagem e nas relações historicamente desenvolvidas, desenhando importantes

explicações a respeito do processo de industrialização na região. A importância do desenvolvimento de relações capitalistas de produção, que foram nascidas a partir da pequena produção mercantil nas áreas de colonização européia do Sul do Brasil, teve com maior ou menor intensidade a presença do capital comercial que estimulou a produtividade do local (além de possibilitar a detenção de lucratividade de alguns, pois é de capitalismo que se fala), diferentemente daquele capital mercantil das áreas de latifúndio, com maiores vínculos externos (Ribeiro, Silva). Ainda assim de modo geral, o desenvolvimento das pequenas iniciativas industriais desenvolvidas por artesãos, agricultores e operários, foi responsável pelo ritmo de crescimento econômico das áreas colonizadas por imigrantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acompanhando o movimento de institucionalização da Geografia no Brasil e a ampliação do acesso ao ensino escolar, se constata que o destaque de alguns autores na publicação de livros didáticos de geografia, após a década de 1930: Delgado de Carvalho, Mário da Veiga Cabral, Fernando Raja Gabaglia, Aroldo de Azevedo e Celso Antunes. Pelas importantes contribuições à reformulação do ensino da geografia ressalta-se o nome de Delgado de Carvalho, sobretudo, na década de 1930. Aroldo de Azevedo, por sua vez, foi durante décadas o autor mais conhecido entre as publicações didáticas no período de 1934 a 1974, acompanhando várias gerações de professores e estudantes. Seus livros serviram de modelo para vários autores.

A década de 1970 pode ser considerada como uma fase de transição, na produção dos livros didáticos de geografia, tanto na estrutura gráfica dos livros, quanto na entrada de novos autores voltados a esse tipo de publicação. Já na década de 1980, há uma reformulação em alguns conteúdos dos LD's de Geografia, e um número ainda maior de autores passa a assinar os novos livros. Os aspectos sociais ganharam destaque, as relações sociais passaram a ser ressaltadas como fonte de transformação do espaço. Começam a aparecer nos livros, as denominações sobre o "espaço", "as transformações do espaço", temas debatidos durante a década de 1970, em meio às discussões sobre a chamada Geografia Crítica.

Em 1990, boa parte dos autores, que se tornaram famosos na década anterior, (Adas, Vesentinni, Pereira, Alab) continuam a publicar livros didáticos inclusive com novos lançamentos. Em meio ao aumento na oferta de publicações didáticas, ocorre em 1999, a primeira avaliação dos livros didáticos de geografia para o segundo ciclo do ensino fundamental - de 5ª a 8ª série, através do Plano Nacional do Livro Didático. A insatisfação quanto à exclusão de obras da lista de livros comprados pelo governo gera muitos protestos, registrados em jornais de grande circulação no país.

Essa avaliação foi coordenada por Manoel Correa de Andrade, e contou com a participação de vários professores de diversas regiões e universidades do país. Em 2002, ocorreu a centralização da avaliação na UNESP, tendo como coordenadora de área a professora Marília Luiza Peluso e como coordenadora de institucional a professora Maria Encarnação Beltrão Sposito. Nesse processo de avaliação, os livros não puderam mais ser excluídos separadamente. Dessa forma, a exclusão de uma obra acarretava a exclusão de toda a coleção. Certamente a pressão exercida pelas editoras e autores contra a exclusão das obras, deve ter sido ainda maior.

No terceiro PNLD, que resultou no Guia Nacional do Livro Didático 2005, ocorreu uma significativa mudança na avaliação quanto à classificação das coleções e assim na identificação das resenhas. As categorias, *Recomendado com Distinção*; *Recomendado*; *Recomendado com Ressalva* e *Excluído*, não são mais utilizadas. Os livros (enquanto coleção completa) passam a ser classificados em aprovados ou excluídos. A coordenação de área ficou a cargo do professor Antônio Nivaldo Hespanhol e a coordenação institucional ficou a cargo da professora Maria Encarnação Beltrão Sposito.

As coleções aprovadas para o PNLD de 2008, precisam ser melhor estudadas, já que das dezenove coleções aprovadas, nove não estavam no programa anterior. Essa avaliação teve como coordenador de área o professor Eliseu Savério Sposito, e como coordenadora institucional, pela terceira vez, a professora Maria Encarnação Beltrão Sposito.

Quanto à configuração das editoras na venda ao PLND, é preciso registrar que elas passaram por longos períodos como empresas de capital nacional. Mas após a década de 2000, começaram a figurar empresas multinacionais no setor editorial brasileiro. A concentração das editoras na venda de coleções didáticas já era bastante considerável, entretanto, após a compra de algumas delas por grupos nacionais de maior expressão ou mesmo por grupos internacionais, a concentração passou a ser ainda mais flagrante.

Das onze coleções de Geografia aprovadas no PNLD de 2005, apenas quatro editoras detêm as coleções. As coleções *Construindo a geografia*, *Geografia* e *Série Link do espaço* pertencem à editora Moderna (Santillana). As coleções *Geografia Ciência do Espaço*, *Geografia Espaço e Vivência* e *Geografia – Homem e Espaço* pertencem à editora Saraiva /Atual (2,6% Internacional Financial Corporation). As coleções *Construindo o Espaço*, *Geografia Espaço Geográfico* e *fenômenos naturais*, *Geografia Crítica* e *Trilhas da Geografia* pertencem à editora Ática/Scipione (Grupo Abril). E a coleção *Geografia* pertence à editora Quinteto.

Se há alguns anos reclamava-se sobre a falta de investimentos do governo federal na compra de material didático a ser distribuído à rede pública de ensino, atualmente cabe questionar a devida aplicação desses recursos. Tendo em vista os livros de Geografia analisados nessa pesquisa, destinados à 6ª série do ensino fundamental, nos conteúdos sobre a industrialização da Região Sul, constatou-se o descompromisso dos autores de livros didáticos com a atualização de seus conteúdos. Além disso, outros aspectos preocupantes encontrados nos LD's de Geografia consultados foram a presença de figuras ou mapas com erros de localização, falta de referência das informações, imagens generalizantes sobre a população.

Muitos dos autores que possuem coleções aprovadas no PNLD /2005, onde foram apontados vários erros e falta de adequação à realidade da Região, participaram de discussões ensejadas nas décadas anteriores, defendendo a diversidade de idéias, visões, sobre diferentes *geografias*, nos manuais didáticos. No entanto, essa “proposta” não foi verificada nos livros didáticos consultados. Os conteúdos que foram para os LD's, escritos por diferentes autores, por diferentes editoras, possuem uma semelhança que conduz ao tédio.

Com base nos critérios de avaliação, orienta-se que os livros deveriam apresentar conteúdos sem “*indução ao erro, confusão conceitual e reducionismos... sem informações incorretas ou desatualizadas.*” Não foi o que se verificou nessa pesquisa referente a industrialização na Região Sul. Tem-se consciência de que o professor que utiliza os livros pode, sim (ainda que com as limitações quanto a formação de docentes no Brasil), reconhecer os erros e as abordagens equivocadas

presente nos livros didáticos, entretanto, não pode eximir de forma alguma a responsabilidade do autor com a qualidade da obra, que é destinada ao ensino escolar, e nem a responsabilidade das avaliações do PNLD, que devem ser realizadas com rigor condizente aos critérios que norteiam o processo de avaliação.

Certamente que apenas os erros de localização e de atualização do conteúdo, não são isoladamente uma justificativa indiscutível para a exclusão de uma obra, mas o fato de algumas coleções já contarem com várias edições não assinala o descompromisso com os conteúdos dos livros que continuam sendo vendidos? Até onde foram as análises dos conteúdos sobre a industrialização no Sul do Brasil, as informações erradas e a falta de atualização poderiam ser facilmente sanadas com a verificação mais atenta de Atlas e de estudos que demonstrem as transformações passadas na região.

A fidedignidade dos dados e das informações são preceitos básicos a qualquer conteúdo destinado ao ensino, mas o que se quis destacar com maior ênfase nesse trabalho são os problemas de abordagem conceitual que distorcem as explicações e, assim, o entendimento sobre a formação econômica da região. Nos critérios de avaliação dos LD's há a indicação sobre a coerência entre a conceituação teórica e metodológica dos autores com os conteúdos, mas salienta-se que não cabe a esta avaliação julgar ou questionar qualquer posicionamento conceitual adotado pelos autores. Entretanto, considera-se que cabe às pesquisas desenvolvidas na Geografia, tratar de discutir a adequação de interpretações ao processo de desenvolvimento e de transformações da sociedade.

Constatou-se que as abordagens sobre o processo de industrialização na Região Sul, encontradas nos livros didáticos de Geografia, destinados a 6ª série no ensino fundamental, caracterizam essa região em apenas duas fases: a primeira, caracterizada pelo processo de colonização realizado pelos imigrantes europeus vindos na metade do século XIX, desenvolvendo a agricultura; e a segunda, manifestada pelas transformações na região em área industrializada após a década de 1970, através do processo de expansão econômica da Região Sudeste. Verificou-se nesses conteúdos uma transposição das relações de Centro-Periferia, nula escala regional: Sudeste – Sul.

Diferentemente dos conteúdos encontrados nos livros de Geografia, o período assinalado pela década de 1970, refere-se, predominantemente, ao aumento geral das instalações e da produtividade industrial do país, aliada ao melhoramento dos transportes, sobretudo das rodovias. Conforme analisou Silva (2006), na década de 1960, a industrialização na Região Sul já iniciava sua quarta fase de desenvolvimento.

Mesmo quando os conteúdos didáticos apresentam certas particularidades da formação da região, como no caso dos imigrantes, sua contribuição é entendida apenas no desenvolvimento da agricultura, apesar do desenvolvimento industrial em diferentes partes da região ter relação direta com a organização produtiva dos imigrantes vindo no século XIX. Parte desse equívoco deve-se ao próprio entendimento do processo de industrialização de São Paulo, onde a participação do imigrante é atribuída ao fato de ser ele (apenas) mão-de-obra qualificada e assim, um indivíduo capaz de participar do mercado consumidor.

Os dados aqui apresentados, extraídos dos estudos de Mamigonian (1976), Halloway (1984), Monbeing (1984) e Petrone (1985), demonstraram que o imigrante possuía nas rendas extra-salariais a possibilidade de produzir excedente econômico, sendo ele na prática muito mais um produtor independente que um trabalhador assalariado.

A descrição do processo de industrialização do Sudeste do país, encontrada nos LD's constitui-se numa seqüência simplificada da passagem dos trabalhadores das fazendas para as indústrias, das transformações dos fazendeiros em industriais. Centradas em linhas interpretativas (Cepal e Teoria da Dependência) que ignoram toda a complexidade do processo de industrialização as análises não explicitam as mudanças provocadas nas conjunturas sociais, econômicas e políticas que orquestraram esse processo.

Enquanto alguns autores criticaram sem maiores discussões a teoria de *Formação Sócio-espacial*, proposta por Milton Santos (1977) e outros, apesar de usarem o termo *espaço* em seus livros, não conseguiram aprofundar as análises de seus conteúdos sobre o desenvolvimento industrial da Região Sul, ficam grandes

equivocos e muitas lacunas para a compreensão daqueles que utilizarem os livros didáticos de Geografia destinados à 6ª série do ensino fundamental. Mas isso não significa de forma alguma, que essa linha teórica não venha sendo base para vários estudos já realizados sobre a industrialização no Brasil, desde a década de 1960. Estudos com forte embasamento empírico e teórico, que serviram de orientação nas análises e conclusões desse trabalho.

Constatou-se que na maioria dos conteúdos didáticos inspirados pelas linhas interpretativas da Cepal e da Dependência, não se percebeu a nova dinâmica produtiva e comercial construída pelos imigrantes vindos nas últimas décadas do século XIX. Além do direcionamento econômico do país para o mercado interno, promovido pela Revolução de 1930, assim, imprimem-se os méritos da industrialização do Brasil à aristocracia cafeeira que perdera o poder político e que muito sofreu com as crises econômicas ocorridas no país por volta de 1929, Rangel (1985).

A bibliografia acadêmica sobre a contribuição dos imigrantes ao desenvolvimento econômico da Região Sul é extensa, todavia, em geral, se concentra nas iniciativas isoladas e desvinculadas ao tipo de organização empreendida através da colonização européia no século XIX. A percepção da presença da pequena produção mercantil, analisada por Mamigonian (1969), traz uma interpretação muito condizente com o processo histórico desenvolvido em várias áreas do Brasil Meridional.

As análises de Mamigonian, que ressaltam a importância dos “*capitalistas sem capitais*”, trazem um elemento pouco visado e pouco considerado por diferentes estudiosos no desenvolvimento da indústria no fim do século XIX e início do século XX, - o imigrante. Esse sujeito, dentro de uma estrutura com forte diferenciação social, é o traço comum a determinadas áreas de São Paulo e dos estados do Sul do país.

Conforme foi demonstrado no decorrer desse trabalho, é fato que várias indústrias do Sul do Brasil, tiveram na gênese de sua acumulação o desenvolvimento da pequena produção mercantil. Faz-se clara a diferenciação das

áreas marcadas por esse tipo de formação social, no desenvolvimento endógeno de iniciativas e desenvolvimento industrial, daquelas onde o latifúndio foi predominante. Grande parte das iniciativas contava com capitais modestos, advindo das economias com a atividade agrícola, artesanal, ou comercial.

A consolidação dos mercados regionais e a integração aos mercados mais distantes possibilitaram o desenvolvimento do setor industrial, além das políticas públicas federais e estaduais de investimento industrial, principalmente nos anos 1960/ 1970. Várias indústrias que tiveram suas atividades iniciadas há décadas, ainda são fortemente atuantes no mercado, algumas são líderes em exportação.

Não há romantização, nem idealização da pequena produção mercantil desenvolvida pelos imigrantes. Ela é um meio capaz de produzir diferenciação social, com forte capacidade de transpor-se em modo capitalista de produção. O estudo de várias áreas da Região Sul (e de parte da região Sudeste) mostra que houve forte transformação das áreas com presença de pequena produção mercantil, em áreas dinamizadoras de relações capitalistas de produção.

Entre aqueles que vêm estudando a formação histórico-geográfica do país embasados na categoria de Formação Sócio Espacial, realiza-se uma abordagem muito mais comprometida com as verificações empíricas, com as relações sociais, econômicas e espaciais através do tempo. Estes estudiosos estão na contramão das interpretações estagnacionistas sobre desenvolvimento do Brasil, que parecem ter servido de referência aos conteúdos dos livros didáticos de Geografia voltados à 6ª série do ensino fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAS, Melhem. Geografia. 6ª Série. Melhem Adas. 4ª ed. São Paulo. Editora Moderna. 2002.

ALTMANN, Helena. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. Educação e Pesquisa v. 28 n.1 São Paulo jan/jun. 2002. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022002000100005&lng=es&nrm=isso. Acesso em 13 de Fevereiro de 2007.

ARAÚJO, Regina. RIBEIRO, Wagner C. e GUIMARÃES, Raul B. Construindo a geografia. 6ª Série. São Paulo. Editora Moderna. 1999.

AZEVEDO, Fernando de. Org. As ciências no Brasil. V I. 2 ed. Rio de Janeiro. Editora UFRJ.1994. Cap. VII. A geografia no Brasil. José Veríssimo da Costa Pereira. p 349-461.

BEZERRA, Hollion Golçalves. LUCA, Tânia Regina. In SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Org. Livros didáticos de História e Geografia. Avaliação e pesquisa. São Paulo. Editora Cultura Acadêmica. 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Em Foco: História, produção e memória do livro didático. P 471-473. 2004.

_____ Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa* 30 (3): 475-491. 2004.

_____ História dos livros didáticos no Brasil. Palestra proferida no auditório do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina em 26 de Novembro de 2007.

BNDES. Cadeia de comercialização de livros. Gerência setorial de comércio e serviços. Dezembro de 1999. Disponível em www.bndes.gov.br/conhecimento/relato/rel-livr.pdf Acesso em 18/06/2007

BOLIGIAN, Rogério. BOLIGIAN, Levon. ALVES, Andressa. GARCIA, Wanessa. Geografia Espaço e Vivência. 6ª Série. São Paulo. Atual Editora/ Editora Saraiva. 2004.

BRANCO, Anselmo L. LUCII, Elian A. Geografia – Homem & Espaço. 6ª Série. 15ª ed. São Paulo. Editora Saraiva. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Guia do livro didático de Geografia 2005. Brasília. 2004. Disponível em portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/pnldport07.pdf Acesso em 12/02/06.

_____ Ministério da Educação. Guia do livro didático de Geografia 2008. Brasília. 2007. Disponível em portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/pnldport07.pdf Acesso em 14/08/2007.

_____ Ministério da Educação. Programa Nacional do Livros Didático. Brasília. Disponível em portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/pnldport07.pdf Acesso em 12/02/06.

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo. 2ª ed. T. A. Queiroz editor. 1983.

CARVALHO, J. Luiz Carlos. CÁRIO, Silvio A. F. SEABRA, Fernando. Pólos industriais do Sul do Brasil. Florianópolis. 2007.

CASTRO, Antônio Barros de. 7 ensaios sobre a economia brasileira. 2ª. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1975.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. Reconfiguração do mercado editorial brasileiro de livros didáticos no início do século XXI: história das principais editoras e suas práticas comerciais. Revista Em Questão, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 281-312, jul./dez. 2005.

_____ Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de História e suas implicações curriculares. Revista História. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742004000200003&script=sci_arttext. Acesso em 23 de Fevereiro de 2007.

CASTELLAR, Sonia. MAESTRO, Valter. Geografia. 6ª Série. São Paulo. Quinteto Editorial. 2001.

COLESANTI, M. T. M. O ensino da Geografia através do livro didático no período de 1890 a 1971. Rio Claro. 1984. Dissertação de Mestrado.

CUNHA, Idaulo. Subsídios da região sul para o desenvolvimento sustentável do país. Agenda 21. Ministério do meio ambiente. Brasília, novembro de 2001. Disponível em <http://www.ambiente.sp.gov.br/agenda21bras/pdfs/sul.pdf> Acesso em 09/01/2008.

DEAN, W. A industrialização de São Paulo. São Paulo, DIFEL/EDUSP. 1971.

DOBB, Maurice Herbert. A evolução do capitalismo. Trad. Manoel do Rego Braga. 9ª ed. Zahar Editores S. A. 1983.

FERREIRA, Jurandir Pires. Enciclopédia dos municípios brasileiros. (Apresentação de Delgado de Carvalho). 1958.

FERRI, Mário Guimarães. MOTOYAMA, Shozo. História das ciências no Brasil. Editora Edusp. SP. 1979. Cap. 12 Geografia Humana. Pasquale Petrone. 303-330.

GARCIA, Hélio C. GAVARELO, Tito M. Geografia: Espaço Geográfico e fenômenos naturais. 6ª Série. 11ª ed. São Paulo. Editora Scipione. 2004.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: Em foco o Programa Nacional do Livro Didático. Educação e Sociedade. V 21 n.70 Campinas abr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S010173302000000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 19 de Janeiro de 2007.

HOLLOWAU, Thomaz H. Imigrantes para o Café. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1984.

IPARDES. Os vários Paranás. : identificação de espacialidades socioeconômico-institucionais como subsídio a políticas de desenvolvimento regional. IPARDES. Curitiba. 2006. Disponível em www.ipardes.gov.br Acesso em 09/01/2008.

LAEMMERT, Editora. Breves Noções de Geografia Universal. Rio de Janeiro. Editora Laemmert. 1873.

LIMA, Salvadora. C. A. ABREU, Silvana de. Reflexão sobre a temática regional e o ensino de Geografia. Revista Geografia. V. 14, n. 1, jan/jun. 2005.

LOTTIN, Juceli. Crônicas e retratos de Orleans. Tubarão: Copiart completar, 2005.

MAMIGONIAN, Armen. A Indústria de Santa Catarina. In: Atlas Geográfico de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986. (Versão atualizada pelo autor, disponível em meio digital).

_____ Notas Sobre o Processo da Industrialização no Brasil. Boletim do Departamento de Geografia da FFCL de Presidente Prudente, 1969. p 55.

_____ O Processo de Industrialização em São Paulo. Boletim Paulista de Geografia, nº 50, Março de 1976.

_____ O Brasil Meridional: sua inserção nacional e mundial. XI Encontro dos Geógrafos da América Latina. Geopolítica, globalização e mudança ambiental: desafios no desenvolvimento latinoamericano”, Bogotá, Colômbia, 26 a 30 de março de 2007.

_____ Teorias sobre a Industrialização Brasileira. UFSC. Cadernos Geográficos. Florianópolis. Nº 1. 49p. Maio 2000.

MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. Tradução: Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo. Ed. Hucitec e Polis. 1984.

MONTEIRO, Carlos A. F. Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências. São Paulo. USP – Série Teses e Monografias. 1980.

MOREIRA, Igor. Construindo o Espaço. 3ª ed. São Paulo. Editora Ática. 2002.

_____ O Espaço Geográfico. Geografia Geral e do Brasil. São Paulo. Editora Ática. 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia da dependência imperfeita. Edições Graal, Rio de Janeiro. 1977.

PEREIRA, Diamantino. SANTOS, Douglas. Carvalho, Marcos de. Geografia: Ciência do Espaço. 6ª Série. 3ª ed. Revista e Atualizada. São Paulo. Atual Editora/ Editora Saraiva. 2004.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna. 3ª ed. Florianópolis. Ed. Da UFSC, 1999.

PEREIRA, Raquel M. Fontes do Amaral. VIEIRA, Maria Graciana. Geografia e marxismo: o caso da formação sócio-espacial do Brasil meridional (notas). Bogotá, Colômbia, 26 a 30 de março de 2007.

PNLD. Guia do Livro Didático de Geografia. 5ª a 8ª Séries. Ministério da Educação e do Desporto MEC. Brasília. 2003.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. In O Brasil Republicano. Tomo III. 2 vol. Sociedade e instituições (1889-1930) 3ª ed. Editora Difel, 1985.

RANGEL, Ignácio. Economia: milagre e anti-milagre. Rio de Janeiro. Zahar, 1985.

_____ A história da dualidade brasileira. Revista de Economia Política. Vol 1, No. 4, outubro-dezembro de 1981.

Revista época. Maior segmento do mercado editorial é o de livros didáticos. Autores de livros para escolas são os que mais vendem no país. Época. Edição n. 492. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EDG79649-5856,00.html>. Acesso em 04/12/2007.

RIBEIRO, Ivan de Otero. Evolução recente da agricultura na América Latina: contradições e modernização. In: Agricultura Democracia e Socialismo. COUTINHO, Carlos Nelson. et. al (org). Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

ROCKENBACH, Denise. MARQUETI, Elza. ALVES, Glória. CUSTÓDIO, Vanderli Série Link do Espaço. 6ª Série. São Paulo. Editora Moderna. 2002.

SAES, Flávio A. M. de. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. Estudos Avançados. ISSN 0103-4014. vol. 3 no.7 São Paulo Set./Dec. 1989.

SANTOS, Milton. Espaço e sociedade. 2^a ed. Petrópolis-RJ; Ed. Vozes, 1982.

SANTOS, Wilson dos. A obra de Aroldo de Azevedo – Uma Avaliação. Rio Claro. 1984. Dissertação de Mestrado.

SENE, de Eustáquio. MOREIRA, João Carlos. Trilhas da Geografia. São Paulo. Editora Spicione. 2000.

SILVA, Jeane Medeiros. VLACH, Vânia. Percursos do Livro didático de Geografia. Disponibilizado em: http://www.igeo.uerj.br/VICEG-2004/Eixo4/E4_077.htm. Acesso em 20 de Setembro de 2006.

_____ A constituição de sentidos políticos em livros didáticos de geografia na ótica da análise do discurso. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. 2006.

SILVA, Marcos Aurélio. Gênese e dinâmica das indústrias de equipamentos elétricos do Sul do Brasil. Tese de Doutorado. Geografia Humana. FFLCH / USP. 2005.

_____ O Processo de Industrialização no Sul do Brasil. Cadernos Geográficos. Número. Departamento de Geociências. 15, mai, 2006.

_____ Geografia e Marxismo: questões de método e notas de pesquisa. Revista Ciência Geográfica Vol. IX n 2, mai / ago, 2003. P 165 a 173.

SILVA, Mauricio Aurélio. Acumulação, geração de emprego e diversificação da economia no Sul de Santa Catarina: carvão, cerâmica e a indústria de plásticos. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2002.

SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. 2^a ed. São Paulo. Cia Editora Nacional. 1977.

SPOSITO, Eliseu Silvério. In SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Org. Livros didáticos de História e Geografia. Avaliação e pesquisa. São Paulo. Editora Cultura Acadêmica. 2006.

VERSIANI, Flávio. SUZIGAN, Wilson. O Processo Brasileiro de Industrialização: uma Visão Geral. Série Textos Didáticos, 10. Universidade de Brasília; Departamento de

Economia. Brasília. 1990. Disponível em http://www.unb.br/face/eco/bmueller/versiani_suzigan.pdf Acesso em 05/11/2007.

VESENTINE, J. William. VLACH, Vânia. Geografia Crítica. 30ª ed. São Paulo. Editora Ática. 2004.

VIANA, L.W. A revolução Passiva: Iberismo e americanismo no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro. Revan, 2004.

VIEIRA, Maria G. E. de Deus; PEREIRA, Raquel M. F. do Amaral. Formações sócio-espaciais catarinenses: notas preliminares. In: Anais do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina. Florianópolis: IHGSC, 1996.

WAIBEL, Léo. Princípios da colonização européia do sul do Brasil. In: Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. Rio de Janeiro: CNG/IBGE, 1958.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4ª ed. Rio de Janeiro. 2000.

CARVALHO, Bernardino de. A natureza na Geografia do ensino médio. Revista Terra Livre: P 46 a 52. N 1, 1986.

IBGE. Grande Região Sul. Volume IV Tomo II. Biblioteca Geográfica Brasileira. Rio de Janeiro. Publicação N 18. 1968.

GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Trad. Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1968.

GORINI, Ana P. Fontenelle. BRANCO, Carlos E. Castello. Panorama do setor editorial brasileiro. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 11, p. 3-26, mar. 2000. Disponível em www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset/set1101.pdf Acesso em 18/06/2007.

LOURENÇO, Vilmar M. O Paraná e o redesenho das economias regionais. Rev. FAE, Curitiba, v.4, n.2, p.11-12, maio/ago. 2001.

MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. In: Revista Brasileira de Geografia. v 27, n 03, p. 389-481. Rio de Janeiro, jul./set., 1965.

MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. 2ª ed. Polis/ Vozes. 1984.

MARX, Karl. O Capital. (Capítulo XXIV). Vol. II São Paulo. Difel. 1984.

MOURA, Rosa. KLEINKE, Maria L. U. Espacialidades de concentração na rede urbana da Região Sul. Revista Paraná Desenvolvimento, Curitiba, n 95, jan/abr p 3-25.

PEREIRA, Diamantino. SANTOS, Douglas. Carvalho, Marcos de. A Geografia no 1 Grau: algumas reflexões. Revista Terra Livre: Prática de ensino em Geografia. Editora Marco Zero. n 8, 1991.

RANGEL, Ignácio. Ciclo, Tecnologia e crescimento. (capítulo X - O Brasil e revolução técnico-científica) Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1982.

REIS, Luis Carlos Tosta dos. Por uma concepção Dialética do espaço: o conceito de formação espacial em Milton Santos. Revista Geografares, Vitória, v. 1, no 1, jun. 2000.

ROCHE, J. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Trad. E. Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SANTOS, Douglas. Estado nacional e capital monopolista: reflexões para a crítica da Geografia que se ensina. Revista Terra Livre: nº 1, 1986.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia nova. São Paulo: Editora. Hucitec, 1986.

SUZIGAN, Wilson. Industrialização na visão de Celso Furtado. Instituto de Economia/UNICAMP. Disponível em http://www.eco.unicamp.br/neit/download/artigos/Industrializacao_Celso_Furtado.pdf
Acesso em 09/01/2008.

SWEEZY, Paul. Org. A transição do feudalismo para o capitalismo. Um debate. Trad. Isabel Didonet. 4^a ed. Editora Paz e Terra.

VESENTINI, J. William. Brasil Sociedade e Espaço. Geografia do Brasil. São Paulo. 7^a ed. Editora Ática. 1999.

VESENTINI, J. William. O Método e a Práxis (Notas polêmicas sobre Geografia Tradicional e Geografia Crítica). Revista Terra Livre: O ensino da Geografia em questão e outros temas. Editora Marco Zero. N 2 jul, 1987.

VIEIRA, Maria G. E. de Deus. Formação Social Brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido. Dissertação de Mestrado. Florianópolis. UFSC, 1999.

VLACH, Vânia Rubia Farias. Fragmentos para uma discussão: Método e conteúdo no ensino de Geografia de 1^o e 2^o graus. Revista Terra Livre: O ensino da Geografia em questão e outros temas. Editora Marco Zero. N 2 jul, 1987.

WOOD, Ellen Meiksins. A origem do capitalismo. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar. 2001.

ANEXO

FUNCIONAMENTO ATUAL DO PNLD

1) Inscrição das editoras - O edital que estabelece as regras para a inscrição do livro didático é publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado no sítio do FNDE na Internet. O edital também determina o prazo para a apresentação das obras pelas empresas detentoras de direitos autorais.

2) Triagem - Para avaliar se as obras apresentadas se enquadram nas exigências técnicas e físicas do edital, é realizada uma triagem pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). Para isso, o FNDE tem parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), que é responsável pela coleta de amostras e pelas análises das características físicas dos livros, de acordo com especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), normas ISO e manuais de procedimentos de ensaio pré-elaborados.

3) Avaliação - Os livros selecionados são encaminhados à Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), responsável pela avaliação pedagógica. A SEB escolhe os especialistas para analisar as obras, conforme critérios divulgados no edital. Os livros que apresentam erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer tipo são excluídos do Guia do Livro Didático. Finda a avaliação, os especialistas elaboram resenhas dos livros aprovados, que passam a compor o Guia do Livro Didático.

4) Guia do livro - O FNDE disponibiliza o Guia do Livro Didático em seu sítio na internet e envia o mesmo material impresso às escolas cadastradas no censo escolar.

5) Escolha - Os livros didáticos passam por um processo democrático de escolha, com base no Guia do Livro Didático. Diretores e professores analisam e escolhem as obras que serão utilizadas.

6) Pedido - O professor possui duas maneiras de escolher os livros didáticos:

A primeira é pela Internet. De posse de senha previamente enviada pelo FNDE às escolas, os professores fazem a escolha on line em aplicativo específico para esse fim, disponível na página do FNDE.

Outra maneira, válida apenas para o ensino fundamental, é pelo formulário impresso, remetido a todas as escolas cadastradas, via correio, junto com o Guia do Livro Didático. Nessa hipótese, o formulário deve ser preenchido pelos docentes para identificação das obras desejadas e devolvido, pelo correio, ao FNDE.

7) Aquisição - Após a compilação dos dados dos formulários impressos e dos pedidos feitos pela Internet, o FNDE inicia o processo de negociação com as editoras. A aquisição é realizada por inexigibilidade de licitação, prevista na Lei 8.666/93, tendo em vista que as escolhas dos livros são efetivadas pelos professores.

8) Produção - Concluída a negociação, o FNDE firma o contrato e informa os quantitativos e as localidades de entrega para as editoras, que dão início à produção dos livros, com supervisão dos técnicos do MEC.

9) Prazo de utilização - Confeccionado com uma estrutura física resistente, o livro didático fornecido pelo governo federal deve ser utilizado, no mínimo, por três anos consecutivos, beneficiando mais de um estudante nos anos subseqüentes, exceção feita à cartilha de alfabetização e aos livros da série inicial.

Reposição - A falta de conservação e a não devolução das obras levam o FNDE a adquirir, a cada ano, mais 13% do total inicial de livros, para repor os que não foram devolvidos ou que estejam sem condição de uso.

Complementação - Como o número de estudantes da rede varia a cada ano, o FNDE também compra livros adicionais para complementar os quantitativos das escolas que tiveram incremento no número de alunos ou das escolas novas. Além de adquirir livros didáticos em quantidade suficiente para atender todos os alunos da rede pública de educação básica, o FNDE ainda compra 3% de reserva técnica, para garantir o atendimento de remanejamentos e erros de estimativa.


10) Alternância - Para a manutenção da uniformidade da alocação de recursos do FNDE com o programa - evitando grandes oscilações a cada ano - e em face do prazo de três anos de utilização dos livros, as compras integrais para alunos de cada nível (2º ao 5º anos e 6º ao 9º ano do ensino fundamental e, ainda, ensino médio) ocorrem em exercícios alternados. Nos intervalos das compras integrais, são feitas reposições, por extravios ou perdas, e complementações, por acréscimo de matrículas. Já os livros do 1º ano (e também da 1ª série) são adquiridos anualmente.

11) Distribuição - A distribuição dos livros é feita diretamente pelas editoras às escolas, por meio de um contrato entre o FNDE e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Essa etapa dos programas conta com o acompanhamento de técnicos do FNDE e das Secretarias Estaduais de Educação.

12) Entrega - Os livros chegam às escolas entre outubro e o início do ano letivo. Nas zonas rurais, as obras são entregues na sede das prefeituras ou das secretarias municipais de Educação, que devem entregar os livros às escolas localizadas nessas áreas.

Fonte: Ministério da Educação. Brasil. Plano Nacional do Livro Didático. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=livro_didatico.html

Ficha de avaliação

Atenção: os locais assinalados com o símbolo  são destinados às respostas. Não escreva nos demais campos. As alternativas Não e Sim (Ótimo, Bom e Regular) devem ser respondidas com a indicação de um X no retângulo correspondente. Para o quesito **Não se Aplica**, deve-se assinalar **NA** nos quadrados das respostas (em qualquer um).

Código da coleção:	
Código do Avaliador:	
Classificação:	

Abreviaturas: **R** – Regular; **B** – Bom; **O** – Ótimo; **NA** – Não se Aplica

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA COLEÇÃO

⇒ Sumário do conteúdo dos volumes de cada série da coleção (identificar as partes, os capítulos e indicar o número de páginas de cada livro) e do(s) Manual(is) do Professor.











ESTRUTURA DA COLEÇÃO









⇒ Indicar as partes componentes do Livro do Aluno e do Manual do Professor (seqüência e inter-relação entre textos, exercícios, atividades, boxes, ilustrações, bibliografia, glossário).


















CRITÉRIOS ELIMINATÓRIOS










Coerência e adequação metodológicas	Não	Sim		
		R	B	O
E1. Há coerência entre a metodologia de ensino-aprendizagem proposta e a sua aplicação?				
⇒ Descrever a proposta e justificar a menção.				
				









⇒Exemplificar.					
					
E2. Há coerência entre a fundamentação teórico-metodológica da Geografia proposta e a utilizada?					
⇒Argumentar e justificar a menção.					
					
⇒Exemplificar.					
					
E3. Há articulação pedagógica entre os diferentes volumes da coleção (está de acordo com o princípio da complexidade crescente?)					
⇒Argumentar e justificar a menção.					
					
⇒Exemplificar.					
					
E4. Há estímulo aos processos cognitivos básicos que contribuem para a compreensão, memorização, observação, investigação, análise, criatividade, comparação, interpretação, generalização, criticidade, problematização, síntese e formulação de hipóteses?					
⇒Argumentar e justificar a menção.					
					
⇒Exemplificar.					
					









Correção dos conceitos e das informações básicas	Não	Sim		
		R	B	O
E5. Apresentam-se relações espaço-temporais que possibilitam ao aluno compreender a construção histórica do espaço geográfico?				
⇒Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒Exemplificar.				
				
E6. Permite-se ao aluno compreender as dinâmicas e processos físicos, sociais, econômicos, políticos e culturais constituintes do espaço geográfico a partir do entendimento das relações estabelecidas entre Sociedade e Natureza?				
⇒Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒Exemplificar.				
				
E7. Os fenômenos geográficos estão localizados corretamente?				
⇒Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒Exemplificar.				
				
E8. Os conceitos geográficos básicos (espaço, região, lugar, território, paisagem, sociedade, natureza) estão corretos?				
⇒Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒Exemplificar.				
				









E9. As informações básicas estão corretas?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				
E10. As informações básicas estão atualizadas?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				
Construção da cidadania	Não	Sim		
E11. Está isenta de preconceitos ou indução a preconceitos de origem, etnia, gênero, religião, idade, condição socioeconômica ou outros?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
⇒ Se não, justificar e apontar a(s) ocorrência(s).				
				
E12. Está isenta de propaganda mercadológica, político-partidária e de doutrinação religiosa e ideológica?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
⇒ Se não, justificar e apontar a(s) ocorrência(s).				
				
E13. Estimulam-se hábitos, atitudes e comportamentos voltados para a construção da cidadania, favorecendo-se o convívio social, o respeito, a tolerância e a liberdade?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
⇒ Se não, justificar e apontar a(s) ocorrência(s).				
				
E14. Permite-se a abordagem da diversidade das experiências humanas com respeito e interesse?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
⇒ Se não, justificar e apontar a(s) ocorrência(s).				
				







E15. Evita-se privilegiar membros de uma camada social ou os habitantes de uma região do país ou do mundo?				
⇒Se não, justificar e apontar a(s) ocorrência(s).				
				
CRITÉRIOS CLASSIFICATÓRIOS				
Aspectos Gerais (nível de conhecimento, valorização do saber prévio do aluno, leituras complementares, linguagem e veiculação de estereótipos).	Não	Sim		
		R	B	O
C1. Possibilita-se ao aluno a articulação entre os níveis de conhecimento do senso comum e científico, abordando-se conteúdos que levam em consideração o saber prévio do aluno para aprofundar novos conhecimentos?				
⇒Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒Exemplificar.				
				
C2. São propostas leituras complementares enriquecedoras e adequadas aos conteúdos?				
⇒Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒Exemplificar.				
				
C3. Propicia-se o desenvolvimento da linguagem do aluno, ampliando suas possibilidades de expressão escrita, gráfica e cartográfica, distinguindo e articulando diferentes escalas geográficas?				
⇒Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒Exemplificar.				
				

C4. São indicadas corretamente as fontes e datas dos textos e documentos utilizados na obra?				
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				
C5. Está isenta de estereótipos?	Não	Sim		
⇒ Se não, justificar e apontar a(s) ocorrência(s).				
				
Atividades (problemas, exercícios, pesquisas complementares):	Não	Sim		
		R	B	O
C6. São adequadas para se atingir os objetivos propostos nas unidades temáticas?				
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				
C7. Possibilitam a articulação dos conteúdos?				
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				
C8. Propiciam a problematização dos conteúdos?				
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				

C9. Estimulam a capacidade de produzir textos e o desenvolvimento de habilidades diversificadas?				
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				
Ilustrações (fotos, imagens, desenhos, blocos-diagrama, croquis), representações cartográficas (mapas, cartas, cartogramas, plantas), gráficos, tabelas e quadros:	Não	Sim		
		R	B	O
C10. Estão adequados às finalidades para as quais foram elaborados?				
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				
C11. São explorados para auxiliar na leitura e compreensão dos textos?				
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				
C12. São claros e precisos e levam o aluno a problematizar os conteúdos?				
⇒ Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒ Exemplificar.				
				

C13. Contêm legendas adequadas, escala, orientação, indicação de fontes e datas e estão de acordo com as demais convenções cartográficas?				
⇒Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒Exemplificar.				
				
Manual do professor (orientação ao professor)	Não	Sim		
		R	B	O
C14. Contém orientações que explicitem os pressupostos teórico-metodológicos da obra e os objetivos das atividades e dos exercícios propostos?				
⇒Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒Exemplificar.				
				
C15. Utiliza linguagem clara e adequada ao professor?				
⇒Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒Exemplificar.				
				
Oferece:				
C16. Orientações para o desenvolvimento dos conteúdos, atividades e exercícios, visando à articulação dos conteúdos de cada volume e da coleção?				
⇒Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒Exemplificar.				
				

C17. Orientação visando à articulação dos conteúdos do(s) livro(s) com outras áreas de conhecimento?				
⇒Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒Exemplificar.				
				
C18. Bibliografia diversificada e sugestões de outros recursos que contribuam para a formação e atualização do professor?				
⇒Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒Exemplificar.				
				
C19. Proposta e discussão sobre avaliação da aprendizagem?	Não	Sim		
⇒Argumentar e justificar a menção.				
				
⇒Exemplificar.				
				
Estrutura editorial e formatação	Não	Sim		
C20. O papel utilizado permite boa legibilidade?				
⇒Se não, argumentar e exemplificar.				
				
C21. Há estrutura hierarquizada (títulos e subtítulos etc.)?				
⇒Se não, argumentar e exemplificar.				
				

C22. A impressão está isenta de erros graves?		
⇒Se não, argumentar e exemplificar.		
		
C23. O sumário permite a rápida localização do conteúdo?		
⇒Se não, argumentar e exemplificar.		
		
C24. Os textos e as ilustrações estão distribuídos na página de forma equilibrada e adequada?		
⇒Se não, argumentar e exemplificar.		
		
C25. Proporciona-se boa legibilidade do texto e boa visualização das ilustrações?		
⇒Se não, argumentar e exemplificar.		
		
C26. Oferecem-se recursos de descanso visual quando os textos são longos?		
⇒Se não, argumentar e exemplificar.		
		
JUSTIFICATIVA DA MENÇÃO		
<ul style="list-style-type: none"> ☛ Justificar a menção (por quê?) ☛ Realçar as qualidades e limitações da coleção e os cuidados que o professor deve ter (em sala de aula) ao adotá-la – aspectos positivos (pontos altos) e negativos (vulnerabilidades/problemas). 		
		

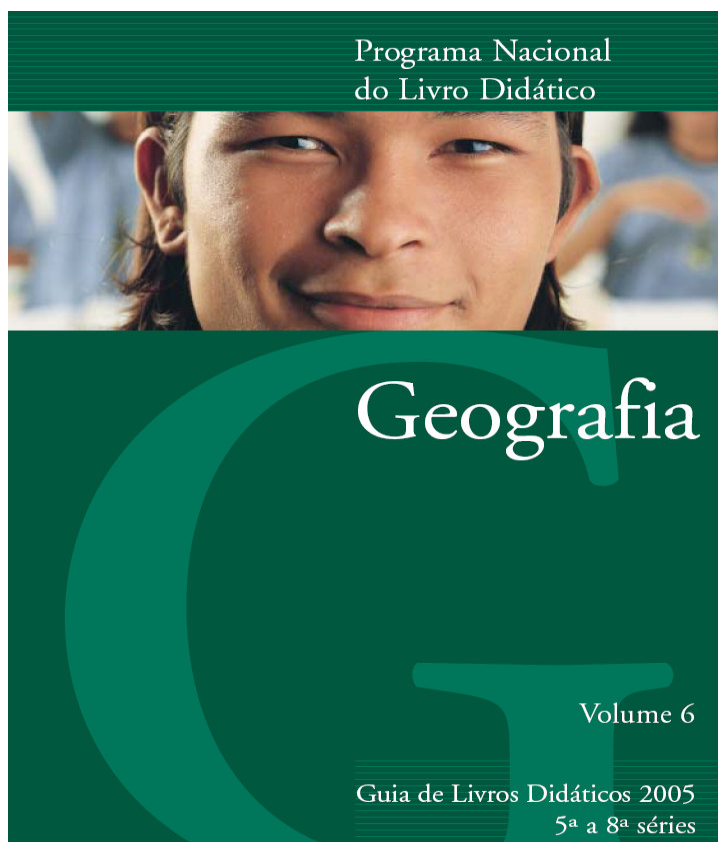


Figura do anexo: capa do Guia do Livro Didático de Geografia 2005.
Fonte: Site do MEC, 2006.

MAIOR SEGMENTO DO MERCADO EDITORIAL É O DE LIVROS DIDÁTICOS

Autores de livros para escolas são os que mais vendem no país

Os maiores vendedores de livros do Brasil não estão na Academia Brasileira de Letras. Nem nas prateleiras das livrarias destinadas a best-sellers, sejam eles de auto-ajuda ou de ficção. Para encontrá-los, basta olhar dentro das mochilas das crianças ou entrar em uma sala de aula e procurar os nomes nos livros sobre as carteiras. Quem mais vende livro no Brasil são os autores de didáticos.

Essa é a fatia mais significativa do mercado editorial brasileiro. A importância desse segmento se explica em parte por causa dos programas do governo federal, que distribuem livros para alunos de escolas da rede pública. Vender para esses programas é um grande negócio para as editoras, apesar de o governo pagar apenas 10% do preço de capa do livro. “A margem percentual de lucro obtida com os livros vendidos para o governo é bem menor do que a do mercado privado. Mas compensa porque a escala é maior”, afirma João Arinos, presidente da Associação Brasileira de Editores de Livros (Abrelivros). “A produção é sob encomenda e a distribuição é toda feita pelo governo. Nos livros vendidos no mercado privado, tem todo o custo de distribuição e de manutenção do estoque.” No último Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), que comprou os livros a serem usados no próximo ano letivo, a editora que mais vendeu foi a Moderna. Faturou R\$ 50,4 milhões, com 7,6 milhões de exemplares vendidos, segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável pela execução do programa.

“O mercado de livros didáticos é tão bom que não é à toa que grandes editoras de hoje foram fundadas por ex-professores, que começaram escrevendo apostilas para cursinhos e viram que era um bom negócio”, afirma o economista Fábio Sá Earp, coordenador do Laboratório de Economia do Livro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A Editora Moderna, por exemplo, que hoje faz parte do grupo espanhol Santillana, foi fundada em 1968 pelo professor de desenho Carlos Marmo e pelos professores de química Ricardo Feltre e Setsuo Yoshinaga. A editora Ática, que hoje faz parte do Grupo Abril, foi fundada em 1962 para produzir as apostilas

para o curso de educação para jovens e adultos Santa Inês, em São Paulo. A história das editoras foi estudada pela pesquisadora Célia Cristina de Figueiredo Cassiano em sua tese de doutorado, defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). “Por volta da década de 1970, quando essas editoras foram fundadas, o mercado de didáticos estava em expansão por causa da ampliação das vagas nas escolas públicas. Mais alunos precisavam de livros”, diz Célia.

Hoje, com os programas do governo federal, um autor pode vender um milhão de livros de uma vez só. A série de química para o Ensino Médio da Editora Moderna, dos autores Tito Peruzzo e Eduardo Canto, a mais escolhida pelos professores de química da rede pública segundo o FNDE, vendeu cerca de 3,2 milhões de exemplares para o governo. O autor do livro mais pedido de Português para o Ensino Médio, “Português Linguagens”, de William Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, da Editora Saraiva, venderam 1,6 milhão de exemplares.

Com tantos livros vendidos, os principais autores de didáticos estariam milionários? “Considerando que eles ganhem 10% do preço de capa em direitos autorais, os grandes autores de livros didáticos recebem no padrão Paulo Coelho”, diz Fábio Sá Earp, da UFRJ. Para infelicidade dos escritores do ramo, nem a Abrelivros nem a Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos (Abrale) confirmam ganhos dignos de um Paulo Coelho, que já vendeu cerca de 100 milhões de livros no mundo todo. “Difícilmente, os autores de livros didáticos conseguem ganhar 10% em cima do preço de capa”, diz José de Nicola Neto, presidente da Abrale. Em geral, mesmo autores estrelados conseguem negociar com as editoras no máximo entre 6% e 8% do preço de capa.

Nicola Neto, ele mesmo um dos maiores escritores do segmento, garante que não ficou rico. Autor de cerca de 80 títulos de gramática e literatura, dos quais cerca de 40 permanecem no mercado, diz que um de seus poucos luxos é apreciar o horizonte para escrever. Mora no último andar de um prédio de 20 andares no Itaim, região nobre de São Paulo. “É isso o que os livros didáticos me deram: um apartamento de classe média, de dois dormitórios, no Itaim. Minimalista. Não tem luxo”, diz. Assim como a maior parte dos autores, Nicola Neto começou na sala de

aula. Foram 15 anos escrevendo apostilas para usar nas aulas que dava em cursinhos. Chegava a trabalhar das 7 horas às 23 horas. Conta que escrevia de madrugada, aos sábados, domingos e feriados até que resolveu, no fim dos anos 1990, se dedicar exclusivamente aos livros. Mas o autor não despreza o passado em frente ao quadro negro. Mostra uma pequena deformação no dedo indicador e garante: “Autor bom de livro didático se mede pelo tamanho do calo de tanto escrever com giz”.

Luiz Márcio Pereira Imenes é outro professor que resolveu apostar na profissionalização como autor. Ele se diz um dos poucos autores a viver de direitos autorais no Brasil. “No caso dos autores de livros didáticos, cabe a mesma comparação com a carreira de jogador de futebol, modelo e ator”, afirma Imenes. “Alguns ganham muito dinheiro. Outros ganham a ponto de terem um bom padrão de vida, como é o meu caso. E a maioria nunca terá seus livros reeditados.”

Imenes ficou famoso após sua coleção de matemática para a 1ª a 4ª série conseguir a melhor avaliação do Ministério da Educação no programa do governo federal de 1998. No ano seguinte, ele e seu co-autor venderam 7 milhões de exemplares. E no programa de 1999, com livros de 5ª a 8ª série, mais 5 milhões. Foram suas únicas grandes vendas, mas apenas com elas Imenes diz conseguiu pagar sua dívida com a editora, que havia adiantado direitos autorais por dez anos enquanto ele escrevia os livros. Além disso, ajudou os pais, pagando plano de saúde e a reforma da casa, e fez uma poupança para manter um bom padrão de vida. Inclusive, a manutenção da chácara de 6.000 metros quadrados, onde mora, às margens da represa Billings, na zona sul de São Paulo - comprada nos duros tempos de sala de aula. É em seu escritório, em uma casa anexa a sua que Imenes gasta pelo menos duas horas por dia respondendo por e-mail a dúvidas de professores, alunos e pais sobre seus livros. “O que toma menos tempo é criar novos livros. Há todo o trabalho de ir às escolas para conversar com estudantes e professores e para testar os jogos matemáticos usados nos livros.”

O geógrafo José William Vesentini decidiu conciliar o trabalho como professor do curso de Geografia da Universidade de São Paulo com a elaboração de livros didáticos. Autor de 17 títulos, entre didáticos e paradidáticos que já teriam vendido

10 milhões de exemplares segundo cálculos do autor, Vesentini diz que metade de sua renda vem do pagamento de direitos autorais e a outra metade das atividades como professor universitário e palestrante. “Eu conseguiria viver só de direitos autorais, mas dar aulas faz escrever livros melhores”, afirma. “Só assim é possível perceber como mudam as gerações e a melhor maneira de ensinar cada uma.” Atualmente, Vesentini diz que para para motivar os alunos aposta na sugestão de filmes, de jogos como Sim City, que simula a administração de uma cidade, e de programas como o “Google Earth”, que mostra o relevo do planeta em terceira dimensão. Mas ele reclama que há preconceito no meio acadêmico contra os autores de livros didáticos. “A justificativa é que não seria produção de novos conhecimentos. Mas é inveja. O pessoal imagina que um autor de livros didáticos ganha milhões e milhões, viaja muito, tem um carro e uma casa melhor”, diz Vesentini, que acredita que seu trabalho como autor o ajudou a poder morar em uma casa na Cantareira, com uma biblioteca de 1.000 livros.

Anos de trabalhos e milhões de livros vendidos depois, os autores ouvidos por ÉPOCA afirmam que a melhor recompensa é sentir que seu trabalho colaborou para melhorar o ensino nas escolas. Nicola Neto acredita que ajudou a mudar a maneira como a literatura é ensinada, acrescentando conteúdo histórico e artístico em suas obras. A maior satisfação para Imenes, e também a maior responsabilidade, é participar da formação das novas gerações. E Vesentini acredita que grande parte dos alunos que ensina hoje na USP escolheram o curso por terem estudado com seus livros na escola.

Fonte: Revista época. Maior segmento do mercado editorial é o de livros didáticos. Autores de livros para escolas são os que mais vendem no país. Época. Edição n. 492. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1,,EDG79649-5856,00.html>. Acesso em 04/12/2007.

(Grifo meu).